



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

**PARATOPIA POLÍTICA E FORMAÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO NA
ATIVIDADE LITERÁRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS
BRASILEIRAS**

Samuel Ponsoni

SÃO CARLOS
2015



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**PARATOPIA POLÍTICA E FORMAÇÃO DO *ETHOS* DISCURSIVO NA ATIVIDADE
LITERÁRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS BRASILEIRAS**

Samuel Ponsoni
Bolsista Fapesp – processo: 2011/09881-4

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser
Baronas

São Carlos – São Paulo – Brasil
2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P799p Ponsoni, Samuel
Paratopia política e formação do ethos discursivo
na atividade literária : uma análise discursiva de
narrativas brasileiras / Samuel Ponsoni. -- São
Carlos : UFSCar, 2015.
168 p.

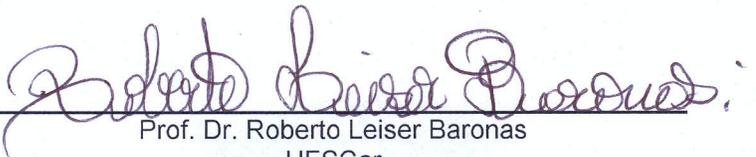
Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2015.

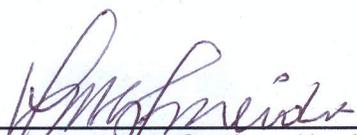
1. Discurso literário. 2. Paratopia política. 3.
Estereótipos. 4. Ethos discursivo. I. Título.

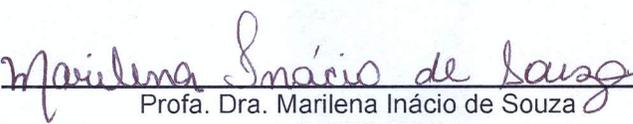


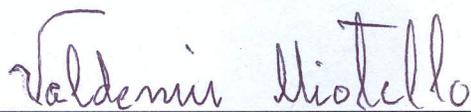
Folha de Aprovação

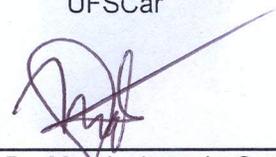
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Samuel Ponsoni, realizada em 13/08/2015:


Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
UFSCar


Prof. Dr. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
USP


Prof. Dra. Marilena Inácio de Souza
UNEMAT


Prof. Dr. Valdemir Miotello
UFSCar


Prof. Dr. Marcio Antonio Gatti
UFSCar

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor Roberto Leiser Baronas, que acreditou desde as primeiras garatujas do trabalho e contribuiu de forma fundamental para ele se tornar uma forma realista; mas agradeço, antes e acima de tudo, pelo amigo que ganhei no percurso desses longos anos na UFSCar. Quando tudo terminar, apenas esse sentimento restará.

Agradeço ao Professor Doutor Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, embora pouco nos conheçamos, nos contatos que tivemos, ele mostrou distinta simpatia, inteligência, senso de humor e solícita generosidade teórica. Agradeço, ainda, por ter aceito participar da banca do exame de defesa da tese e por todos os ensinamentos e diálogos teóricos que já tive a honra e o privilégio de poder desfrutar.

Agradeço à Professora Doutora Marilena Inácio de Souza, por ter aceito o convite para participar do exame de qualificação, para o qual fez fundamentais contribuições e observações e, com muito boa vontade, mesmo em grande distância, por novamente participar e contribuir com o trabalho e também, mais especialmente, reitero o apreço pela Marilena outrora companheira de LEEDIM e tantas outras empreitadas que já tivemos a felicidade e oportunidade de participar nos anos de convivência na UFSCar.

Agradeço ao Professor Doutor Valdemir Miotello, por todo esforço e trabalho acadêmico no programa da UFSCar; pelos ensinamentos de vida, os quais tive a honra e o privilégio de aproveitar nesses anos todos de mestrado e doutorado. Agradeço, ainda, por ter aceito participar da banca do exame final de defesa da tese.

Agradeço ao Professor Doutor Márcio Antônio Gatti que, por muitas vezes, já tive o prazer de conversar e conviver. Com certeza, um ser humano que a mim sempre foi simpático e solícito e que, sabidamente, lutou bastante para hoje estar no honroso cargo de professor da UFSCar. Posição esta que merece e a tem por muitos méritos. Agradeço, ainda, por ter aceito participar da banca do exame final de defesa da tese.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, pela bolsa de pesquisa que fomentou e acreditou neste trabalho de doutoramento, não somente os caminhos percorridos no Brasil, mas também os caminhos percorridos no estágio de pesquisa do exterior, através da Bolsa Bepe, e, além disso, pela sempre solícita interação nos momentos de necessidade.

Agradeço a Juju e a Lele por tudo que são e sempre fizeram a mim neste longo caminho. A paciência, a compreensão, a alegria e o conforto de todas as horas que sempre pude ter ambas. Obrigado por existirem em minha vida.

Agradeço ao Antonio Carlos, a Carla, a Claudia, ao Paulo, ao Márcio por sempre participarem e ajudarem nos desafios de minha vida.

Agradeço a todos os companheiros de pesquisa da UFSCar: Júlio, Jocenilson, Carlos, Israel, Marcelo e tantos outros, assim como agradeço aos amigos e companheiros do LEEDIM, grupo de estudos e pesquisa fundamental em minha formação.

Dixi et salvavi animam meam (Disse e salvei minha alma), Karl Marx citando Bismarck

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1: Fundamentação teórica	28
1.1 Questões de literatura e linguística	29
1.1.2 Distâncias entre ciência da linguagem e literatura pela via das teorias literárias	34
1.1.3 Uma fundamentação mais específica de discurso literário.....	57
1.1.4 Discurso literário: uma frente teórica ainda aberta no horizonte.....	62
Capítulo 2: Paratopia política	74
2.1 Paratopia e sua fundamentação teórica revisitada	75
2.1.2 Da questão dos discursos constituintes	79
Capítulo 3: Nomes, estereótipos e <i>ethos</i> discursivo	102
3.1 Argumentação teórica: a propósito de nomes próprios	103
3.1.2 Argumentação teórica: a propósito de estereótipos	112
3.1.3 Estereótipo e análise do discurso	127
3.1.4 Sobre <i>ethos</i> discursivo	132
3.1.5 Retórica, Ducrot e Maingueneau	138
3.1.6 Esboço analítico entre teorias	151
Considerações finais	161
Referências	165
Apêndices	168

RESUMO

Nosso trabalho busca uma compreensão discursiva acerca de algumas manifestações literárias ocorridas durante o último regime ditatorial brasileiro, qual seja, entre 1964 e 1985, período em que militares e civis perpetraram um golpe ao estado democrático político e de direito. Durante este período, diversas manifestações culturais, sociais, políticas foram severamente reprimidas. Havia, durante os anos mais repressivos – década de 1970 – uma censura institucionalizada, que barrava conteúdos ditos subversivos à ordem vigente. É justamente nesse período mais repressivo que incide nossa pesquisa ao trazer materiais literários para análise de alguns fenômenos linguísticos. Estes materiais são alguns textos, do gênero conto, de *Cadeiras proibidas*, de Ignácio Loyola Brandão, 1976, e *Seminário dos ratos*, de Lygia Fagundes Telles, de 1977. É desses materiais, os *corpora* da pesquisa, que retiramos nosso conjunto de sequências textuais para análise e fundamentação de algumas noções teóricas do mirante discursivo da Análise do Discurso, mais especificamente as forjadas nas pesquisas e nos estudiosos franceses. Em um primeiro momento, essa pesquisa visa à compreensão do como tais construções literárias criaram condições de possibilidade para produzir, incorporar e gerir lugares discursivos de sentidos, mesmo tendo, nas condições históricas de produção, um ambiente sociocultural cerceado e opressor. Deste momento ainda, analisamos como foi possível a criação literária em si, em um momento de censuras e repressões, por uma hipótese que se fundamenta na noção-conceito de paratopia política, de Dominique Maingueneau em seus estudos sobre discurso literário. Aos diferentes eixos de criação paratópica, queremos acrescentar um eixo de criação especificamente político, o qual explicaria um certo percurso teórico e analítico para as produções literárias na quadra histórica onde apareceram as narrativas analisadas. Em um segundo momento, há um deslocamento que tem como objetivo estabelecer um outro procedimento teórico-metodológico para, em um mesmo processo, compreender, descrever e interpretar elementos linguísticos e elementos discursivos desses *corpora*. A este segundo "momento-objetivo" se firma a hipótese de perscrutarmos a composição e formação de nomes e descrições dados a personagens em suas ações na trama narrativa. Mais ainda, como esses nomes e descrições se coadunam também à composição de estereótipos que, em última instância, sustentam imagens discursivas que personagens atribuem a si e a outros, construindo, dialeticamente, então, um *ethos* discursivo desses textos para a conjuntura histórico-social em questão. Esses elementos, acreditamos, compõem o conjunto de formas de adesão de interlocutores a um discurso almejado pelos textos literários em quaisquer mundos possíveis. Tentar responder a essas questões e hipóteses se faz o objetivo desta pesquisa.

Palavras-chave: Discurso literário; paratopia política; estereótipos; *ethos* discursivo

ABSTRACT

Our research seeks a discursive understanding of some literary events that occurred during the last Brazilian dictatorship, that is, between 1964 and 1985, during which military and civilians perpetrated a coup to the political and democratic state of law. During this period, various cultural, social, political events were severely repressed. There was, during the most repressive years - 1970 - an institutionalized censorship, which bared subversive content to the existing order. It is precisely in this most repressive period that it is focused our research to bring literary materials for analysis of some linguistic phenomena. These materials are some texts, tale genre of *Cadeiras proibidas* by Ignácio de Loyola Brandão, 1976, and *Seminário dos ratos*, by Lygia Fagundes Telles, 1977. These materials are the *corpora* of the research, which were taken sets of textual sequences for analysis, foundations of some theoretical notions from a discursive viewpoint of discourse analysis, more specifically those forged in the polls and French scholars. At first, this research aims an understanding of how such literary constructions created conditions of possibility to produce, incorporate and manage discursive places of meaning, even having as historical conditions of production, a curtailed and oppressive socio-cultural environment. This time also, we want to understand how it was possible the literary creation itself, at a time of censorship and repression, by a hypothesis that is based on the notion concept of paratopia, from Dominique Maingueneau in his studies of literary discourse. To the different axes of paratopic creation, we want to add an axis specifically of political creation, which would explain a certain theoretical and analytical path to literary productions in the historic time when appeared such narratives. In a second step, there is a shift that aims to establish a different theoretical and methodological procedure for, in the same process, comprehend, describe and interpret linguistic elements and discursive elements of these *corpora*. In this second "time-purpose" it is firm the hypothesis of scrutinizing the composition and formation of names and descriptions given to characters in their actions in the narrative plot. Moreover, as these names and descriptions are joined also to the composition of stereotypes that ultimately sustain discursive images that the characters give themselves and others, building dialectically, then, a discursive *ethos* of these texts for the historical and social context in question. These elements, we believe, make up the set of forms for adhesion of speakers to a desired speech by literary texts in any possible worlds. Trying to answer these questions and hypotheses are the objective of this research.

Keywords: Literary discourse; political paratopia; stereotypes; discursive *ethos*

Introdução

Este texto, ora apresentado, refere-se ao trabalho de pesquisa orientado para uma tese de doutoramento, pressuposto à defesa junto ao Departamento de Pós-Graduação em Linguística, PPGL, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Ele é, portanto, o resultado final referente a um projeto – ser explicado ao longo do trabalho – que nos propomos a realizar, em que visava à compreensão, composição e análise de textos da literatura brasileira que versam acerca de discursos, dessas mesmas manifestações literárias, concebidos durante um dos períodos ditatoriais no Brasil, a saber, entre 1964 e 1985.

Especificamente, esse período trata-se de um período negativamente peculiar da história brasileira. Tal período coincide ao que militares, com apoio de setores civis, acenderam ao poder governamental, tomando-o do então presidente João Goulart, eleito por vias de sufrágio democrático, mas não universal, em um Golpe de Estado, bastante disseminado na quadra histórica social e bastante presente nos países da chamada América Latina, durante o mesmo período(décadas de 1960,1970,1980) haja vista a forte polarização entre países socialistas e capitalistas, e suas respectivas ideologias e modos de produção material e simbólica, na chamada Guerra Fria.

Dissemos "período negativamente peculiar", pois o Golpe de Estado¹ não foi à época necessariamente uma novidade na história social brasileira(basta conferir que a própria fundação da chamada República se deu via um golpe militar ao poder, naquele momento nada democrático, assim como em diversos outros momentos da nossa história social). O negativamente peculiar se deve pela forma como se organizou, dispersou e alcançou os indivíduos brasileiros, sobretudo os, para época, alcunhados subversivos de uma dada "ordem" social e, em sendo estes, irrecuperáveis de acordo com a perspectiva das ideologias totalitárias .

Sem dúvida, é esse um tema bastante atual, relevante, ainda efervescente e polêmico no âmbito histórico e social do Brasil. Em 2014, houve diversas manifestações acerca deste acontecimento histórico, dado que se completara 50 anos do golpe que apeou do poder governamental um presidente democraticamente eleito. Para além e aquém da necessidade de ser criar um "monumento" histórico e simbólico, no sentido metafórico, à

¹ Aos que propuseram e consumaram a destituição do governo eleito, tratou-se de uma revolução por, justamente, ter quebrado a ordem social e política então vigente e, além disso, ter uma conotação mais eufórica. Disso, então, ocorre o embate que muitas vezes se trava, a depender do posicionamento assumido,entre "revolução" e "golpe".

lembrança de todas as gerações, é preciso dizer que foram cometidos inúmeros crimes contra vidas humanas. E contra a vida humana sempre sem são e serão crimes graves.

Sendo assim, é possível dizer que na época da ditadura civil-militar do pós-64 não foi diferente. Existiram crimes graves, crimes condenáveis a qualquer tempo. Pessoas mortas, pessoas sequestradas, pessoas torturadas. E com um ingrediente agravante em nosso compreender: até hoje centenas de crimes não foram solucionados, principalmente os que se referem a pessoas desaparecidas durante os vinte e um anos de ditadura, fato que não deu aos familiares o direito ao luto e à despedida de seus entes, algo tão prezado nas sociedades ocidentais, principalmente as de origem cristã, como a brasileira.

Infelizmente, completados trinta anos de redemocratização, neste ano de 2015, com muito suor, lágrimas e sangue(literalmente), há ainda alguns saudosistas deste período cruel e obscuro. Nem mesmo a formação de comissões para se buscar as verdadeiras facetas criminosas em que indivíduos e instituições estiveram envolvidos, sejam por vias documentais, testemunhais e de pesquisa – e essas pesquisas em comissões terem revelados crimes bárbaros² – parece afastar uma certa sombra de tempos obscuros socialmente, intrincando antigo, atual e o vindouro.

Por um lado, parece haver sempre no ar um clima de ruptura forçada à ordem política elegida pelo voto. Por outro lado, parece que estes saudosistas de tempos de ordens não democráticas, quanto à força do sufrágio, estão apartados da quadra histórica em que se encontra a sociedade brasileira, em que se pedem mudanças, mas quase sempre são clamadas por formas de poder mais democratizadas, se é que, pensando sob as perspectivas de Michel Foucault sobre dispersão e relações de poder, isso seja possível. Fato é que não estamos a salvo de ideias totalitárias, monocráticas, em que a relação eu/outro acaba no mais das vezes a querer subjugar um eu sobre o outro e vice-versa.

Por isso a construção de elementos que simbolizem e criem memórias históricas de atos que em qualquer tempo foram cometidos contra direitos humanos essenciais, como liberdade e respeito à vida humana, faz-se pertinente e muito necessária. Afinal, a questão também é política, no momento em que se inventam formas de dominação legitimadas por uma política sem memória.

² Para saber mais sobre relatórios publicados em dezembro de 2014 pela Comissão Nacional da Verdade, grupo de trabalho cujo objetivo, resumidamente, era o de resgatar memórias, esclarecer e divulgar, assassinatos, desaparecimentos e arbitrarias perseguições ocorridas durante todo o processo de ditadura militar, é possível acessar o *site* da Comissão e baixar os documentos resultantes dos trabalhos. Disponível em:< <http://www.cnv.gov.br/>>. Acesso em 10/8/2015.

O historiador Hübl, personagem de *O livro do riso e do esquecimento*³, de Milan Kundera, lembra-nos: "Quando se quer liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória".(COURTINE, 2009, p.240). Disso refletimos e reiteramos, ao lado das palavras citadas, a importância e a necessidade de trazer "monumentos" e documentos, em qualquer materialidade – das artes plásticas, passando por investigações legislativas, às pesquisas científicas – que deixem expostas a todas as gerações os problemas sociais e políticos de se viver sem a liberdade de dizer e discursivizar as palavras nas esferas da sociedade.

Contudo, de antemão faremos uma observação: este não será mais um trabalho exclusivamente de remontagem deste período histórico de nossa sociedade – embora possa sê-lo indiretamente –, até mesmo porque não temos a competência e o conhecimento dos pesquisadores da ciência da história. No entanto, para ser uma contribuição à história, caso este trabalho de pesquisa se constitua em lugar de memória, já nos daremos mais que satisfeitos, afinal, além da função científica, essa será uma função relevante e efetivamente social.

Assim sendo, ao nos afastarmos do caráter histórico e (re)construtivo, voltamos à compreensão de nosso objeto de pesquisa, aqui constituído e o qual se trata, como mencionamos em algumas passagens anteriores, de tomarmos manifestações literárias publicadas no Brasil dos anos 1970, as quais, mesmo restritas por censuras institucionalizadas⁴ (a partir de 1970), não cessaram totalmente de ser publicadas, circulando, com dificuldades, é verdade, durante todo o período de governo totalitário, incluindo os anos pós-AI-5⁵, mais conhecido como "anos de chumbo", por existir neste período pós AI-5 características fortemente repressivas, e podendo, então, dispersar alguns discursos contra o estado político-social vigente.

Isso, de um lado, mostra não somente uma perspicácia, digamos editorial – publicar e circular num período de censura prévia de conteúdos – mas também, e mais

³ São Paulo: editora Companhia das letras, 2008.

⁴ Embora seja o Decreto-Lei 1077/70 que instaure a censura prévia que atente à moral e aos bons costumes, como diz o primeiro parágrafo deste Decreto, há casos anteriores a essa data e até mesmo à própria ditadura de 1964, como no governo Jânio Quadros, 1961, ou mesmo durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, 1937-1945 (a propósito outro período ditatorial, conquistado por vias golpistas).

⁵ Ato institucional formalizado em dezembro de 1968, o qual dissolvia todas as já mínimas garantias civis e políticas. A partir dele, o Congresso nacional foi tomado em seus trabalhos pelas ordens do governo central, em que nada mais no campo político se fazia por vias democráticas, como eleições para os diversos cargos administrativos do país, ou, ainda, as leis de segurança nacional que levou muitas pessoas, que tentaram resistir a essa truculenta forma de governo, à prisão, exílio ou à morte, como mostram os relatórios publicados em dezembro de 2014 pela Comissão Nacional da Verdade, grupo de trabalho cujo objetivo era o de resgatar e divulgar as arbitrárias perseguições ocorridas durante todo o processo de ditadura militar. Aliás, não somente do período entre 1964-1985, mas também outro período ditatorial, que ocorreu entre 1937-1945, pelas mãos do governo de Getúlio Vargas.

amplamente de outro lado, que essas manifestações foram uma das tentativas de escapar, compreender e, até mesmo, criticar a opressão sociopolítica, ainda que fosse expressamente proibido o fazer.

Dessa maneira, nosso objetivo mais amplo é o de analisar de que forma as construções autorais literárias foram criadas a partir daquela conjuntura histórica, ditatorial, levando em conta as próprias condições históricas de produção. Como neste cenário, possibilitou-se discursos literários tornarem dizíveis questões sociais e temas sociais em criações e em subjetividades de sentidos, ou seja, como puderam ofertar lugares de discursos para sujeitos, ora locutores de discursos, posicionarem-se e, nesse mesmo gesto, incorporarem outros sujeitos, ora interlocutores de discursos, a esses lugares discursivos de resistência ao dizer não possível a época, resultando, assim, na circulação de sentidos que escapassem aos objetos reprimidos, física e psicologicamente.

Então, para dar cabo dessa reflexão investigatória, nossa argumentação teórica e analítica se dará tomando por objeto narrativas de alguns livros publicados no Brasil daquele momento, mais especificamente publicados na década de 1970.

Utilizamos como recorte analítico alguns contos das obras *Cadeiras proibidas*, de Ignácio de Loyola Brandão, de 1976, e *Seminário dos ratos*, de Lygia Fagundes Telles, de 1977, para formarmos o nosso arquivo de pesquisa e deles retirarmos os *corpora* a serem escrutinados. A decisão de utilizar tais obras e não outras – tantas no mesmo período! – se deveu ao motivo de essas obras atendem alguns critérios:

i) foram publicadas no período histórico almejado para análise, ou seja, os anos 1970;

ii) além de serem da década almejada, elas foram publicadas já ao final da década, o que nos dá uma dimensão temporal maior;

iii) foram publicadas no momento mais opressivo em relação a discursos antagônicos aos discursos desejados pelo Estado totalitário da época;

iv) e elas mantêm entre si uma coerência genérica ou até mesmo cenográfica na organização, formatação e dispersão das narrativas, isto é, partem basicamente do gênero realista fantástico e suas derivações⁶.

⁶ Ainda que nesse momento não seja objeto dessa pesquisa, a questão de gênero e cenografia dessas obras serão levemente abordadas em capítulos subsequentes desta tese.

Dessa maneira, para perscrutar como essas narrativas, em forma de percurso teórico e analítico – a partir dos conceitos mobilizados e que vamos explicar ao longo do texto – geriram imagens discursivas de si e as expressaram para uma conjuntura histórico-social específica, tornando essas mesmas obras capazes de construir, a um auditório amplo, elementos de saberes, ora subjetivos, ora coletivos, mas sempre identitários sobre sujeitos, resistência, realidade histórica que os cercavam e, na mesma conjuntura, a existência de um fundo de história e forma estética expressa da própria existência dessas obras elencadas, engendrando, também, as cenas enunciativas⁷ que se discursivizaram tais obras. Dito de outro modo, uma reflexão em analisar como um tipo de discurso, materializado em um gênero específico, desenvolveu-se ao ser em narrativas e pôde circular num espaço duplamente fechado: das publicações e dos sentidos.

Esse processo de produção discursiva constitui, acreditamos, um conjunto de formas de saber que propiciam a adesão dos interlocutores – amplamente um público auditório dessas obras – a posições de discurso para autores e outros sujeitos inscritos às circunstâncias de circulação de saberes durante o período dos 1970, conjuntura dos *corpora* aqui analisados.

Inicialmente, pode se dizer que isso se faz por uma interpretação e compreensão da ética e da estética a construir, assim, dispositivos de saber para novas formas de subjetividades e identificações, no caso os textos literários.

É, então, de uma perspectiva discursiva, sobretudo de orientação francófona, que buscamos analisar esses materiais textuais ora *corpus* da pesquisa, a partir do procedimento metodológico peculiar e fundamental à Análise do Discurso(adiante, vez ou outra, AD), a saber: buscar em um mesmo processo descrever/compreender/interpretar elementos linguísticos e elementos discursivos, a partir de indícios, sintomas, marcas, rastros, que, no caso desta pesquisa, fazem-se compreendido.

Primeiramente, como um percurso teórico e metodológico na (re)construção de um eixo paratópico, cujo insumo se dá no campo político, e, em segundo lugar, em uma compreensão analítica de diversos *ethos*, numa dimensão cenográfica dos textos, que, por sua vez, alimenta-se de estereótipos de processos enunciativo-discursivos e atualizações

⁷ A discussão da divisão entre fundo histórico e forma estética das manifestações artística é objeto de bastante debate entre diversas teorias. Dentro dos domínios de estudos da linguagem, talvez Bakhtin tenha sido o primeiro a compreender e demonstrar a necessidade de não se dissociar fundo e forma, diálogo este que se opunha ao formalismo da época do autor russo. Em passagens de diversas obras, **Problemas da poética de Dostoiévsky**, **Questões de estética e literatura**, **Estética da criação verbal**, o filósofo menciona sua perspectiva da não divisão entre fundo e forma, até por ser parte de sua convicção de dialogismo.

históricas, que são conjunturais e ligadas a modos históricos de produção de sentidos, resultando em um dispositivo de saber produzido no fato literário, com suas subjetividades e com seus traços éticos e estéticos.

No entanto, no processo de desenvolvimento, a pesquisa buscou algumas modificações e alterações. Estas guinaram para certas perspectivas, sobretudo em contato com outras teóricas, e a investigação ampliou seus objetos, ainda que dentro do mesmo domínio epistemológico e temático de estudos discursivos do fato literatura. É possível dizer que essas modificações se dão sob a reflexão de um duplo deslocamento na pesquisa:

1-) De um lado, o primeiro, ainda de uma perspectiva teórica da Análise do Discurso francófona, pretende-se analisar como as narrativas recorte do *corpus* da tese engendrariam uma possibilidade de interpretação do fato literário ao perscrutarmos a envergadura enunciativa destes textos mesmos, analisados, contudo, por meio da formação dos nomes, bem como das descrições dadas a personagens a partir e nos entornos desses nomes-descrições. Mais ainda, como explicitaremos no segundo deslocamento, a implicação desses nomes na imagem discursiva e no condução de trajeto de sentido, dentre os vários possíveis.

A formação do nome próprio, para Michel Pêcheux, por exemplo, é o grau mais saturado de interpelação ideológica, resultante da mais alta determinação de identificação com elementos que circunscrevem efeitos ideológicos das práticas discursivas. Pêcheux utiliza a ideia de nome próprio como interpelação ideológica para contra-argumentar estudos de Gottlob Frege. Para este, nomes próprios têm seu significado lógico construído a partir das referências criadas nas sentenças, atribuindo-lhes referentes passíveis de interpretação em qualquer “mundo” possível.

Sendo assim, as diferenças dos estudos discursivos pecheutianos em relação aos de Frege residem *grosso modo* em dizer que o nome já está em saturação de significado, pois as referências não estão ligadas diretamente ao número de atributos criados, e sim elas têm a ver com a mobilização identitária nas práticas discursivas que são enunciadas em qualquer materialização da linguagem pelos sujeitos dos discursos.

O objetivo deste primeiro deslocamento é o de fundamentar, analisar, interpretar e compreender modos e formas em que essas mobilizações históricas se encaixam nas narrativas, compondo não só ações, nomes e descrições das personagens, mas também o que isso pode representar e ser entendido como certo trajeto de interpretação e construção de

sentidos para a imagem discursiva e, por conseguinte, sujeitos, de amplo auditório social, resistirem, o que se ligaria também às primeiras hipóteses da tese.

2-) De outro lado, o segundo deslocamento se dá na compreensão que transita das formações de nomes para a composição e utilização de estereótipos sociais que se materializam no discurso da narrativa. Disso se deriva a compreensão de que partiríamos de nomes, passando pelos estereótipos, para, assim, constituir a possibilidade de uma paratopia política na ética e estética da atividade literária, embora a ordem da própria pesquisa não seja exatamente nesta linearidade. Ou seja, tentamos ir analítica e teoricamente das particularidades de nomes e estereótipos, por meio de teorias e noções-conceitos que os expliquem, aos eixos paratópicos, visto à luz da teoria de Maingueneau(2006b) sobre essa estruturação teórica.

Com isso, pensa-se a própria forma do posicionamento de ser escritor e se sustentar em lugares não possíveis, o que, em nossa pesquisa, dar-se-á como possibilidade pela compreensão da noção-conceito de paratopia. Conceituação esta que explica a própria gestão do texto da conjuntura histórica real, fornecida das condições de produção e possibilitadas de um ponto de vista enunciativo-discurso por meio da paratopia política, conceito com o qual tentamos ampliar teoricamente a própria noção-conceito de paratopia.

Portanto, amearhar, em um percurso de pesquisa, essas questões teóricas e analíticas se faz no principal objetivo a responder nesta tese. De antemão, sabemos que a pesquisa não contemplará todos os aspectos que estão envolvidos tanto na conjuntura histórico quanto dos próprios *corpora*. É por isso também que se entende que o início das dificuldades encontram-se no próprio material de análise.

A despeito de a literatura ser um objeto bastante disputado no diversos domínios dos campos científicos, as obras aqui arroladas podem ter em uma designação de gênero textuais – a saber, não se trata de nosso objetivo perscrutar sobre essa conceituação teórica – em textos de narrativas fantásticas e suas várias outras subcategorias, sobrenatural, mágico, surreal, entre outros.

No entanto, para expor um pouco mais essas questões e o material de análise com o qual trabalhamos, vale dizer que, tratando mais especificamente dos materiais literários que servem de *corpora* à nossa pesquisa, pode-se em síntese que não se diferem à própria interpelação conjuntural. Ou seja, não se pode nem se deve afirmar que exista uma relação de causalidade, mas é possível dizer que há uma relação de correlação.

Posto esses textos literários são manifestações e processos discursivos que lidavam com forte cerceamento ideológico, apresentado sob forma de censuras institucionais ou mesmo sob forma de contingenciamento político (e todos os seus temas em esferas de atividade social) que, de muitas maneiras, na escrita literária das obras, permeiam-se os movimentos de dizer desse fechado universo social em questão.

No grande conflito de vertentes ideológicas em uma sociedade, fruto de embates e processos históricos que buscam aprisionar os sentidos mais favoráveis a este ou aquele grupo ideológico, é que se pode compreender que ideológicas são e estão ora mais tenazes ora menos tenazes. Isso significa dizer que, naquela conjuntura histórica, Brasil dos anos 1970, todo invólucro social – questões culturais, políticas, morais e éticas – orbitava em torno do projeto político fortemente totalizador e centralizador que tinha sua ideologia bastante tenaz, logo ela buscava se sobrepor às demais.

Entretanto, isso não se dá sem resistência – como no caso do Brasil por nós observados também não se deu – sem falhas, sem que outras forças ideológicas, menos tenazes em uma dada quadra histórica, encontrem formas de dispersar e de realizar também suas relações de poder e desestabilizar discursos logicamente construídos em cima das ideologias mais tenazes, e uma dessas formas e forças foi sem dúvida as expressões literárias.

Essa é uma explicação mais discursiva, a qual destoa em partes das explicações ligadas mais intrinsecamente às teorias literárias, posto que muitas teorias de estudo literário sequer cogitam a possibilidade de correlação, muito menos, portanto, cogitam a hipótese, como na teoria discursiva que nos filiamos, de gestão de conjunturas por meio dos textos, materializando nestes os discursos e toda sua carga histórica.

Além disso, a irrupção de diversos discursos que se correlacionam é também uma força de criação, a qual, por um lado, tenderá às ideologias mais tenazes – é possível que isso se dê mais em uma imagem de reflexo dos discursos expostos – e, por outro lado, buscase espaços não contemplados pela ideologia mais tenaz, para que haja discursos que se contraponham, resistam, digam diferente aos discursos de ideologias mais tenazes.

Dessa maneira, temos uma cena literária brasileira nos anos 1970 que, embora imersa em fortes repressões físico-psíquicas, ergueu-se em um *front* de escritores contistas que procuravam tratar de temas sociais, cotidianos, urbanos, relacionados a ser garantido e trilhados por personagens que representassem sujeitos comuns, solapados por esse truculento e conturbado momento conjuntural-histórico, mas se colocando por meio de diversas vozes discursivas e uma expressividade estético-literária fantástica, capaz de dar conta da

surrealidade então vivida. Em outras palavras, entre temas amplos e diversos, havia uma militância direta ou indiretamente contra o sufocamento social que se dava a circular pelos discursos dos textos literários, o que não fez desses movimentos literários em nada obtusos, pois havia sim um projeto de dizer que se correlacionavam ao conjuntural de sua criação.

Mais especificamente, a irrupção de diversos discursos que se correlacionam é também uma força de criação, a qual, por um lado, tenderá às ideologias mais tenazes – é possível que isso se dê mais em uma imagem de reflexo dos discursos expostos – e, por outro lado, busca-se espaços não contemplados pela ideologia mais tenaz, para que haja discursos que se contraponham, resistam, digam diferente aos discursos de ideologias mais tenazes.

Nessa cena setentista, uma das mais proeminentes vertentes contistas que se sobressaiu foi a que se utilizou de textos, nas distintas formas ou tipologias, de narrativas de realismo fantástico (as tipologias, tratadas pelas correntes de pensamento literário, como gêneros mágico, estranho, horror, surreais), procurando recriar os universos pessoais e cotidianos com personagens que entoavam múltiplas vozes, tanto as de acontecimentos de espaços amplos, universais, como as de acontecimentos tipicamente locais, por meio de elementos insólitos, sobrenaturais, transgressores, por assim dizer, mais do que os habitualmente vistos na literatura – ao menos como um movimento de dispersão regular desses gêneros fantásticos.

Essa cena contista que, de certa forma, servia de resistência e que militava em difusos temas e colorações ideológicas com os textos fantásticos tinha em comum, por um lado, o gênero literário referido que, em breves linhas, pode ser explicado, por exemplo, quanto aos aspectos teóricos, formais, específicos de expressão literários, como constituído, em suas narrativas, de personagens que se valem da razão para a explicação dos fatos insólitos, que, após causarem certo desequilíbrio entre a realidade e o sobrenatural, acabam equacionados pelas leis e pelos conceitos da realidade. (TODOROV, 2007, p.39-40)⁸ e, por outro lado, a vontade de saber e dizer que esses diversos escritores puseram a circular em seus discursos, ao procurar fugir do monologismo ditatorial e ao fazer dialogar com a dura realidade social dos tempos da ditadura militar, os absurdos cotidianos por meio do fantástico, surreal e insólito racionalizado que, metaforicamente, a realidade de longe já se estava à moda da surrealidade.

Assim o sendo, jogava-se discursivamente com elementos que margeavam à loucura de seu tempo, bem como alardeavam as histerias e paranoias universais, de mundos

⁸ Sem entrarmos forte e profundamente na questão dos aspectos genéricos, como já o fizemos em Ponsoni(2011).

surreais dentro de suas irrealidades, insólitos dentro de sua sensatez, suscitando, por seu turno, a subjetivação de entendimento de tal campo de sentido e a incorporação (ou um modo específico de inscrição) de sujeitos interlocutores ou leitores dessa forma literária, quase como um movimento literário específico, com uma imagem ideológica de mobilização literária.

Em contrapartida a essa estruturação mais estritamente estético-literária, acreditamos que discursivamente essa manifestação contista de expressou alguma resistência demonstra outras abordagens para além do gênero, visto sob os auspícios da teoria literária.

É possível não dissociar, com essa hipótese, o conteúdo semântico da obra e a sua forma de expressão, analisando-os de forma imbricada. E foi dessa compreensão que em Ponsoni (2011) trilhou-se a interpretação de que é mesmo ao nível da cenografia que os interlocutores tomam contato com o discurso.

Para além da materialização linguística em que se projetam gêneros do discurso, a aceitação de um discurso pode e deve ser recebida de dada forma, por exemplo, sob narrativas fantásticas, que seja parte da compreensão maior que engloba o tipo de discurso, ou a forma como ele se materializa genericamente e a maneira própria de sua organização, dispersão, estilo e direcionamento na cenografia que, nesta perspectiva discursiva, é a "única" forma pela qual o discurso "conseguiu" se cenografizar, se materializar e entrelaçar enunciador e co-enunciador em uma dada condição de produção histórica e conjuntural.

É devido a isso também que, se pensarmos nas próprias ambivalências, hesitações e elementos de surrealismos empreendidos pelas narrativas fantásticas, veremos ser essas partes um modo de engendramento fortemente imbricado do discurso literário pela cena contista, empreendida nos 1970 do Brasil. "Assim, a cenografia, por sua vez, define as condições de um sujeito-enunciador, de um sujeito coenunciador, de uma topografia linguística e discursiva, bem como de uma cronografia aos mesmos moldes"(PONSONI, 2011, p. 123)".

Este irromper cenográfico não se faz de qualquer modo, mas sim de modo a articular todos esses elementos descritos acima. Dito de outra maneira, o modo enunciativo das narrativas fantásticas dos anos 1970 no Brasil se condiciona e compõe na cenografia dos textos, algo ligado à ordem do estético literário, a sua forma. No entanto, o modo de gestão da conjuntura social e histórica compõe-se também na cenografia, revelando o fundo histórico, algo da ordem do ético literário.

Portanto, tinha-se naquele momento a compreensão da cenografia como articulação entre o ético e o estético. Fundo e forma.

Mas somente assim tomada essa articulação se mostrava "manca" teoricamente, haja vista que outras dimensões de compreensão da cenografia se dão na possibilidades de compor e gerir imagens discursivas, portanto, também ideológicas, das narrativas. Essas imagens de si podem vir da demonstração de um *ethos* discursivo que essas obras projetam ao ambiente social e histórico.

É dessa ponta, digamos, solta, é que se fez uma das principais força-motriz da pesquisa. Ao menos, em período inicial, embora mantido até o ponto atual.

Por isso, ao levar em conta reflexões argumentadas, nosso objetivo, ora especificamente na tese, é o de analisar, sob um mirante discursivo, tal enlace entre obras, suas formas e as imagens ideológicas projetadas por meio de três aspectos-conceitos:

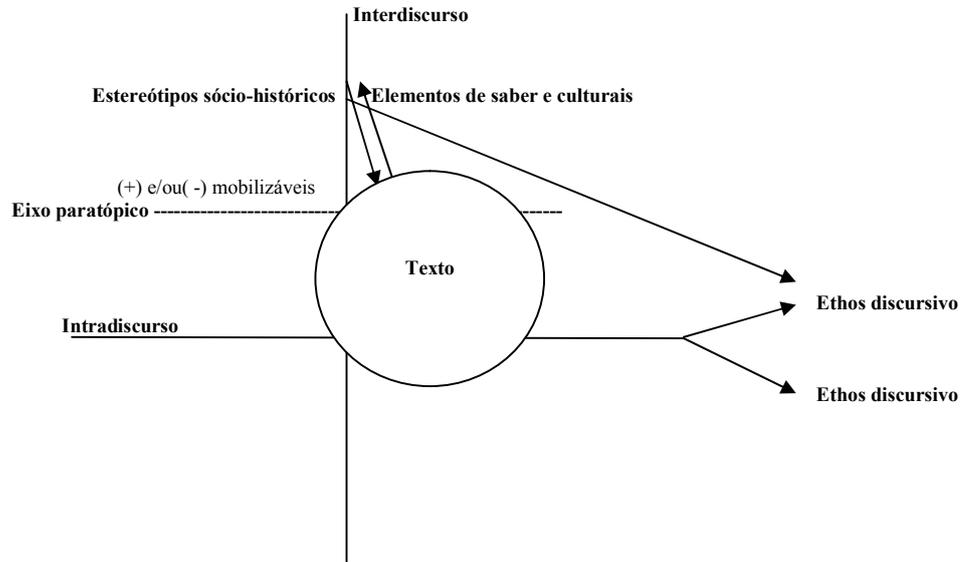
1) o da possibilidade de uma paratopia política, verticalizando composição, constituição e construção dos textos literários *corpus* da pesquisa;

2) o da possibilidade do *ethos* discursivo na horizontalidade discursiva, isto é, o *ethos* desses textos, a partir das construções de saberes e identidades como ambientes próprios à incorporação dos efeitos de sentidos paratópicos na posição tomada pelos sujeitos do discurso, possivelmente interlocutores, para além da estrutura do gênero peculiar em que estão investidas;

3) e no enlace desses três aspectos que edifica no modo como *ethos* e seus efeitos de sentidos possíveis são postos a funcionar com certo posicionamento e gestão de contexto no engendramento da cena enunciativa, ora sob a batuta de narrador e/ou personagens que conduzem a certo mundo ético de sentidos, ora sob a regência da própria inserção – simbolicamente – dos autores num campo de construção por meio de seus escritos, como um conjunto que busca de si imagens discursivas similares.

O esquema a seguir busca ilustrar a organização da tese, bem como dos conceitos teóricos.

Esquema 1



Pelo Esquema 1, podemos observar que a concepção do texto, como uma materialidade linguístico-enunciativa está em um ponto de intersecção de vários elementos. O texto, materialidade da qual retiramos nossas sequências discursivas analisáveis, elege-se como palco privilegiado onde atuam expedientes da ordem do interdiscurso, no caso os estereótipos sociais e históricos e os elementos de saber e culturais; outra questão que se dá, e pode ser vista no esquema, é a relação que o eixo paratópico mantém com a materialização do texto. Esta relação, assim como a dos elementos de interdiscurso, pode ser mais ou menos mobilizáveis, ou seja, há discursos que as mobilizam em suas enunciações e há outros que não; ademais, o que determina uma maior ou menor mobilização e/ou mais intensa ou menos intensa é a tenacidade das ideologias nas conjunturas históricas de produção, *i.e.*, é possível que determinadas ideologias, por exemplo, estejam oficializadas em um Estado totalitário, como geralmente o são em regimes não democráticos, e com isso existirem formas de imposição, circulação e manutenção dessas ideologias oficializadas, gesto que as tornam mais tenazes, mais producentes em uma determinada conjuntura histórica, mas é possível também existirem, ao mesmo tempo, outras ideologias menos tenazes, que ainda assim circulam, disputam espaços físicos e mentais e produzem ditos, escritos e saberes na mesma conjuntura histórica onde há outras ideologias dominantes. Finalmente, no Esquema 1, existe a projeção do texto para o *ethos* discursivo, o que implica de dizer, de maneira genérica, que, ao mobilizar expedientes linguístico-discursivos X, um (ou mais de um) *ethos* discursivo é

construído e será mostrado em imagens de si a um amplo auditório, e não outros expedientes linguístico-discursivos em Y, Z etc., dado também ao caráter restritivo da cenografia, dimensão de enunciação do *ethos* discursivo.

Por isso a necessidade de explicitar que forma de compreensão de texto trouxemos, haja vista nossos *corpora*, estritamente textual, no sentido físico e linguístico e haja vista discussões e diferentes abordagem quanto à concepção de texto dentro dos domínios da Linguística.

Mesmo o estudioso francês supracitado afirma que se pode dizer que textos, atualmente, são a base de referência para diversas pessoas e distintos meios compreenderem os fenômenos de linguagem, sejam eles quais forem. Mais ainda “poucas pessoas hoje contestariam a ideia de que o texto constitui a única realidade empírica com a qual o linguista lida: unidades como a frase ou a palavra são necessariamente retiradas de textos” (2010, p. 9).

Mas não somente isso: textos, por seu turno, remetem a gêneros de discurso, que são conceitos que se desenvolvem como quadros de referência para toda a comunicação pensável numa dada formação sócio-histórica, sendo que a própria conceituação de “gênero do discurso” é utilizada para atividades como o registro nascimento, o debate televisivo, a conversação, entre outros.

Entretanto, não é tranquilo asseverar que textos são unidades básicas de estudo, principalmente quando nos dispomos a investigar práticas discursivas da mídia, campo da comunicação social, em que enunciados curtos, geralmente constituídos de uma única frase e que circulam fora do texto, são regularidades, por isso uma própria forma de dispersão desse campo discursivo. Em nosso caso, evidenciado no Esquema 1 (página 21), texto está sendo

(...)encarado como *texto-produto*, em que o texto é apreendido como traço de uma atividade discursiva – oral, escrita, visual – relacionado a dispositivos de comunicação, a gêneros de discurso: desde os mais elementares(uma etiqueta numa mercadoria) às mais complexas(um romance)".(MAINGUENEAU, 2015, p.37).

Isto pode até parecer trivial, mas não o é quando pensamos que há de fato uma disputa de conceituação bastante grande dentro dos estudos linguística acerca de o que é e do que se trata um texto, como dissemos em linhas anteriores.

Dessa forma, acreditamos que não se separa um fundo de uma forma e que se pode perscrutar as condições de possibilidade discursivas em que emergiram o conjunto de narrativas fantásticas durante os anos 1970, no Brasil. Isto é, as razões histórico-

-sociais que possibilitaram a tais narrativas emergirem e não outras no lugar delas, em um momento histórico delimitado como correlação de forças ideológicas.

Esse gesto de análise e interpretação se dá na observação de como nossos materiais de análise propiciaram a criação devido a seu posicionamento no campo, a uma validação institucional literária (autores, leitores, circulação, consumo, impressão etc.), a uma mobilização de certo gênero, a um certo estilo, dando espaço, assim, para condições de subjetivação e identificação com o Brasil daquela época. Ou seja, um mundo possível de representação literária, contado, recriado e representado, metafórica e alusivamente, nas narrativas contistas, interpretação esta que buscamos fazer através da noção-conceito de paratopia, mais especificamente paratopia política, termo teórico com o qual empreenderemos a análise dessas construções criacionais.

Além disso, esse gesto de análise e interpretação se dá no entendimento de como imagens discursivas, devido a uma prova do conceito de *ethos*, foram projetadas por meio da enunciação dos textos dessas obras. De outro modo, se há convergência entre o que se é dito por meio da materialidade linguística e o que está mostrado na materialidade discursiva. Convergindo ou não, há de se levar em conta essa dialética de interações, as construções subjetivação e representação almejada em um movimento nos discursos dos textos

Procederemos assim, de um lado, na compreensão de que, em que medida, a publicação destas obras contribuiu para a emergência e legitimação de um saber de resistência na geografia brasileira, que buscou confrontar a ordem discursiva logicamente estabelecida. Um tipo de discurso tópico perpassando os meios sociais e acadêmicos. De outro lado, essa maneira de se pensar o discurso literário, pelos caminhos teóricos de Maingueneau, faz com compreendamos características peculiares que permitem observar tanto o plano enunciativo quanto o discursivo, sem dissociá-los.

Para tanto, os materiais de análise da tese podem nos permitir um estudo específico desse universo metaforizado, aludido e representado em narrativas urbanas sobre o cotidiano de sujeitos-personagens comuns por meio da construção em dispositivos de comunicação de um saber, tais como os contos, mobilizando uma subjetivação permissiva a entender e entender-se como sujeitos históricos, além de imagens discursivas via *ethos*, como mencionamos, balizadas na cenografia de uma cena enunciativa para explicar, linguística e discursivamente, a adesão de um tipo de interlocutor não exclusivamente preso à cena

genérica – aqui dizendo respeito ao caráter dos gêneros na cena enunciativa – em que se desenvolvem essas narrativas fantásticas dos 1970.

Isso permite também refletir um movimento que levava em si, numa espécie de corrente de retorno, também certas construção de uma imagem por meio de seus textos. É, portanto, dessa frincha teórica que podemos tirar nossas pretensões para o trabalho.

Todavia, antes e acima de tudo, ao horizonte também se colocam questões difíceis de lidar, tais como a operacionalização desses materiais de análise para constituição dos *corpora* analíticos. Dessa forma, o norte condutor para esse quesito metodologia dos *corpora* segue as premissas de ler, descrever e interpretar. Esse processo é bastante bem abordado por Michel Pêcheux(2008).

Para nos explicitar esse procedimento nos diz o filósofo que lançou a "pedra angular" da teoria do discurso na França que a apreensão do próprio da língua se dá não somente pelos elementos lógicos ou elementos frásticos da língua, mas também por aquilo que lhe é próprio, um real de condição de existência, algo que exista tanto no plano material quanto no plano simbólico e que, muitas vezes, escapa a toda tentativa de torná-lo[este real e próprio da língua em algo logicamente estabilizado]. E para dessa forma proceder:

A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa concepção da descrição supões ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela não se instala: o real da língua. (...) Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos linguistas como condição de existência(princípio), sob forma de existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan. (PÊCHEUX, 2008, p.50)

Como vemos na citação, é dessa característica inescapável da língua, existir no material e no simbólico, que a questão do descrever e do interpretar como uma abordagem discursiva dos objetos nos acontecimentos se faz crucial ao trabalho de pesquisa em análise do discurso.

A busca do analisa de discurso em objetos que orbitem nos limites do que, convencionalmente, coloca-se como logicamente estabilizado faz-se pertinente e necessária a encontrar o que também se encontra nesse próprio limite: os equívocos, as falhas, as rupturas, os *nonsense*, os chistes, as metáforas, as metonímias, as representações de mundos possíveis, como, por exemplo, ora se faz a literatura, objeto no qual nos debruçamos.

É precisamente nesse limite que estão imersos campos dos elementos logicamente não estabilizados, que desafiam a pesquisa na tríade que ora denominamos compreender, descrever e interpretar.

Ademais, essa maneira de descrição dos acontecimentos, dos conjuntos textuais, de tipos de discurso, entre outros, não se altera, exceto se existir formas de interdição que se busque prender os sentidos em um universo logicamente estabilizado, em um princípio basilar que é o de que o(s) sentido(s) de todo enunciado pode derivar para outros sentidos, e todo enunciado, assim como o sentido, é possível de ser descrito em uma série de pontos possíveis de deriva, abrindo a picada na floresta de sentidos para a interpretação. E "É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso"(PÊCHEUX, 2008, p.53). Esse é o espaço das disciplinas de interpretação.

Busca-se a compreensão de outros discursos, elementos linguísticos, imagens, narrativas, sujeitos, códigos, gêneros, sentidos, que circulam na história social, ou seja, que já estão lá em alguma medida, para descrevê-los e interpretá-los a partir de filiações identificadoras, como redes de memórias sócio-históricas, no momento presente ao fato analisado dos acontecimentos discursivos, sejam eles um evento, um texto, uma sentença, enfim, mas sempre com a possibilidade de múltiplos territórios de sentidos. Assim:

Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. E é nisto que se justifica o termo de disciplina de interpretação, empregado aqui a propósito das disciplinas que trabalham neste registro(PÊCHEUX, 2008, p.55)

Em uma leitura mais afoita, pode-se pensar que essa questão da descrição/interpretação, batimento que Pêcheux coloca como força-motriz dos trabalhos de análise do discurso nos acontecimentos e que nós aqui colocamos como tríade descrição/compreensão/interpretação, nos faz crer que essas mesmas interpretações sejam tais quais outrora pensou-se "obras abertas". Todavia, o próprio pensador francês chama à atenção para que essa interpretação não deve ser um "não importa o que". E que de fato há sim uma questão-problema nas práticas de análise discursiva em determinar o momento próprio da interpretação e o momento próprio da descrição.

A isso, soluciona-se ao analista compreendendo que descrição dos objetos no acontecimento discursivo coloca em evidência o jogo próprio que os enunciados estão submetidos, possibilitando assim a compreensão de lugares de furos, apagamentos, ressaltos,

recalques, espaços de derivada dos sentidos, lugares vazios para encaixe de sentidos, processos históricos de significação de uma imagem, palavra etc.), para disso, desse discurso-outro virtualmente presente na leitura da interpretação discursiva, se fazer a gestão dos processos históricos no discurso, tal qual pretende-se aqui com a noção de paratopia política da literatura imersa na noção dos discursos constituinte.

Com efeito, por mais debatida que pareça ser a questão e por mais que se queira deixá-la tranquila existe uma ampla complexidade quando a noção de *corpora* encontra-se à de discurso e as metodologias que esta disciplina dispõe para trabalhar a questão. Por isso também a trouxemos para debate envolta na questão dos objetos, na descrição e interpretação.

Em nosso *corpora* de pesquisa, ao pensarmos em discurso como um repositório de um conjunto de textos faz mais sentido uma linha discursiva à qual nos filiamos, que é a francesa, em que suas origens remontam às noções discursivas de Michel Foucault e Michel Pêcheux, principalmente.

Para se consolidar os *corpora* de uma pesquisa, pela base textual, podemos constituir-los de um texto, de um conjunto de textos, de trechos de textos, enfim, mas não podemos deixar de fora uma questão central que é fazer a diferença entre texto e *corpus*. Se no Esquema 1 tentamos mostrar qual noção de texto, o qual visto como "produto" de um processo discursivo, podemos garantir partes deste texto como nosso *corpus*, desde que estejamos atento a alçá-los a uma condição de apreensão discursiva, e não somente a uma tradição mais filológica de apreensão. Com isso:

Os analistas do discurso não estudam obras; eles constituem *corpora*, eles reúnem os materiais que julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito, em função das restrições impostas pelos métodos aos quais recorrem. Desse modo, analistas do discurso se afastam do modelo da leitura empática, do "contato vivo" com um texto concreto, que seria rico de um sentido inesgotável. (MAINGUENEAU, 2015, p.40)

Assim o sendo, a princípio separamos desses *corpora* – com os quais iniciamos o percurso de reflexões teóricas e analíticas e foi denominado *Corpus-1* e *Corpus-2* – trechos de texto efetivamente analisados, denominados como *Sequência de Análise(S.A)*, numeradas na sequência linear 1,2,3... Com essa sequência recortada é que fizemos as análises e tentamos inferir questões atinadas ao conjunto de nosso arquivo com as obras analisadas.

O que desejamos com essa operacionalização é – e a AD nos fornece tais subsídios – é a decomposição textual, para abrir a possibilidade de apreender as marcas da história material nos discursos. Esse movimento se coaduna às premissas epistemológicas e metodológicas da Análise do Discurso, desde suas primeiras formulações como disciplina de um dado domínio teórico. Logo:

seu procedimento é o de uma espécie de psicanálise do discurso animado por um projeto marxista, cujo alcance é simultaneamente político e epistemológico: procedendo a uma análise - leia-se "decomposição" - dos textos, procura-se revelar a ideologia que eles estão destinados a dissimular. (MAINGUENEAU, 2015, p.19)

Como vemos pela citação, a Análise do Discurso flerta com a decomposição textual por vias do materialismo histórico. Entretanto, essa decomposição não é, em nosso caso, para achar o inconsciente do texto, mas o que é consciente, o exposto, o visto, mas o visto, exposto, iluminado, a partir de um empreendimento textual, ou, ainda, um "como" se faz um texto e não apenas "o quê" ele dá a mostrar. Em última análise, o texto como um dispositivo, mas um dispositivo de enunciação.

A lista dos contos selecionados se constitui em:

- *Corpus-1(Cadeiras proibidas)*: O homem do furo na mão; O homem que entrou no cano; O homem que viu os postes dobrarem; O homem que viu o lagarto comer seu filho; O homem que descobriu o dia da negação
- *Corpus-2(Seminário dos ratos)*: Senhor diretor, As formigas e Seminário dos ratos

Esse *corpus* foi escolhido por representar textos do período histórico que queremos compreender, por ser de um tipo de gênero, que se expressava sobretudo por contos, bastante em voga nos 1960, 1970, na América Latina como um todo, e por serem já do final dos anos 1970, isto é, há a possibilidade discursiva – posto que a possibilidade real e cronológica é de fato isso, ou seja, um conjunto de fatos e histórias apanhadas durante o período mencionado – e, portanto, de terem abarcado diversos discursos produzidos durante quase todo o período de ditadura militar.

CAPÍTULO 1: Fundamentação teórica

1-) Questões de literatura e linguística

Para se pensar processos de análise de sentido e seus efeitos a literatura é sem dúvida um lugar bastante revolvido do qual se ocupam muitas pesquisas e pesquisadores. A historiografia das análises literárias mostram que, em uma maneira ampla, ora as formas e os estilos literários (principalmente os vistos por meio das escolas) ganham notoriedade e autoridade no dizer de tais sentidos e seus efeitos; ora, por outros caminhos, o conteúdo do que está sendo expressado na manifestação artística literária recebe as devidas atenções e perscrutações, seja pelo intrínseco ao texto, seja pelo extrínseco ao texto (um fundo histórico); não há, no entanto, em muitos casos, a vontade de ser fazer uma amálgama entre forma e conteúdo do fato literário.

Dos poucos casos vistos nesse entrelugar, em que se privilegiam facetas de estudo por motivação de fundo histórico, em qualquer que seja o aspecto analisado, a pergunta basal gira em torno de que relações se pode obter, para a conjuração dos sentidos, entre o que um texto literário expressa, onde se pode "traduzir" o anseio da pergunta genericamente por qual a correlação com o que se dá a dizer a um dado tipo de leitor. Ou seja o que uma obra realiza na *performance* de sua enunciação e pode ou não ser atribuído a uma gestão da conjuntura histórica na qual essa obra irrompeu em suas condições de possibilidade de produção.

Notadamente, acreditamos que nossa maior empresa analítica seja tentar refletir nessa pesquisa a existência de elementos estéticos, manifestos na enunciação linguística, e elementos históricos, manifestos nas instâncias discursivas da enunciação dos materiais de análise *corpora* para essa pesquisa, que possam ser unidos em uma obra literária e observados à lente da descrição, compreensão e interpretação discursiva do fenômeno social do fato literário. Além disso, cremos igualmente que ao chegarmos a esse ponto de conversão podemos obter, ainda que por meio de indícios e inferências, o que tornou possível em um dado espaço-tempo a uma obra ou conjunto delas existirem em reais publicações e circulações, seja de um aspecto estritamente literário, seja de um aspecto mais amplo, o discursivo; e como essa irrupção discursiva se deu a incorporação de sujeitos a esse universo discursivo materializado no mundo ético das narrativas em questão da pesquisa.

Como já mencionamos anteriormente em qual vertente de uma análise de discurso nos inscrevemos, talvez seja um momento propício para passarmos à etapa em que diremos como o estatuto teórico de discurso pode e deve contribuir para a construção de uma

análise do discurso literário, ainda em desenvolvimento dentro da escola francesa de análise de discurso, tanto no Brasil como em outros lugares pelos quais se utilizam a epistemologia da escola pecheutiana.

Para prosseguir o desenvolvimento deste tópico, é preciso dizer, antes, que existem questões preteridas historicamente de respostas em todas as epistemologias das ciências humanas e pelas quais devemos lutar e estudar (em nosso caso de um mirante discursivo) nos mais distintos objetos de pesquisa. Não seria diferente no caso dos objetos literários.

Por um lado, para uma análise do discurso literário, segundo a qual tentamos empreender – qual seja bastante inspirada nas teorizações e métodos forjados pelo teórico francês Dominique Maingueneau (2006b, 2010) –, não existe, em um espaço discursivo, uma literatura como “o discurso”, em que somente alguns exegetas, alguns *corpora*, algumas teorias e instituições podem frequentar e realizar a liturgia analítica.

A construção de uma Análise do Discurso literário, portanto a própria teoria discursiva em si, não pretende nem objetiva prender a literatura nela mesma, como se fosse um tipo de discurso em fechamento e espacialmente visto como um discurso de exceção. A AD não pretende criar prisões teóricas em que se engendre um dualismo entre os expedientes de criação da ordem histórica e os expedientes de criação da ordem estética.

Não se quer dizer com isso que não existam textos literários extraordinários, alcunhados muitas vezes de clássicos, por escolas, livros didáticos ou manuais, cânones (embora para este termo existam teorias específicas que vão além da visão de clássico) e que muitas vezes o são com razão. A teoria discursiva, na verdade, não vê fronteira do que pode e deve ser analisado. É algo com fronteiras elásticas, mas com identidade. Em outras palavras, há conceitos, métodos, hipóteses, enfim, todo um núcleo duro e um cinturão de proteção dos valores conceituais, para parafrasear o epistemólogo Imre Lakatos.

O que se quer dizer é que a AD não se esgota somente em estudar os chamados textos prestigiados ou somente os textos clássicos. Esse movimento, desafiador, porque não dizer, da AD, já desde seu princípio com a sua proposta de mudança de terreno na análise linguística de sentidos, deslizando-se o sentido, e seus efeitos de sentido, para uma estrutura (não estruturalista) de discurso, na qual se pudesse conjugar história, ideologia, língua e os efeitos de sentidos dessa tríade teórica. Ou seja, uma teoria no sentido de materialização da história concentrada no sistêmico da linguagem.

Por outro lado, essa postura da AD diante dos discursos em circulação na sociedade, a literatura mais um deles, afronta uma certa *Doxa*, um construto teórico que

buscou criar um sentido comum de se entender a literatura desde as revoluções burguesas, passando pelas estéticas românticas que as sucederam até explicações em teorias atuais, como a história literatura pela via teórica da história das mentalidades. Isto é, a construção de um campo literário, sobretudo no século XIX, a partir de uma concepção ética e estética, de uma maneira fazer e de pensar uma estética romântica, na qual existiriam obras e textos eternos, atemporais, "intransitivos", "autotélicos" e obras e textos efêmeros, menores, "transitivos". Isso trouxe, além do mais, uma divisão de tarefas, na qual tarefa se entende o que pode e deve ser estuda dentro do campo literário e o que deve ser relegado a uma fronteira além.

Todavia, pode-se ressaltar que, devido à saturação, em certos casos, de trabalhos que se debruçam sobre autores e obras mais "consagrados", surgem novas frentes de trabalho que tentam dar conta de analisar obras menos consagradas aos olhos de críticos e público, até mesmo pelo advento da Escola de Annales e o surgimento da corrente teórica Nova História, que busca desnudar a micro-história, a história de documentos e fatos menores e não necessariamente a história dos monumentos, dos grandes personagens e das grandes mentalidades.

No entanto, o que queremos e nos interessa ressaltar é que a divisão entre textos mais "sagrados", dignos a serem consagrados pelos estudos exegéticos, e textos menos sagrados, dignos de não tanto prestígio, se faz presente até os dias atuais. Portanto, uma análise que ainda não se findou.

Esse movimento, além disso, impõe certo quadro interpretativo à divisão de tarefa. Há, de uma face, estudos que privilegiam as manifestações de forma, por isso, então, se vale de do ponto de vista estilístico, e suas diversas nuances ou, de outra face, estudos que privilegiam dados de conteúdo, em que justamente um fundo, geralmente trazido como histórico ou como contextual, é a força-motriz de análise.

Isso se dá, portanto, de um ponto de vista do conteúdo, no qual as linhas de pesquisas se misturam a historiografia(fatos que marcam, cronologicamente, os movimentos, os textos, a publicação etc.), ao biografismo(onde é possível desdobramentos em níveis psicológicos, a psicologia da personagem, uma teoria psicanalítica jogando luz aos fatos e movimentos da narrativa etc.) ou até mesmo uma história das mentalidades ou das práticas sociais(uma dada obra surge durante a Segunda Guerra, portanto carrega marcas dessa contextualização, ou, de outra forma, uma obra surgida aos tempos da Revolução Industrial por certo deveria carregar marcas dessa conjuntura histórica etc.)

A AD, sem comungar com essa economia de pensamento, não se pretende encerrar a uma divisão em que separaria uma forma e um fundo. Ou seja, se há, de um lado, elementos de uma dada conjuntura histórica em certas obras literárias, eles existem, pois pela própria configuração enunciativa da obra literária, na qual muitos elementos estão em voga. Não é somente um contexto truculento, opressor, que fará da obra literária sua alegoria, seu panfleto. Haverá certamente nas instâncias enunciativas a gestão de tal conjuntura histórica, mas ela se formará por muitos motivos, para além de uma correspondência direta entre contexto e texto.

Dizemos isso, pois a divisão que se pensa existir entre textos “profanos”, pertencentes a ciências sociais e humanas, e os textos “sagrados” da literatura é, de certa maneira, tudo que a AD procura se distanciar, apreendendo, para isso, as múltiplas discursividades, ao buscar a perscrutação de um discurso, em um mesmo movimento, que se atenha sim à singularidade do objeto. Dito de outra maneira, um texto literário do período romântico tem suas questões próprias, tal qual os textos de narrativas fantásticas ou, por que não, um a fala de um sujeito inscrito em um discurso político, mas também todas as formas que esses discursos, imersos em seus campos, adquirem, se configuram, se compõem, seja naquilo que eles recuperam de um interdiscurso a cercá-los, um efeito de pré-construídos, por exemplo, ou até mesmo aquilo que os afetam ao entrar em embate em dado campo de disputa, como, por exemplo, os efeitos ideológicos.

Com efeito, sendo o discurso expresso por um conjunto de texto, como o caso de textos literários, há de se levar também em conta a historicidade do gênero do discurso e sua esfera de circulação ou, por mais, sua cena enunciativa, em que a tríade cena englobante, cena genérica e cenografia, visada teórica de Dominique Maingueneau, faz todo sentido para se buscar, justamente, os efeitos de sentidos de um dado discurso, ou talvez, segundo nossa concepção de cena enunciativa o que a tríade, aliada aos estereótipos e *ethos* que constituem as imagens de si, que o próprio discurso performatiza, entre outras coisas. Assim, a AD não vai se encerrar apenas com noções tomadas de seu exterior, como as de psicanálise, sociologia, antropologia e aplicá-las teórica e analiticamente a textos literários. Para a AD, a análise do discurso literário não se sobrepõe um campo epistemológico, como o das ciências humanas a outro campo, por exemplo, da literatura, mas sim perscrutar todo o universo discursivo.

O desenvolvimento, a solidificação e circulação de teorias que têm como escopo primordial discursos, e tal como o descrevemos, ensejam um rearranjo do que se tem,

histórica e contemporaneamente, como a divisão de trabalho e/ou a distribuição “papéis”, ao dizer de Maingueneau, entre ciências da linguagem e ciências de estudos literários. Isso é algo que em muitas medidas propicia abalos, para bem e para o mal, nas relações epistemológicas e institucionais entre ambas epistemologias. Ou seja, numa relação de conflito para se estabelecer como a epistemologia com o estatuto e o direito de dizer sobre o objeto literário, de mais a mais, o que se tem na historiografia dos estudos é que as teorias literárias mobilizam o domínio teórico da linguística para dar legitimidade e validação técnico-científica às inferências e às intuições que os literatos dispõem ao escrutinar um texto, uma obra ou mesmo a estilística de um determinado autor e "escola" de autores .

Com efeito, o valor heurístico atinado às ciências da linguagem, *i.e.*, o caminho e a validação de múltiplas análises e sentidos buscados e aplicados para um texto literário(ou qualquer outro gênero), vem mais pelo saber acumulado e intuitivo do interpretador do fato literário do que pelo caráter de cientificidade que a ciência da linguagem dispõe, como, por exemplo, das teorias linguísticas enunciativa, as sociolinguísticas, as semânticas etc., embora, é preciso salientar, isso ocorra em um objeto de estudo cujo texto, como forma de gênero, é deveras ressaltado. Ora, assim sendo, como duvidar da qualidade dos escritos textuais de um Machado de Assis, James Joyce, Goethe, João Guimarães Rosa, de uma Virginia Wolf.

A análise plausível, sob qualquer perspectiva teórica, do material deixado por esses escritores de textos literários é literalmente sob a perspectiva da materialidade textual, do gênero do discurso, das imagens ideológicas e discursivas projetadas por texto e autores; é também pelos próprios posicionamentos que os autores assumem com seus discursos, e que projetam, portanto, os direcionamentos ideológicos, históricos e estéticos que as obras seguirão.

No entanto, a praxes nas teorias literárias em que se labutam pesquisas na perspectiva sociológica, psicológica ou historiográfica é um tanto diferente. Ao tratar o texto por uma via evidentemente não linguística, o crítico literário, o pesquisador, o esteta, hermeneuta, o historiador, exegeta ou, até mesmo, os escritores do fato literário classificam e colocam a Linguística à sombra em um terreno onde que ela teria muito a protagonizar. Talvez, quando muito, a colocam ao lastro de um senso comum.

Na perspectiva analítico-teórica em que nos inscrevemos, a da AD, portanto, de um mirante teórico bastante distinto às teorias literárias, busca-se uma direção

diametralmente oposta, qual seja, a de que a ciência da linguagem não é mera coadjuvante e é possível e pertinente utilizá-la para demonstrar as interpretações possíveis.

Para tanto, o recurso ao ferramental teórico e metodológico da linguística não se trata de um mero uso de ferramentas elementares. Nos valer dos domínios da linguística para nós trata-se do fundamental na pesquisa, em vez nos valer de noções gramaticais de bom uso ou de uso prestigioso.

Desse modo, a teoria do discurso possibilita uma dimensão bastante ampla da apreensão do texto literário e desloca a Linguística de coadjuvante para uma das protagonistas(nota-se a modalização “uma das”), pois com ela alçamos categorias para uma análise enunciativa da prática discursiva. Além de trazer consigo todos os avanços adquiridos nesse construto teórico – pensamos aqui nos gêneros do discurso, a heterogeneidade enunciativa, os processos interdiscursivos interagindo e constituindo o fio discursivo do texto, a relação intertextual, relações anafóricas, progressão temática, enfim, com o olhar discursivo sobre o objeto literário, faz-se com que se construa a análise num todo da obra, o discurso como um todo, visto tanto em questões da gestão histórica do texto, quanto na dimensão estética, analisada na dimensão dos expedientes linguísticos.

Portanto, temos o todo no processo discursivo de uma prática discursiva, no caso, a literária. Mas essa relação ciência da linguagem e teorias interpretativas da literatura não se dá como alhures tranquilamente. Há conflitos que se arrastam há bastante tempo e que se acirraram entre os séculos XIX e XX.

Posto isso, no tópico subsequente tentaremos expor um pouco dessas distâncias teóricas, cujo resultado se vê fortemente na divisão de tarefas de quem estudo o que. Faremos essa explanação tentando resumir o cerne dos discernimentos teóricos que diversas escolas analíticas da literatura propõem.

1.1.2-) Distâncias entre ciência da linguagem e literatura pela via das teorias literárias

Até o momento, passamos de forma breve sobre as distâncias e os conflitos entre as teorias de linguagem e as de literatura. Embora assim, há nessa supracitada divisão de

tarefas uma origem em tempos mais antigos. Ainda que seja possível notar tal divisão, progressivamente menor de tempos em tempos, sua formulação remonta ao século XIX⁹.

O clássico século XIX, como já mencionamos, é bastante profícuo para a formação e constituição dos domínios e fronteiras das chamadas hoje ciências modernas. É neste século que se formam claro o limite e a delimitação de o que é pesquisar em determinadas áreas, sendo essa normatização das ciências, muito em torno do pensamento filosófico positivistas, em nascença e desenvolvimento, a partir das teorias de Augusto Comte na França, assim como também da definição de diversos Estados nacionais próprios e unificado, tal como Itália e Alemanha.

Temos as ciências biológicas se constituindo em um campo, com as descobertas evolucionistas; as ciências médicas com a composição dos saberes e práticas médicas; as ciências jurídicas legitimando a formação dos estados nacionais por vias das teorias de raça, embasadas em muito nas pesquisas etnográficas e biológicas, entre outros tantos. E não diferente é também nesse período que os estudos da linguagem começam a se organizar como campo de trabalho, organizando a forma de posicionamento nesse campo.

Os domínios epistemológicos surgidos nesse período são notórios. Os gramáticos comparativistas-históricos e, posteriormente neogramáticos, empreendiam grandes pesquisas em torno da suposição de uma proto-língua, ancestral linguístico comum entre diversas línguas e possível origem das línguas modernas, além de compará-las em marcações morfológica e foneticamente em períodos históricos.

Além disso, no campo de estudos de linguagem que se formava, já havia a Filologia como uma teoria interpretadora de fatos de linguagem ligados, sobretudo a escrituras religiosas, históricas e literárias, cujo objetivo era decifrar o verdadeiro sentido dos textos e por conseguinte o espírito mentalista e histórico de uma dada época.

Esse domínio teórico estava pressionado também por uma não fronteira com os estudos linguísticos do século XIX, já que estes estudos não excluíam de seu escopo as preocupações a que os estudos filológicos se atinavam. Ou seja, falamos da questão etnográfica e biológica que se envolviam estudos lingüísticos, como os de uma perspectiva da língua como um elemento cultural e a língua como um organismo inerente aos homens,

⁹ Uma das instituições que mais difundiram a divisão entre a sacralização dos estudos literários e o que de restante se produz em aspecto de linguagem, sobretudo textual, é sem dúvida a escola regular e formal. No entanto, a visão mais restrita e firme nesse sentido tem-se modificado, ainda que lentamente; e essa modificação se dá no sentido de estudar com mais acuidade e valorização outros gêneros discursivos que não os literários ou, ainda, em transdisciplinarizá-los, mostrando a intrínseca relação(intertextual às vezes) entre as diversas produções discursivas nas esferas sociais.

formando também um dos reinos biológicos. Porém, mesmo existindo certo apagamento de fronteira “territorial” entre estudos de linguagem e filologia do século XIX, os textos literários não eram estudados pelos estudos de linguagem fora do âmbito filológico. Era efetivamente a filologia que tomava conta deste filão. Ela tornava o objeto literário um arquivo amplamente (re)visitado.

Entretanto, outro ponto que favoreceu tal divisão de tarefas e enfraqueceu o estudo da linguagem por parte da filologia se deveu a crescente autonomia que linguística passou a se valer. Um exemplo disso se dá com a criação da *Société de linguistique de Paris* fundada em 1867, a qual efetivamente não excluía preocupações de cunho filológicas, uma vez que valorizavam aspectos etnográficas da linguagem, o que, aliás, não surpreende, dado ao prestígio da etnografia¹⁰ no século XIX, contudo essa *Société* não se furtava a privilegiar textos literários, que também eram arrolados como material de pesquisa já com preocupações linguísticas.

Ainda que existissem essas aparentes divergências, o litígio formal entre linguística e filologia se deu efetivamente depois da consolidação dos estudos pós-saussurianos, e que marcou a busca do objetivismo científicos.

Nesse momento descrito rompe-se as já fracas relações entre literatura e linguística. Com isso, as preocupações com os elementos de ordem estética dos textos foram relegados a segundo plano, pois tais elementos eram vistos como pouco científicos e seriam subjetivamente considerados por aqueles que retratavam sua apreciação: tudo ficaria ao crivo subjetivista dos pesquisadores das ciências sociais e linguística.

Essa forma de enxergar o objeto a ser pesquisado encontrava a sua contramão de acordo com a visão dos filólogos, que viam as obras desprovidas de valor estético, como boas para ciências, de valor científico, mas que não exerciam em na cultura de um povo algo de relevante para falar sobre seu espírito, sua ética de posicionamentos e pensamentos. Pode-se dizer que a separação e a dedicação avantajadas aos textos literários estavam no bojo do pensamento filológico, pois, para os pesquisadores que se dedicavam a tal teoria, somente por meio dos textos literários era possível apreender o puro pensamento social de uma nação.

Se empreendêssemos uma análise filológica mais ampla, falando numa geografia brasileira, pensaríamos nos romances descritos como nativistas, por exemplo, de José de Alencar, tal qual *O Guarani*¹¹, que, embora baseados nas novelas de cavalaria

¹⁰ Resumidamente, etnografia tem suas bases ligadas à antropologia americana e está ligada ao estudo da cultura das diversas etnias, destacando suas características antropológicas, sociais etc.

¹¹ São Paulo: Saraiva, 1971.

medievais europeias, traziam figuras, imagens, personagens tipicamente ligados aos elementos brasileiros. O índio herói, as donzelas personificadas pelas filhas dos latifundiários egressos no Brasil vindos, sobretudo, de Portugal com o fito de colonizar a nova terra desbravada por este povo europeu, onde estes, vistos como nobres e benfeitores, seriam os construtores de uma identidade nacional, de uma noção primeira de nação.

Se pinçássemos esses textos tentando trabalhar pela filologia – com a devida indulgência ao romance e à epistemologia da filologia pelo argumento bastante resumidor – arriscaríamos dizer que o texto se encontrava, então, erguendo o espírito nacional em mostrar que esta terra é digna de uma valorização, que temos nossos próprios heróis, que se não há castelos, a exuberância natural da terra se faz valer como compensação.

Há, porém, ao trilharmos uma discussão epistemológica que se distancia da Filologia, outro ponto de inflexão entre teoria literária e linguística, voltado mais especificamente aos estudos de textos literários. É possível dizer que esse ponto se irrompe pelas buscas teórico- investigativas de elementos que indiquem a marca do autor – traços autorais como temas, personagens, estilo etc. –, ou as marcas de leitor/ interlocutores – pelo consumo de obras de um tema e não de outro, pelo espaço de circulação que autor, estilo e gênero têm em um determinado momento histórico –, ou, ainda, marcas da conjuntura histórica – como o que um determinado momento histórico pode influenciar na escritura literária.

Esse movimento se dá a partir dos movimentos literários surgidos, sobretudo, depois do chamado período do Romantismo, durante o século XIX, seja em relação à literatura, seja em relação a outras criações estéticas.

De início, esse grande movimento romântico, à esteira do iluminismo, trouxe de importante, além das obras e dos autores, a possibilidade de as artes, de maneira geral, se organizarem em forma de campo, pois, ao se criar estilos literários, seja por meio do gênero, seja pela visão de mundo da autoria das obras, foi possível conjugar em torno de um conjunto de ideário um grande grupo de autores e espectadores das obras.

Fiamos essa interpretação vista por meio de um campo de interação nas bases teóricas escrutinadas por Pierre Bourdieu¹². Para este pensador francês do século XX, em linhas gerais, a literatura passou a ser vista como um campo não em uma fundamentação teórica, em que a ligação da obra literária a representações de campos da sociedade não é constituinte de uma globalidade social, mas sim de setores mais limitados. Estes restritos

¹² Em **As regras da Arte**. Lisboa: editorial presença, 1996.

setores, no século XIX, fez com que a literatura se firmasse como estudo formal e disciplinar, seguindo regras específicas. A partir deste acontecimento, então, Bourdieu(1996) transfere seus interesses de estudo para as condições de legitimação dos atores num campo literário que tem a economia de regras próprias, na tentativa de escapar às análises interna ou externa, argumentando que as obras só podem ser apreendidas ao associá-las a estilos ou a espaços de obras e a posicionamentos de uns e outros no campo. Forma-se, assim, segundo o pesquisador, um campo tal como um *habitus*, que, na verdade, interpreta-se no campo literário como no de outras artes, certa associação ao campo um modo de *habitus*, sistema por meio do qual algumas disposições são incorporadas e fazem com que se integrem mais ou menos suas regras implícitas.

Dessa maneira, então, posicionamentos dos atores (escritos, leitores, editores etc.) são determinados por essas disposições e pelos possíveis posicionamentos que o campo, essas regras tácitas, permite fluir ou apertar em não liberar, sobretudo, seja em um caso, seja no outro, em função da relação de forças numa dada conjuntura histórica. Os sujeitos, ao mesmo tempo agentes e pacientes, e os discursos em que se inscrevem ressoam no do campo literário como uma luta permanente para adquirir a maior autoridade, estabelecendo fortes vínculos e relações de poder.

Essa organização em campos implicar e requer, no mais das vezes, estratégias, renováveis, diga-se de passagem, para estabelecer e perpetuar tal *habitus* do campo, que é são as próprias regras da arte. Portanto, a noção de campo traz consigo não só obras e autores – consagrados ou não –, mas também a composição de um quadro de interpretadores de obras, temas e estilo da estruturação textual desses autores e a possibilidade de construção de uma instituição literária validadora de determinados dizeres acerca dos escritos produzidos, enfim, uma semântica global para as produções e práticas discursivas.

Muito embora não trabalhem a noção de campo, trata-se de observar uma importância histórica de sua fundação e como essa estruturação em campos nos dá a possibilidade de compreender o fato literário por meio da aglutinação de estilos, escolas, obras, entre outros fatores. Ademais, outro conceito de maior importância, e esse sim com relevância mais direta à tese, é o conceito de *doxa*. Inspirados também na argumentação teórica de Bourdieu, diríamos que o conceito de *doxa* trata-se de uma noção de *doxa* e esta conceituação teórico-filosófica seria, então, algo da ordem de um consenso do pensamento sobre valores, aspectos estéticos, científicos, filosóficos, além de vários outros elementos de representação socialmente sustentados; certas noções de verdade de uma época tomadas como

dizeres autorizados e legítimos nas balizas do discurso social-científico, sob visão de mundo e estética de autores de grandes textos, ou seja, textos de grande prestígio.

Assim, alguns escritores e algumas obras passaram a ser considerados os representantes máximos dessas *doxa*. Haveria, dessa forma, textos e autores mais prestigiados do que outros, dotados de palavras atemporais, intransitivas ao dizer de Maingueneau(2006b). Obviamente, há muitas críticas, em diferentes epistemologias, que contestam o estatuto de verdade do conceito de *doxa*, mas nesta pequena explanação ela faz o desfecho do capítulo, pois pela perspectiva de discurso literária assumida por nós e desenvolvida nas teorias de Maingueneau acerca desse tema, *doxa* representa uma mudança no paradigma de observação e da própria apresentação da literatura enquanto campo, posicionamento e discurso. Algo que não exatamente trivial e óbvio, até mesmo porque, como veremos na sequência deste capítulo, nem sempre a relação entre teoria literária e teoria de linguagem(como por exemplo a AD o é) se fez tranquila nem mesmo se apresentavam como fundamentalmente necessárias umas às outras.

Mas a estética romântica também organizou a forma de compreensão e interpretação do texto literário desde seu surgimento no século XIX. Como abordamos em Ponsoni(2011) e agora aqui, existem aporias sobressalentes entre as teorias linguísticas e as teorias literárias que se deram no período anterior ao ápice da epistemologia do chamada estruturalismo, grupos diversos de pesquisadores, em inúmeros domínios científicos, que se lançavam à pesquisa de fenômenos naturais ou sociais à luz do método de pesquisa advindo dos trabalhos do linguista genebrino, Ferdinand de Saussure, alcunhado então pai da linguística moderna. É preciso ressaltar, contudo, que o boom estruturalista dos anos 1940, 1950 até meados dos anos 1965 trouxe para o centro dos problemas de pesquisa científicos os objetos literários que inquietavam uns sem-número de pesquisadores, principalmente na França, origem geográfica do estruturalismo como um todo.

Porém, algum tempo antes, havia o que se entendia como domínio, campo ou corrente teórico-metodológica da filologia, a qual teve grande sucesso, por exemplo, na própria geografia francesa, principalmente no que tange aos estudos literários. Essa corrente teórica ganhou força institucional investindo seu corpo epistemológico e metodológico em disciplinas chamadas, no mais das vezes, de “história literária”, que, por seu turno, tiveram alicerces fincados desde os séculos XIX e XX.

Ainda assim, no entanto, na cultura ocidental vista de uma maneira mais ampla, é em uma conjuntura bastante diferente a essa descrita linhas acima que o firmamento

filológico se deu e os primeiros trabalhos de estudo dos textos literários foram iniciados. A empresa de perscrutar textos literários ligando-os à conjuntura histórica em que surgiram se dava já com os "filólogos" alexandrinos.

O aparecimento em tempos antigos de diversas formas manifestação linguageira, bem como em razão das transformações vividas pela sociedade grega antiga, fez com que perdessem elementos que primeiro constituíram, principalmente, obras de Homero, um dos principais autores literários gregos e, diga-se, mais estudos por filólogos, e outros textos de gênero documentais ligados ainda às obras de Homero.

Assim sendo, a Filologia desse período alexandrino tinha como missão resgatar valores perdidos desses textos e revigorá-los ao pensamento que era contemporâneo à época desses primeiros filólogos. Com efeito, a perscrutação desenvolvida tinha como base saber mais do que, entre outras coisas, se um sujeito chamado Homero era ou não o verdadeiro autor ou alguém que de fato existiu, e sim esclarecer se os efeitos de sentidos circulantes nos textos deste autor – e de outros também – refletiam os saberes vigentes e modulares da sociedade grega dos tempos das publicações homéricas.

Todavia, a filologia do século XIX, caudatária desses primeiros movimentos, desenvolveu uma fecunda metodologia de análise e crítica textual para entender como um contexto histórico poderia se fazer ouvir em vozes discursivo-sociais na materialidade textual. Mas essa busca não se fazia exclusivamente nos textos literários, haja vista que o filólogo era um auxiliar ou forma-sujeito do historiador, analisando textos – documentos de toda ordem – capazes de dizer sobre o espírito e o modo de vida da sociedade em que surgiu. Tal como um arqueólogo, que, por meio de suas escavações, compara cerâmicas, ossos e outros vestígios, datando seu período de elaboração e composição e dizendo se traços materiais e/ou biológicos são pertinentes à sua forma são dessa ou daquela época, por um ou outro motivo, o filólogo via-se imbricado nesse caminho investigativo.

Para a filologia, os textos, sobretudo, tinham a voz privilegiada no tocante a mostrar vestígios de materiais que não tinham data, local, autor ou gênero, precisamente registrados e conhecidos. A propósito, esse é um movimento que Michel Pêcheux, em seus estudos epistemológicos, critica na Linguística pós-saussuriana.

O filósofo francês, fundador da escola de Análise do Discurso francesa, vai refletir que, ao se deter na economia do sistêmico da língua, a Linguística estruturalista deixa de observar essas perguntas inerentes à função que os textos, rastros vivos de discursos, exercessem nas circulação e construção dos sentidos nas diversas sociedades. Ao tratar textos

às bases estruturais, a Linguística moderna passou a enxergar os textos em sua funcionalidade –, por exemplo, um que os substantivos se relacionam com outros substantivos, em termos de fonemas, morfemas etc., e mais ainda, o que essa inter-relação estrutural tem a dizer sobre a funcionalidade dos elementos linguísticos em relação a eles e ao todo do sistema linguístico –, e não mais estritamente em sua função social.

Numa visão bastante atomista, ou seja, marcadamente ligada aos detalhes de um texto – uma forma de grafia em determinada letra, um padrão de tamanho, o uso de determinada palavra, um erro na grafia, uma tonalidade diferente da tinta, a recorrência de determinada descrição, um perfil psicológico das personagens –, buscava-se ligar esses múltiplos pontos a uma conjuntura favorável ao aparecimento de determinados discursos. Dessa forma, os filólogos tentavam elucidar um conhecimento social por meio dos documentos textuais, ao lado das escavações arqueológicas, sendo que, se os textos permitiam esse movimento de decifração social, também permitiam reconstruir realidades perdidas. O elo entre uma realidade não totalmente explicada e o desfecho a que se pretendia chegar poderia vir por meio das escrituras.

Os textos eram vistos como expressão de uma época e textos vistos como produto de um lugar, de uma razão de modo de existência, a Filologia do século XIX movimentava-se, oscilante, entre ser uma filologia ampla e uma filologia estrita. Sob a forma ampla, por um lado, pretendia-se a uma ciência da cultura, que determinaria o espírito humano; contudo, ela ligou bastante a culturas nacionais, não tendo um caráter totalmente amplo, vinculando-se, no mais das vezes, a teorias da etnografia¹³.

De um lado, a filologia dita ampla tinha um ferramental teórico-analítico hermenêutico, ou seja, um composto de interpretação do texto pelos significados das palavras em que nele figuram, tentando reconstruir nos documentos verbais as sociedades que o escreveram, dando, por sua vez, a essas sociedades os textos decifrados culturalmente e lhes atribuindo ser os detentores máximos dessas expressões culturais.

De outro lado, a filologia estrita estava encarregada de concentrar o conjunto de técnicas utilizadas para estudar os manuscritos, datá-los, classificá-los em suas variantes. Tais práticas compuseram um quadro sólido de métodos e conhecimentos atinados à prática filológica.

¹³ Resumidamente, etnografia tem suas bases ligadas à antropologia americana e está ligada ao estudo da cultura das diversas etnias, destacando suas características antropológicas, sociais etc.

Mas a Filologia debruçava-se, sobretudo, nos textos antigos e literários, ligados à Idade Média. As produções verbais posteriores a este período histórico ficaram a cargo das epistemologias concorrentes que, no século XIX, firmavam-se, cada qual em sua peculiaridade, em seus campos teóricos. O século XIX em si é o momento histórico em que as ciências da cultura: história, etnologia, direito, geografia e outras ciências sociais concorriam e contrapunham-se à ideia globalizante dos pesquisadores da filologia.

Houve uma divisão de tarefas, em que, na balança desses poderes, a filologia ocupou um prato com a frente de trabalho dedicada a textos antigos e textos literários; no outro prato da balança, as Ciências Humanas e Sociais ficaram incumbidas de trabalhar os textos recentes (Idade Média adiante) e sem conteúdo estético.

Além disso, e vale ressaltar por ser um ponto de especial interesse deste trabalho, a Filologia no campo da linguagem estava pressionada também por uma não fronteira com os estudos linguísticos do século XIX, já que estes estudos não excluía-m de seu escopo as preocupações a que os estudos filológicos se atinavam, matizadamente a questão etnográfica e biológica que se envolviam estudos lingüísticos, como os de uma perspectiva da língua como um elemento cultural e a língua como um organismo inerente aos homens, formando também um dos reinos biológicos. Porém, mesmo existindo certo apagamento de fronteira “territorial” entre estudos linguísticos e filologia do século XIX, os textos literários não eram estudados pela Linguística. Era efetivamente a filologia que tomava conta deste filão. Ela tornava o objeto literário um arquivo amplamente (re)visitado.

A pesquisa do analista-filólogo imbuía-se de remontar as situações e identificações que primeiro versaram acerca de um texto antigo. Isso mostra algo da ordem da interpretação das obras literárias antigas sob o fiel da balança da pesquisa filológica. Essa interpretação se dava também em conformar obra e autor a um espírito de um tempo e também a um padrão, no caso europeu, de criação literária. Caso o autor fosse bem identificado e seus parâmetros de criação fossem também padrão esperado, o pesquisador filólogo deveria remeter a obra do autor à representatividade de um pensamento socialmente sustentando, em que se concatenariam elementos individuais e elementos coletivos.

A obra e o autor, então, seriam consagrados como representativos da visão histórica e social que ilustravam os textos. Diríamos, em última instância, que a criação de um indivíduo autor conseguiu captar, num sincronismo de tempo e lugar, todos os discursos (tal como o entendemos pela AD) que circularam período de irrupção de sua obra. O singular que pressupõe o universal, num esquema de correspondência.

É possível arriscar a dizer que geralmente esse movimento em que se avalia o momento histórico-ideológico-político de certa conjuntura sob o prisma do autor acontece com os artistas de forma genérica. Quem contestaria os traços pictóricos de Van Gogh ou de um Monet? Seria difícil encontrar quem diga, em primeira instância, que eles não seriam os representantes com suas obras do que era o espírito de uma sociedade representado na obra. Quem diria não haver autoridade para representar um “verdadeiro de uma época” ou “o espírito socialmente sustentado” nos escritos de Machado de Assis, Eça de Queirós, Antero de Quental?

Estes nomes artísticos, "autorísticos", entre outros, fizeram história em suas obras justamente por aquilo que se diz, reflete e escreve em críticas e estudos, sendo uma parte deles feita em estudos filológicos também, sobre os elementos socialmente sustentáveis de suas obras. O Shakespeare de sua época não é o mesmo Shakespeare de hoje¹⁴. Entre eles há diversas leituras, estudos, pesquisas, entre outros elementos, que vez ou outra mudam a direção dos estudos. Foucault¹⁵ mostrou de forma excepcional e lapidar a construção das práticas discursivas e seu tempo de vigência na ordem do dizível.

A filologia, porém, ao tentar unir a obra ao que primeiro se versou sobre sua identificação em uma época e lugar de surgimento, não o fez aproximando-se das próprias condições históricas da enunciação dessas obras. Esse traço abandonado nos leva a crer que as pesquisas filológicas ajudaram a erguer um muro que separa fundo e forma, algo bastante criticado pela AD, haja vista que o estudo de um dispositivo de comunicação, como, por exemplo, um texto literário, deve levar sim em consideração todos os elementos histórico-ideológicos que o plasmaram em dada época, lugar, prática institucional e modo de apreensão autoral.

A obra literária não deve ser apreendida apenas nas gramáticas normativas, como não o é de fato, haja vista as inúmeras pesquisas acerca dos conteúdos de sua obra, quando se quer dar um exemplo de oração subordinada adjetiva restritiva ou de uma oração intercalada com função de citação; tampouco abordando somente os aspectos sociológicos, biográficos e psicológicos de sua autoria, bem como de suas personagens, temas e enredo. É preciso, e essa é a empresa deste trabalho, para entender de um modo mais global.

¹⁴ A propósito, Shakespeare tem em suas obras um dos palcos da discussão se são de fato escritas por um sujeito que viveu no final da Idade Média na Inglaterra, que pouco se soube de sua vida etc. Ou, se por outro lado, eram de Francis Bacon, o filósofo, ou de algum outro indivíduo.

¹⁵ **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008a e **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2008b.

Já o que se conhece como literatura sob a perspectiva da estilística investiu de certo em um movimento de pesquisa de forma oposta à filologia francesa. É na conjuntura histórica dos inícios dos anos 1920 que Leo Spitzer dá início a uma marcha de pesquisa estilística da literatura. Todavia, esses estudos ecoaram no ambiente de pesquisa francês nos anos 1970, quando foram traduzidos e utilizados pelos estudos da nova crítica. Assim, pela proposta descrita na citação, para a qual Spitzer deu grande ênfase, os escritos de um dado autor representam o “espírito” de uma época.

Algo que a Filologia ampla já havia ensaiado, mas com a ressalva de que o polo passaria a ser a visão do autor, como uma inovação ou criação mentalizada por um indivíduo, ao contrário de a obra ser o “espírito de um povo” em razão de o conteúdo escrito ser representativo para tal acontecimento. Portanto, a sociedade em que determinada obra emergiu conta, na visada de Spitzer, o elemento subjetivo de cada autor, diferentemente da história filológica literária.

Uma visão individual do autor sobre o mundo que daria acesso a mundos possíveis coletivos, amparados no pensamento coletivo, social e historicamente sustentado. Dessa maneira, as obras representariam universos fechados e não mensuráveis com relação ao outro, a outros universos de saber. Além disso, um dos avanços da teoria estilística empreendida por Spitzer é o de não transformar a análise num ambiente atomizado, em que cada ponto da obra tomado para análise “desvendaria” a chave do mistério que cercaria hipoteticamente a obra analisada. O texto literário na estilística spitzeriana é entendido como um objeto a ser pensado num todo coesivo, a partir do gatilho textual.

Digamos que uma pesquisa nessa linha elege-se como material de análise a obra *Os sertões*¹⁶, de Euclides da Cunha; poderíamos dizer então nessa toada de análise que os relatos enunciados pelo jornalista-escritor ao jornal *O Estado de S. Paulo* e, posteriormente, publicados como livros, eram apreensões do autor, com suas subjetividades, com sua visão de mundo, e que estariam corroborados aos discursos social da época. O autor em questão representaria um espírito coletivo argüido, por seu turno, no plano textual a partir de uma concepção mentalista do escritor.

O valor de verdade pode se expressar na questão de que a situação da cidade, assim como a própria Guerra de Canudos, relatada no livro, constituíam-se em um Brasil até certo ponto desconhecido da maior parte da nação, que a época vivia a convulsão de várias revoltas após a promulgação da República e, sendo assim, a visão enunciada por Euclides

¹⁶ Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

certamente trouxe elementos ligados a sua compreensão subjetiva daquele acontecimento. Porém, não se pode dizer que o estado revoltoso em que se encontrava a recém-promulgada República não constituísse de fato a metonímia do todo da nação que, naqueles tempos, estava em constantes reivindicações, o que então atenuaria a participação subjetivista do autor.

A abordagem de Spitzer não recai nas relações históricas e sociais que a comunicação literária pode suscitar. Há, na abordagem spitzeriana, a concatenação entre duas consciências que levam a um espaço misterioso. Esse levante de pensamento afastou de si a perspectiva de a literatura ser não apenas um meio, uma ferramenta, uma casa vazia, na qual se abrigaria a consciência de um determinado autor para este se expressar, para refletir seu questionamento subjetivo, mas também a literatura ser um campo que recobre um lado institucional, que legitima certos enunciados e certas enunciações, bem como papéis e atores no seio social.

Na estilística spitzeriana a obra literária produzida em determinado tempo e lugar teria em si as condições de representar, pela visão do autor, todo o sistema histórico, ideológico, e heterogeneidades sociais em que a construção do texto teria sido testemunha por contiguidade dos acontecimentos. Ou seja, nessa visada teórica da estilística, orgânica por assim dizer, o singular representa o universal mais uma vez; a diferença, em relação à filologia da história literária francesa, está depositada no ponto de partida de tal empreendimento analítico: a estilística orgânica leva em conta o plano textual; a história literária leva em conta a conjuntura histórica.

Essas diferentes graduações da Filologia deixam clara a ausência de uma teoria específica de texto. Em textos antigos, vimos, evoca-se a filologia investida na história literária, pois há a tentativa de remontar os aspectos conjunturais e históricos que identificam obra e seu tempo, numa ligação continua entre acontecimentos históricos e acontecimentos linguísticos, sem interrupções, sem descontinuidades.

Aos textos modernos, em que o contexto histórico e o autor são acessíveis, há a evocação de uma percepção filológica da estilística – sobretudo a orgânica estabelecida na escola germânica, com Spitzer – e que tem seu espaço teórico bem acentuado. Algo que vale a pena reter para criar um último enlace teórico acerca dessas duas abordagens filológicas, história literária filológica e filologia hermenêutica spitzeriana, seria a de ambas as abordagens tentam validar a obra literária como fiadora, num mesmo movimento, do momento histórico em que a obra emergiu e a personalidade do autor que a escreveu.

Nesse linha que se encerra a perspectiva estilística, abre caminho para outra perspectiva, a marxista, que, ainda que sob múltiplas batutas, tentou reger a compreensão das obras literárias como reflexos das estruturas históricas e sociais.

O amparo teórico dado pelas teorias marxistas aos textos pretende-se a dizer que eles devem ser interpretados sob a reflexão do prisma ideológico. O exterior reclama a si toda a base de criação das obras, medidas sob a perspectiva em última instância da luta de classes. Embora investida de um vocabulário próprio, a abordagem marxista ampliou, a seu modo, o caminho da Filologia, fazendo-a prosseguir de certo modo.

Com Lucien Goldmann abrindo e liderando a travessia teórica dessa abordagem social e ideológica, ela privilegia a inserção das obras na sociedade e diz oferecer a integração do pensamento individual ao pensamento socialmente vigente, com ênfase na função estabelecida pelos textos nas diversas classes sociais em que eles figuram, sendo uma espécie de trato da consciência coletiva com a consciência individual.

É nas obras e por meio das obras – as que tidas como máximas e grandiosas de um tempo, tanto literário como filosófico – que as visões de mundo ganhariam força e coerência sobre o dizer de um tempo conjuntural e histórico.

Volta-se, com efeito, a obra para um espelho crítico que reflete problemas da ordem econômica, política, ideológica, cujo fulcro irrompe das mazelas e dos problemas vividos nas classes sociais, mesmo sendo tais problemas oriundos e representantes de ordens diferentes, pois com especificidade a luta de classe, do mirante marxista, trata-se da mola motriz da materialidade histórica dos homens. À parte isso, contudo, estes aspectos são os que dariam a origem para as grandes obras, em razão de elas serem ditas como o ápice da coerência de uma visão de mundo.

A teoria marxista literária empreendida por Goldmann, sobretudo, sofre algumas mudanças, ainda de acordo com Maingueneau(2006b), motivadas, sobretudo, pelas pesquisas estruturalistas que frequentavam forte e amplamente espaços nas academias entre os anos 1950 e 1970.

Goldmann em a *Sociologia do romance*¹⁷ traz uma reflexão teórica na qual o autor romeno argumenta que depois do surgimento de uma economia de monopólios e de cartéis teria feito desaparecer a personagem individual nos romances, por exemplo. Por essas bases de correspondências terem sido consideradas “frouxas” e de pouco proveito quanto à

¹⁷Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

filtragem de um texto literário, a teoria marxista da literatura se viu em iminente necessidade de avançar para novos horizontes.

Assim como a AD, a teoria marxista da literatura se ligou a outras perspectivas teóricas, como a Psicanálise, para construir asserções acerca do papel das personagens nas tramas, bem como a que construiu histórico elas se ligavam numa contradição de vozes sociais que elas ajudariam a pôr circulação e como as perspectivas teóricas que privilegiavam as estruturas institucionais da elaboração de textos literários se fazem presente nos enredos.

Pela primeira frincha teórica de fronteira, a psicanalítica, passou a existir um questionamento entre a visão de mundo e a obra que ela recobre. Em vez de vocalizar o todo ideológico, a obra abre um espaço para que se manifestem as contradições ideológicas.

Pode-se ilustrar essa primeira corrente por meio do livro de Pierre Macherey *Para uma teoria da produção literária* (1966), que questiona a relação entre obra e visão de mundo: em vez de exprimir uma totalidade, a obra é o lugar em que se manifestam contradições ideológicas. Desse modo, em *Os camponeses*, de Balzac, haveria contradição entre a ideologia que se julga que o texto defende e a força crítica desse texto com relação a essa mesma ideologia. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 23)

Dessa reformulação, alinhada à psicanálise, a abordagem marxista põe em questão as marcas da contradição ideológica, histórica e material dos textos literários, afastando-se de outras marcas que parecem nortear a coerência da obra. Embora tão enxuta quanto uma nota de rodapé, que não lhes daria a fortuna crítica que merecem, algumas considerações precisam ser ditas da questão polifônica que se vislumbra em, por exemplo, *Problemas da poética de Dostoiévski*¹⁸, de Mikhail Bakhtin, obra extremamente importante no estudo da condução, contradição e interpretação das vozes sociais e históricas, assim como dos direcionamentos ideológicos encenados nos textos literários por personagens, autores, narradores, entre outros atores de papel. Assim como o são importantes os estudos de Oswald Ducrot em *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, contido em *O dizer e o dito*¹⁹, no qual o autor, baseado na teoria bakhtiniana, faz um estudo dos enunciadores, distinguindo-os em Locutor L para o sujeito que responsabiliza na enunciação pelo dizer, e o Locutor lambda, que representaria o sujeito-autor empírico

Ainda existe o excelente trabalho da linguista francesa Jacqueline Authier-Revuz sobre as heterogeneidades enunciativas marcadas e não marcadas, mas que sempre

¹⁸ Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

¹⁹ Campinas, SP: Pontes, 1987.

trazem diversas marcas – glosas, citações, discurso indireto livre, ironias – a palavra, os sentidos, as artimanhas de alguns Outros num discurso de um Eu/Nós. Essas argumentações se espriam por diversas pesquisas da estudiosa francesa²⁰ Maingueneau cita exemplos literários franceses como os das obras de Balzac para exemplificar. Contudo, nós tentaremos um exemplo nacional dessa abordagem das contradições ideológicas, sempre ressaltando que existem falhas e perdas em abordagens resumidoras, como a que faremos aqui e já fizemos em linhas antecedentes, mas arriscaremos; esperamos a complacência dos possíveis leitores.

Se inscrevêssemos a análise da obra *São Bernardo*²¹, de Graciliano Ramos, sob a perspectiva marxista-psicanalítica, revista nos empreendimentos de Goldmann, diríamos que haveria certa contradição no percurso percorrido por Paulo Honório, sujeito inicialmente simples, subjugado às classes mais baixas de trabalhadores, sofrido, mas com “um fito de vida” que era conseguir a fazenda São Bernardo.

À medida que este sujeito percorre com suas encenações a trama, consegue, com bastante dificuldade, ascender de uma condição social baixa, pouco assistida e, portanto, preso a uma realidade classista oprimida, numa perspectiva teórica marxista, a uma classe social mais favorecida, tornando-se um latifundiário, ao comprar a fazenda desejada. Porém, neste percurso, Paulo Honório retém em si, recalcado e frustrado, todo o ódio e rancores do sistema de capital, o que leva essa personagem a oprimir, trapacear, a não ter escrúpulos éticos e morais com aqueles que ainda estão na classe social em que um dia ele figurou: a classe oprimida.

Desse mirante, o livro entoar uma voz diferente à que deseja evidenciar, qual seja, a de que a corrupção e as brutalidades impostas pela competição capitalista são impingidas aos sujeitos que deste sistema participam, marcando sua miséria de sentimentos “para além dos dentes”. Nota-se que há uma contradição ideológica no homem que veio de uma classe social construída sobre uma ideologia pronta a questionar, a refletir e a não legitimar as classes que estão na condição de opressoras quando ele passa para essa outra classe, então dita opressora, mudando seu discurso, o legitimando não na classe de sua formação social, mas sim na classe para a qual se deslocou material e ideologicamente.

Outro caso, então, seria o episódio de Prudêncio, de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, no qual após conseguir sua alforria compra um escravo e pratica os mesmos

²⁰ Poderíamos citar a título ilustrativo as obras **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004 e **Palavras incertas**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

²¹ Rio de Janeiro: Record, 1976.

castigos e as mesmas mazelas de quando era um cativo neste sujeito agora subjugado a seus desmandos.

Cabe destacar a participação na teoria marxista das pesquisas de Renée Balibar. No *front* de reformulação da abordagem marxista da literatura a pesquisadora francesa aplica as teorias de Althusser sobre os aparelhos ideológicos do Estado ao estudo literário, no caso em questão a instituição escolar, para tentar demonstrar o laço existente entre a sustentação de uma língua literária – no caso a língua francesa – na institucionalização de seu ensino por estruturas escolares, argumentando, com isso, que a prática discursiva de ensino sofreu pressões históricas de uma literatura da classe dominante.

Tenta-se engendrar a luta de classes, avaliando a combinação de língua e literatura. Fatos estes que culminaram com uma chamada nova crítica francesa, sobre a qual falaremos mais à frente. Isso evidencia que os modos de abordagem marxista do texto literário estavam divididos. Havia os trabalhos de Goldmann, os trabalhos ligados ao althusserianismo e também os que aproximavam o marxismo da psicanálise, a fim de elucidar as contradições ideológicas realizadas pelas personagens em seus trajetos narrativos.

Sobre isso ainda, no capítulo 7, "Um esquema de correspondências", do livro *Gênese dos discursos*²², Maingueneau procura explicar como um discurso pode ou não ser correspondido de uma esfera social à outra, salientando para isso os trabalhos do mais representativo a pesquisar por essa vertente teórica:

Goldmann se interessa por “visões de mundo”[“conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo(mais frequentemente uma classe social) e os opõem aos outros grupos”]. O que impressiona, hoje, quando lemos a obra de Goldmann, é o desequilíbrio entre uma teoria da ideologia que, sob uma veste “estruturalista” muito elementar, representa uma variante não muito refinada da teoria do “reflexo”, e uma análise notavelmente penetrante do pensamento jansenista, análise cuja pertinência deve muito pouco às tomadas de posição sobre a ideologia que supostamente a fundam. (MAINGUENEAU, 2005, p.181)

O que se pode depreender as argumentações arroladas e mais especificamente do que trata essa citação é que a teoria marxista que vislumbrou a análise das expressões literárias calcou-se demasiadamente em entender que uma estrutura social é tal qual refletida num estrutura textual, convertendo-se conjuntura história e ideologia em textualidade. Na verdade, isso demonstra um pouco também das condições históricas de irrupção de tal teoria,

²²Curitiba: Criar Edições, 2005.

uma vez que ela é fundamentada, principalmente, em estudos marxistas empreendidos em meados do século XX.

Havia na época uma compreensão mais canônica dos conceitos marxistas, inclusive do próprio conceito de ideologia, sendo esta manifesta, nas relações entre sujeitos e sociedades, como um falseamento da realidade. Fato este que se combateria, com efeito, ao mostrar às massas a verdade desnudada. Concorrendo para isso a literatura seria uma meio de vazão de esclarecimento da realidade por de trás de um falseamento ideológico da própria realidade.

No entanto, tanto os conceitos marxistas quanto a própria noção de ideologia se modificaram ao longo do século XX. A truculência das imposições socialistas, bem como a noção de que a ideologia não se supera apesar de esclarecimentos dos falseamentos fizeram esse empreendido, ora ligado à literatura, sofrer muitas modificações, sendo visto mais firmemente em outras teorias sociais.

Tem-se com a corrente chamada de Crítica Temática uma gama de muitas formas de abordagem do objeto literário, ainda que essas abordagens tenham grandes diferenças entre si. Entretanto, as diferenças não obliteraram o inimigo comum que as unia: a história literária.

De todo este levante contra a abordagem do texto literário feito sob os cuidados da história literária, a crítica temática se fez a mais forte corrente. Esta corrente coloca o tema no centro da discussão da estrutura literária. Com efeito, o que corrobora com esta nova crítica é a noção de tema como visão de mundo, algo que, de certa maneira, trata-se de uma continuação da estilística romântica.

Todavia, a empresa de se remeter o texto literário ao centro da consciência subjetiva de um autor tem, a princípio, dois problemas: **i)** deixar de lado o plano da enunciação, ou seja, os elementos textuais que seriam pertinentes na sustentação de uma cena enunciativa; **ii)** não atribuir nenhuma coerção à instituição literária em que determinado texto irrompeu.

Além disso, é possível se trabalhar apenas com um número limitado de autores, haja vista que não se teria acesso a certos escritores diretamente nem aos originais do texto e do lugar. Essa abordagem temática se faria pertinente, caso estivéssemos utilizando como base teórica. Dizemos isso, pois há depoimentos e entrevistas dos autores de nossos materiais de análise, tais como Ignácio de Loyola Brandão, Lygia Fagundes Telles, em especial no livro *A personagem*, da linguista brasileira Beth Brait, comentando qual é o fulcro

de sua criação literária, de onde vêm suas histórias, o que ele quis dizer ou aludir com a voz e o percurso deste ou daquele personagem etc.

O que inviabilizaria isso é que se remetêssemos todo o processo histórico-ideológico de criação de *Cadeiras proibidas* e *Seminários dos ratos* a uma força criadora dos autores, sujeitos empíricos, àquela conjuntura da ditadura militar, esquecendo-nos de nos atinar aos processos discursivos envolvidos no plano enunciativo: o tipo de discurso englobante, ao gênero mobilizado, a cenografia que se constrói e contribui para sustentar uma vocalidade, um *ethos*, cairíamos num percurso todo dedicado à estrutura, ou à forma do texto, ou seja, as peculiaridades de um gênero, em determinada esfera social e em determinado estilo, de uma forma narrativa ou, ainda, num percurso todo dedicado ao processual-histórico.

As obras, então, estariam ligadas diretamente à transparência de uma conjuntura histórica, diante de um esquema de correspondência direta, refletindo-a e não refratando-a em outras possibilidades de efeitos de sentidos. Numa repressão, como o caso de nossos *corpora* as obras tematizariam elementos acerca do momento histórico vivido. Tematizariam ou não, em vista da censura instituída, mas sempre num levante ou numa conformidade sobre os aspectos históricos, políticos e ideológicos vividos. Isso se sustenta em parte – talvez em uma temática abrangente.

No entanto, há outras possibilidades interpretativas sem ser a do autor, a do meio da obra; outras intertextualidades. Uma relação intertextual entre *Alegoria da caverna*, contida em *A República*²³, de Platão, e *A Caverna*²⁴, de José Saramago, com a tematização de pessoas que vivem sob uma cegueira transmutada por uma não percepção da realidade, um não comprometimento em crer no novo, no fora de si e de sua comunidade discursiva²⁵, está presente em tempos muito antigos, como o de Platão.

Todavia, o que não impede o deslizamento desses sentidos a outros tempos, buscando uma relação temática para exemplificar algo que pode ser da ordem de uma condição humana em essência, e não apenas da ordem de uma contingência histórica.

²³ São Paulo: Atena, 1950.

²⁴ São Paulo: Companhia das letras, 2000.

²⁵ Tal como concebe Maingueneau, a noção comunidade discursiva partilha muitas definições com o conceito de formação discursiva. No entanto, com essa teorização de comunidade, pretende-se não dissociar sujeitos e seus discursos do modo de organização das instituições em que eles se encontram num dado espaço-temporal. Assim, ela propicia caracterizar os posicionamentos dos locutores de um campo concorrente em sua peculiaridade. Por exemplo, os textos produzidos em jornais que militam em distintas ideologias, instituições, mas partilham de um campo onde ambos têm voz de publicação, instalaria, a princípio, uma polêmica constitutiva. Todavia, mesmo sendo jornais aparentemente de mesmo formato, haveria, pelo estudo da comunidade discursiva, algo além para se pesquisar do que “mediadores transparentes” refletindo um dentro e um fora da formação discursiva.

A condição de possibilidade para uma obra literária sustentar suas significações não se encontra polarizada – e o que queremos avaliar neste trabalho –, em autor ou em contexto histórico, mas numa organização discursiva imbricada, ou seja: o plano textual baliza tanto quanto o plano ideológico os sentidos de uma obra literária, o que redundava, em nosso entendimento, sob a perspectiva de discurso literário via Maingueneau.

O que se quer dimensionar, portanto, é que estabelecer uma crítica temática ampla pode ser algo talvez não produtivo. Entretanto, isso não é uma barreira a se estudar outros expedientes também bastante pertinentes, como questões estéticas das obras ou mesmo questões de fundo histórica dos textos dedicados a uma pesquisa.

Já da parte do estruturalismo²⁶, um proeminente método teórico de pesquisa, deu-se ao objeto literário tão ou mais importância que as teorias que lhe precederam, contudo os trabalhos foram guiados por um caminho teórico diametralmente oposto. Isso remonta ao que o próprio postulado estruturalista criava de expectativa aos textos, qual seja, de observá-los a luz da imanência de sentidos.

O que o texto diz, e exclusivamente ele, passava, então, ao topo das pesquisas tidas como boas. Todavia, tais procedimentos fizeram, por seu turno, a retirada de cena qualquer elemento ligado a uma consciência criadora da estrutura textual, sobretudo do texto literário. O autor é posto em xeque, para em seu lugar vir um “processo sem sujeito”.

O aparente florescimento do contraditório, entretanto, tem em essência um fato contrário: a sugestão de que a obra de arte se basta e não possui qualquer pretensão além de si mesma; isto, com efeito, é a continuação por parte dos estudos estruturalistas de pesquisas em textos feitas já nas ensaísticas das estéticas do Romantismo, algo que foi gerado já na *doxa* de composição dos artistas e críticos do período romântico. Além disso, o estruturalismo nessa toada constituiu-se de uma continuidade do formalismo russo, que teve como um de seus elos criador as formulações românticas, algo que tornou compatível a aproximação entre essas duas teorias.

Diante disso, podemos dizer que o estruturalismo literário foi uma vertente teórica minoritária, principalmente em relação às abordagens críticas de cunho temático, numa visada mais ampla, ou às abordagens sociológicas e psicocríticas que extraíam para si o

²⁶ Há diferenças significativas entre o estruturalismo europeu e o estruturalismo americano. Como não iremos tratar especificamente dos pormenores epistemológicos nem de um nem de outro, apenas salientamos que tais diferenças vão desde os objetivos e objetos teóricos até os conceitos formulados a interpretar os fenômenos de linguagem.

que era pertinente à sua teoria da estética romântica do século XIX, seu projeto se pretendia fortemente apartar-se e romper de fato com as teorias que lhe eram precedentes.

Este teórico ratifica suas críticas imbuído de reflexões feitas por Roland Barthes, um dos estudiosos que mais intimamente se ligou às teorias temáticas. Este último pensador francês afirma que as universidades ao final dos anos 1960 já estavam prontas para dar guarida às postulações da nova crítica, que investiam em dizer que determinações exteriores explicam a obra.

Antes do surgimento das abordagens pragmáticas e linguístico-enunciativas, bem como da Análise do Discurso, não se contestava o que fez na história literária separar o que era de uma ordem interna e o que era de uma externa do texto literário, algo que de certo remonta a tempos muito antigos. No entanto, nos anos 1960, a relação estabelecida na linguística entre método(estrutural-imanentista) e aporte teórico(derivado deste modo de produção estrutural)navegava por águas tranquilas. Passeio de veraneio aos finais de semana. Trabalhos de interpretação do texto literário de cunho filológico escalavam os conceitos da gramática histórica, em que os textos literários também serviam de *corpus* de exemplos. A propósito, isto é atualmente “válido”, sendo possível encontrar exemplos, em gramáticas, de *corpora* literários.

Essa pequena reflexão que nos dias de hoje ainda poderia ser abordada ressoava fortemente no final dos anos 1960, em que o Estruturalismo, na Linguística pelo menos, já encontrava muitas barreiras e estava em seus limites como método teórico de pesquisa científica:

No final dos anos 1960(...)o paradigma estruturalista estava dando no hemisfério norte claros sinais de esgotamento. No caso do estruturalismo europeu, esses sinais manifestaram-se na forma de revisões ou de ataques abertos que, de um modo ou de outro, apontavam para um fato crucial: o estruturalismo havia levado a desconsiderar aspectos dos fenômenos linguísticos que são essenciais para a sua compreensão, e estavam funcionando como um *handicap* para a investigação. (...) Críticas como essas acabaram aos poucos revelando uma face do estruturalismo linguístico para a qual dificilmente as pessoas teriam atentado duas décadas antes, quando o movimento se afirmou reagindo aos impasses e aos excessos do historicismo herdado do século XIX. Foram então percebidos como problemas três traços do estruturalismo que já vinham sendo criticados em outras áreas do conhecimento: seu caráter anti-historicista, anti-idealista e anti-humanista.(ILARI apud MUSSALIM; BENTES, 2007, p. 80-83)

Sob essa toada, se por ventura o texto literário reclamasse uma análise dos efeitos que um elemento de língua provocasse ao leitor, como, por exemplo, a utilização de muitas oração adjetivas restritivas o pesquisador da literatura não se furtava a recorrer

descrições gramaticais mais basilares, que eram utilizadas propriamente como caixa de ferramentas, onde haveria diversos utensílios para todas as explicações²⁷

Quem fica com os textos literários, é uma disciplina regida por eruditos críticos literários. Os demais textos ficam a cargo de outros pesquisadores. As implicações epistemológicas e institucionais entre literatura e linguística estão presentes desde há muito tempo, permanecendo sobremodo ainda nos dias atuais. Ou seja, a natureza das relações entre análise do discurso e literatura põe-se com problemáticas peculiares, uma vez que um bom número de teóricos da literatura julga que se utilizar do ferramental teórico da análise do discurso no seu domínio de estudo é algo profano, ilegítimo e por vezes ineficiente.

A largada histórica para esse fato e esse estranhamento entre os dois domínios, sem dúvida, é de princípios e parâmetros herdados da estética romântica, que contrapunha literatura ao resto das outras produções discursivas de uma sociedade. Contrapunha o que era da ordem de enunciados “transitivos”, que teriam finalidade fora deles mesmos e, por outro lado, as obras verdadeiras, “intransitivas”, “autotéticas”, as da literatura, que teriam suas finalidades em si mesmas.²⁸

Esse modo de utilização da linguística somente mudaria com os estudos da abordagem estrutural literária, devido ao intuito epistemológico investido deste programa-teoria de pesquisa, cujos objetivos era utilizar as bases teóricas da linguística como via de acesso a uma ciência do texto literário.

Como quase todas as teorias que pretendem se desenvolver num terreno epistemológico antes dominado por outra teoria de base, existiram as dificuldades de compreensão e adaptação, gerando, por sua vez, “inimigos” – os que tentam digladiar teoricamente e inimigos – os que tentam digladiar institucionalmente – ambos insistentes em dizer que não poderia existir uma predominância, uma determinação linguística no estudo do texto literário.

Com essas novas abordagens pragmáticas e enunciativas a maneira de encarar a comunicação verbal, bem a como a não verbal, já não poderia ser única e exclusivamente à maneira da linguística estrutural e fizeram as ciências da linguagem continuarem, mas afastando-se das abordagens estruturais para análise e interpretação dos textos literários.

²⁷ É preciso ressaltar que não é um efeito endêmico apenas da França. Além do exemplo da gramática brasileira, José Luiz Fiorin, em uma aula inaugural do curso de Bacharelado em Linguística da UFSCar, em maio de 2009, chamava-nos a atenção para este problema que, muito mais do que o efeito de um uso restrito da linguística nos interesses analíticos dos textos literários, é neste gesto um posicionamento histórico-ideológico que separa o estudo dos textos literários nos departamentos de letras e ciências sociais.

²⁸ Trecho retirado da revista **Linguagem**, número 13. Texto disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguagem/edicao13/art_01.php>. Acesso em: 28/1/2015.

Entre idas e vindas, depois do estruturalismo, conseguiu-se separar a quase sempre inevitável, seja pela história literária estilística, seja pelo contexto do texto, ligação direta feita entre obra e seu criador. Ou seja, houve o espaço e as condições para uma renovação na abordagem literária.

Ainda que algumas vezes em paralelo à linguística, no declínio estruturalista e de grande parte da nova crítica, estabeleceram-se abordagens que tinham um ponto em comum que era o de se debruçar, em pesquisas, nas condições da comunicação literária e inscrição sócio-histórica que essas obras analisadas suscitavam. Em princípio, credita-se ao filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin como um dos responsáveis em criar, com seu arcabouço teórico, certo estremecimento teórico nessa conjuntura histórica, sobretudo, na França do final dos anos 1960.

Desse encontro conjuntural, em que as discussões sobre literatura dividiam-se entre o formalismo da escola russa e o sociologismo do marxismo clássico ou da história literária, Bakhtin, pensador russo, incidia suas reflexões a fim de escapar à oposição que ele alcunhava de “formalismo restrito” e “o ideologismo” de “falsos” sociólogos que insistiam em ligar as estruturas do texto literário diretamente às estruturas da vida real.

No caminho de Maingueneau (2006b), da geografia francófona, a preocupação em sair do texto em si, de sua imanência, é empreendida num primeiro momento – fala-se anos 1970 – pela sociocrítica que se inclina num caminho teórico a fim de reconstruir os pilares de “sociabilidade” de um texto literário. E a sociocrítica propunha fazer isso, apreendendo os elementos formais que compõem os textos, tanto à medida que se dilui no texto aquilo que é da ordem dos já ditos e escritos (discursos) e dos recebidos de outros (modo de escrito, gêneros e discursos, segmentação do suporte etc.) quanto à medida que se deixa esses textos se exporem, saltarem acima de qualquer questão estético-literária. Algo que estava num espaço de dentro, mas reclamava, a todo momento, um espaço de fora, inflamado, nevrálgico. Outro ponto de ressalva é que a sociocrítica permaneceu em grande parte de seu tempo em forma de projeto do que um programa efetivamente com suas práticas específicas: publicações, pesquisadores, teses, congressos genuínos acerca da epistemologia, entre outros aspectos; além disso, a sociocrítica confluía com a AD, que, no mesmo período, caminhava com sua constituição epistemológica e institucional.

A AD implica uma concepção discursiva distinta à da sociocrítica, elegendo como primeiro plano para sua abordagem elementos enunciativo-comunicacionais. A sociocrítica – pela afirmação de Maingueneau – pretendia em suas análises reter do texto uma

leitura entre outras possíveis leituras. Em vez dessa leitura entre outras, a AD empenha-se em abrigar um quadro interpretativo em que sejam mobilizadas todas as vozes interdiscursivas que ecoem num dado objeto de análise – ela não faz isso somente no texto literário; ao contrário, ainda, atualmente, é um dos objetos de estudo que ela menos faz – tirando da sombra, por meio de análises, os sentidos que sustentam e autorizam aquilo em que ela se debruça analiticamente.

Já em aspectos mais específicos do texto literário as contribuições vêm em boa medida da teoria da recepção, em que, segundo Maingueneau, direciona-se a obra em si a expectativa que ela desenvolverá a partir de sua leitura e seu achego ante a um certo público-alvo, que constituem seus interlocutores mais específicos, bem como a outros possíveis interlocutores. Por essa abordagem do texto literário, o sentido que lhe recheia não está em si mesmo, de forma imanente ligado a suas entranhas, mas ele vai sendo construído de acordo com as posições entre autor e interlocutores, receptores da obra.

Outras abordagens que surgiram depois de avanços de pesquisas cognitivas sobre o campo da leitura permitiram que se observasse o próprio gesto de leitura não mais como uma simples decifração de signos, e sim como trabalho de cooperação entre o que certo autor escreve e o leitor que acompanha seu trabalho. Há ainda o trabalho de historiadores no campo da leitura que não abordam especificamente a questão da literatura, mas práticas de leituras atreladas a elas, como práticas sociais.

De maneira geral, numa organização epistemológica, diríamos que essas problemáticas que trabalham o texto literário como um dispositivo de comunicação complementado na sua recepção, no campo da leitura de autores por seus interlocutores, tentam não conceber as obras literárias como ilhas de autossignificação, para a qual o entorno marítimo de significações fora de si pouco lhe atinge. As não são concebidas em um cerrado, fruto de uma inspiração iluminada de uma consciência criadora. O interlocutor já na constituição da obra que, por sua vez, só chega a esse estatuto através da multiplicidade de quadros cognitivos e práticas que lhe conferem sentido.

Assim, creditamos como grande mérito dessa forma de mobilizar os textos e, entre eles, o texto da literatura. E não se pode negar a importância e envergadura dos trabalhos de pesquisadores tais como Régine Robin e Marc Angenot. No entanto, e os próprios autores admitem em Dossiê da revista *Littérature*²⁹, o quão difícil é entrelaçar teorias

²⁹ Disponível: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/issue/litt_0047-4800_1988_num_70_2>. Acesso 21/01/2015.

e frentes de trabalho, por vezes distintas, algo que existiu grande esforço e, em muitas medidas, acabou se perdendo. Um projeto, infelizmente, sem tanto alcance no meio acadêmico-científico. Mas a propósito, há de ressaltar que a despeito de na frente de trabalhos literários a sociocrítica não ter tido grande alcance, em trabalhos na área pedagógica ela ainda dispõe de bom prestígio.

Dessa forma, este tópico se encerra com a pretensão de que, ainda que bem rapidamente, passou-se por algumas escolas, domínios teóricos e fortunas críticas que em muitas medidas lidaram com o fato da criação das manifestações literárias. Mais ainda, as relações que ao longo do tempo o objeto literário manteve com projetos teóricos que em muitas vias passavam pelos projetos de estudos sobre a linguagem, mais especificamente a verbal.

Não é definitivamente um capítulo exaustivo, de uma perspectiva teórica, mas serve-nos de guia quanto aos diálogos que as teorias linguísticas estabeleceram com o fato literário e, principalmente, a necessidade de se pontuar, de um ângulo discursivo, um alicerce de discurso literário, algo que, ao longo do texto da tese, tentaremos edificar. Além disso, se ensejamos a proposta discursiva para estruturar a reflexão analítica e metodológica da tese, necessitávamos refletir teoricamente questões que apartam o estudo da literatura do estudo linguístico, uma vez que aí debutam diversas dimensões das querelas que os estudos literários imputam à linguística (e à AD como parte de seus domínios) uma não legitimidade analítica do fato literário.

1.1.3-) Uma fundamentação mais específica de discurso literário

Nos tópicos anteriores, argumentamos no sentido de que é preciso trazer objetos de análise advindos da literatura ao cerne teórico e aos domínios preconizados pela AD. No entanto, essa vinda de objetos não se faz sem problemas, como tentamos expor. Não sem problemas, por um lado, porque a própria AD ainda busca um veio profícuo, em que se possa dar conta das peculiaridades dos objetos literários, bem como formar um lastro teórico e um ferramental metodológico consistente à própria conformação desta disciplina discursiva. Não sem problemas, por outro lado, devido às fronteiras há muito estabelecidas, com uma forte divisão de tarefas institucional, entre quem pode e deve estudar os objetos literários,

principalmente seus textos e como proceder a essas interpretações, e quem pode e deve ficar com os demais textos que circulam no ambiente social.

Por isso mesmo, é necessário a conformação de um estrutura teórica discursiva que dê conta dos objetos literários e seja efetivamente uma análise do discurso literário, algo que buscaremos expor nos tópicos e capítulos que se seguem. Para tanto, começamos nos indagando neste tópico algumas questões, tais como quais são os limites e as fronteiras de uma teoria? Até que ponto a envergadura teórica de uma epistemologia qualquer pode e deve tentar e/ou dar conta de explicar diversos fenômenos que acontecem em nossa vida social real?

De fato, pode-se dizer que essas são perguntas bastante amplas e que epistemólogos lutam há muito tempo e incessantemente para respondê-las. Seria difícil para nós, que, de antemão, não somos epistemólogos de carreira e profissão, responder a tais indagações, sobretudo acerca de ciências de outros campos, tais como ciências da natureza e ciências exatas.

No entanto, acertando o tom aos instrumentos que possuímos e perpassando reflexões teóricas mais atinadas aos estudos da linguagem verbal e não verbal humana, podemos nos direcionar a algumas reflexões, tais como as de Michel Pêcheux que, além de compor fundamentos teóricos e metodológicos basilares da Análise do Discurso de orientação francesa, investiu com grande fôlego nas reflexões sobre o papel das Ciências – tendo como frente, fundo e forma problemas levantados pela Linguística e pela Filosofia – em torno das e nas explicações históricas e sociais que lhes cabem. Isto é, as reflexões de Pêcheux acerca deste tema buscavam a compreensão do posicionamento histórico e ideológico ante aos fenômenos empíricos que tais Ciências buscavam dar conta em suas explicações e trabalhos.

No caso particular deste pensador francês, além disso, suas preocupações recaíam sobretudo no "como", um vetor histórico de possibilidades, as explicações sobre sentido e efeitos de sentidos, por meio do processo histórico de significação que derivavam através da Ciência da linguagem, a Linguística, deixavam descoberto um grande campo de possibilidades de descrição e interpretação acerca desses mesmos processos de significação.

No livro *Sobre a história das ciências*,³⁰ de 1969, (escrito juntamente com Michel Fichant), Pêcheux vai avaliar o que chama de “ponto sem regresso” das Ciências. *Grosso modo*, isto se trata de opções teóricas, metodológicas e filiações, enfim movimentos em suas respectivas esferas de atuação, que certos ramos das ciências fazem em relação a

³⁰ Lisboa: Estampa, 1971.

outros ramos do mesmo campo científico, formando, dessa forma, suas bases epistemológicas quando se tem uma interpretação conceitual sobre determinados objetos. Por exemplo, pela argumentação de Pêcheux e Fichant, o corte epistemológico que Galileu Galilei faz em relação à física dinâmica dos corpos de Aristóteles e Ptolomeu propicia a frincha teórica para a ruptura com os pressupostos teóricos da física aristotélica e ptolomaica; mais ainda, essa ruptura criou de certa forma um novo "verdadeiro de uma época", em termos foucaultiano, ou seja, uma episteme que legitima e autoriza pensamentos, escolas de pensamento, fundação de domínios, inscrição de teoria e teóricos em um campo com suas regulações próprias e aquilo que deve ser, a partir de então, o compasso científico para a esfera e para o campo de atuação³¹.

Cria-se, pois, um dado crucial que responde melhor e a mais fenômenos, dando às pesquisas posteriores não somente o lugar teórico a se posicionar, mas sim o lugar diante da história e, porque não dizer, o lugar político e de poder a se colocar, derivados de relações institucionais a surgir e as já existentes. Tem-se, então, a formação de uma epistemologia.

Tanto é assim para Pêcheux que o filósofo compreende que o corte galilaico reverbera em outras ciências, sendo utilizado como posicionamento epistemológico – o como e o porquê do lugar das ciências diante da história das ciências – na biologia, por exemplo, a propósito da observação das pesquisas e disciplinas da ciência física na ciência biológica. Com efeito, essa observação Pêcheux carrega para suas ocupações de base, qual seja, tratar as questões envoltas entre sentidos, efeitos de sentidos e ideologia na materialidade linguística.

Dessa forma, tão logo suas críticas ao tratamento semântico da linguagem se iniciaram, abrindo terreno fértil para debates, deslocamentos e até rupturas, pode-se iniciar uma longa reflexão a propósito de uma disciplina nova, que seria sua proposição de teoria de estudos de discursos. Pêcheux reflete acerca da formação e alcance epistemológico de outras ciências, mas sobretudo da Linguística, em seu filão semântico, mais especificamente, e ele o faz em “Semântica e o corte saussuriano”, artigo de 1971, escrito com Paul Henry e Claudine Haroche, no qual tenta demonstrar o porquê e como o corte saussuriano abriu, com bastante sucesso, uma frincha teórica para o desenvolvimento de diversos estudos bem-sucedidos na

³¹ Sempre entrarmos e/ou nos determos efetivamente nas teorias de Michel Foucault acerca do conceito de episteme, podemos dizer que se tratam de paradigmas de saberes que perpassam, por assim dizer, diversos(ou todos) campos de saber de uma dada época considerada. Assim, aos ditos e escritos de Foucault, sobretudo em *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, existiu por exemplo, no século 19, uma episteme que orientou e se dispersou, capilarmente, em campos bastante distintos, como as ciências naturais, da linguagem e da economia e história.

área de estudos da linguagem, bem como de outras áreas, mas que a aplicação teórica do método estrutural, sobretudo no estudo dos sentidos e seus efeitos entre sujeitos dos ambientes sociais, não mais atendia a todos os requisitos de compreensão e interpretação dos embates ideológicos, no que tange aos sentidos circulantes nas esferas sociais.

Havia, com efeito, em Pêcheux – e um grupo bastante heterogêneo que se formava em torno das teorias e reflexões do materialismo histórico, principalmente do filósofo francês Louis Althusser – a necessidade de buscar uma compreensão dos sentidos e seus efeitos materialmente ideológicos na história.

O verdadeiro da época para Pêcheux não poderia se furtar à compreensão de algo a mais na interpretação dos sentidos do que propunha então a semântica linguística estrutural, e foi exatamente disso que fez seu fito teórico. Este algo "a mais" era um além e aquém ao que se debatia à época. Melhor dizendo, uma reflexão de ordem diversa e nas práticas discursivas, processos que não viriam mais apenas do estrutural e da relação que elementos e expedientes da ordem da língua mantinha entre si, mas sim elementos e expedientes que além da língua tocassem processos vindos do real histórico, vindos de sujeitos que se inscrevem, nas práticas cotidianas, nesses discursos e os dispersam, já matizado por tons ideológicos, que, por sua vez, mesmo ao se inserir e levantar bandeiras de seus discursos e as instituições sociais que lhe dão guarida, não são donos soberanos, únicos e debutantes da formulação de seu dizer discursivo, haja vista uma dupla interferência em sua constituição: da história e do inconsciente. Sendo assim, esses princípios e parâmetros básicos fazem a AD definir-se enquanto epistemologia, as ciências também delimitam o seu outro físico e seu Outro ideológico, seus adversários teóricos e políticos.

Por um lado, na geografia francesa, vale ressaltar que a AD claramente delimitou, pelo menos por um dado período, o seu Outro teórico, de acordo sua própria epistemologia. Na verdade, seus vários Outros epistemológicos. Como a AD pretendeu desde o início conjurar, numa tarrafada teórica, sujeito, língua, história, definiu-se, com isso, três fronteiras teóricas a se entrar em embate: uma língua não transparente, ou seja, em que os sentidos não são óbvios, transparentes, pois, justamente, nas formas da língua se materializam elementos da ordem histórico-ideológica que é por si um espaço de grupos e elementos discrepantes, com a qual sujeitos têm de lidar, dividindo-se entre sentidos e seus efeitos ditos e sentidos e seus efeitos não ditos; para a AD a epistemologia outra da língua é a linguística pós-saussuriana, de método estrutural, sobretudo ao lidar com questões semânticas; a epistemologia outra da história é a história que desconsidera a materialidade ideológica, vista

apenas nas grandes personagens, em continuidades; a epistemologia outra para sujeito é de um sujeito pragmático, cartesiano, soberano irrestrito de seu discurso, jogando apenas com a evidência ideológica a que tem acesso, para, por suas próprias ações e movimentações, estar e atuar no quadro histórico em que se envolve.

Por outro lado, pode-se dizer que em sua disciplinarização e dispersão para o mundo, por exemplo, no Brasil, a AD manteve boa parte desses "outros" epistemológicos. Assim como pode-se dizer que a elaboração desse preâmbulo sobre tateamentos epistemológicos busca algo a mais e mais diretamente ligado ao nosso trabalho. Ele foi feito como ensejo para a pergunta: A literatura, enquanto objeto de estudo de outras teorias, sobretudo literárias, não poderia entrar nesse jogo de Outro teórico e político para a AD? A esta pergunta tentaremos trazer respostas na sequência do texto.

Mas antes dessa resposta, podemos dizer que vimos até o final deste tópico que a AD, não diferente a outras disciplinas teóricas, ligadas, portanto, a outros domínios teóricos particulares, não abriu mão de definir-se enquanto uma epistemologia. Quer dizer, em definir-se diante da história, tanto teórica quanto política, das ciências. Ao criar pinos de centro e assim fundar seus basilares conceitos, a AD pode se colocar a testes, empíricos e reflexivamente filosóficos. Não optamos por lançar ponto a ponto todas as idas e vindas das investidas teóricas e dos teóricos da AD.

É um percurso longo e já exaustivamente tratado em muitos trabalhos de pesquisa que precederam a este – por sinal, muito bem trabalhado³². Optamos por tentar apresentar uma teoria que se constituiu tal como se mostra em seu estado da arte atualmente, porque, em muitos momentos, fez-se certas escolhas, criou-se conceitos de princípios e se parametrizou, assim criando a performance de sua atuação empírica. Esse movimento se deu não sem, contudo, deixar frentes de atuação abertas.

Uma delas, cremos, é a questão de lidar com a literatura como um objeto a ser compreendido dentro do quadro epistemológico da própria AD. Sem desprezar suas noções

³² Poderíamos citar e trazer um sem-número de trabalhos, pois há, de fato, excelentes trabalhos que abordam a formação do campo de investigação da AD, seus momentos históricos, teorias relevantes e fundamentais e personagens de suma importância que trilharam árduos caminhos. Todavia, citamos nominal algumas, tais como Fernanda Mussalim *Análise do Discurso*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A-C *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007, vol 2. ; Sírio Possenti: *Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas*. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A-C. *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007, vol 3; Denise Maldidier: *A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas, SP: Pontes, 2003; Dominique Maingueneau *Análise de discurso: a questão dos fundamentos*. In: *Cadernos de estudos linguísticos*. Campinas, SP: IEL, 1990; Eni Orlandi: *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2007, mas se com isto querer dizer que outros não estão citados não possam ser tão bom ou até melhores que os aqui escritos.

teóricas basilares, mas a buscar novas perspectivas que deem conta efetivamente do fato literário em suas particularidades.

Por conseguinte, este é o principal investimento da tese e com qual buscamos empreender a contribuição teórica e social da pesquisa em questão, a ser desenvolvida nos tópicos posteriores.

1.1.4-) Discurso literário: uma frente teórica ainda aberta no horizonte

Para nos aprofundarmos um pouco mais sobre fundamentação do discurso literário, dando, assim, continuidade ao tópico anterior, temos que, ao refletir sobre os alicerces teóricos e conjunturais da formação epistemológica da AD, ainda de acordo com Em Maingueneau(1990, 1997), observar-se que essa disciplina do discurso se enquadra em um grande projeto político capitaneado de Louis Althusser: reestabelecer uma leitura dos textos de Karl Marx, sobretudo a partir dos volumes de *O capital*, para formatação de uma teoria geral das ideologias. Com isso, se delimitaram algumas frentes de trabalho: por um lado, Pêcheux partia para o estudo das ideologias nos textos políticos; Althusser e Etienne Balibar embrenhavam-se na formulação da filosofia política, sobretudo na relação poder, ideologia e Estado, a partir das leituras de textos marxistas; por outro lado, em uma outra frente, não tão lembrada nos manuais de introdução à teoria, tampouco levada muito adiante, René Balibar e Pierre Macherey, por exemplo, buscavam observar, em linhas gerais, como as práticas de escritura e interpretação da textualidade literária forneceriam subsídios ao aparelho escolar para manter e perpetuar as ideologias liberalistas. Todavia, este último projeto não emplacou de vez nos trabalhos iniciais da disciplina AD, sendo privilegiado o discurso político, inclusive na forma prático-teórica de como AD chegou ao Brasil.

Neste sentido, como lembra Jean-Jaques Courtine (1989, p.19), “ao se considerar, com efeito, a totalidade dos trabalhos de análise do discurso efetuados desde os anos 69-70, o peso das descrições de *corpus* políticos é considerável e o leva largamente às análises de discursos pedagógico, científico e sobre diversos *corpora* tratados por historiadores”.

Esse fato talvez se deva, por um lado, por não se enxergar nos objetos de estudos advindos da literatura, a princípio, um campo fértil dos discursos políticos e

ideológicos – dado que, não raras vezes, a literatura era vista (e ainda o é em algumas frentes de trabalho) quer seja como algo da ordem da criação estética, uma manifestação artística em si, quer seja algo da ordem do ensino e da história de uma língua qualquer, servindo de insumo a um corolário de exemplos de boa sintaxe e bom emprego e sofisticação vocabular, ou, ainda, para a AD, existirem preocupações mais pontuais, como a máquina de leitura política não subjetiva que se pretendia criar. No caso do grupo de Althusser o terreno fértil de estudos era bastante claro: um projeto político de esquerda e progressista, calcado no materialismo histórico. À época, isto era um ambicioso projeto e, mais ainda, um longo processo.

A despeito dessas barreiras iniciais, a nosso ver, existiriam algumas vantagens de fazer a literatura um dos outros epistemológicos da teoria do discurso, pois a literatura oferece uma grande série de elementos ao escrutínio teórico da AD, dado que conjuga, em uma só tacada – desde que vista pela lupa discursiva – sujeito, história e língua. Portanto, um objeto altamente marcado pelas condições de produção ideológica de um dado tempo, nas quais estão abarcadas a historicidades dos gêneros, a relação entre sujeitos, posicionamentos que se ocupam diante da história, questões de autoria e criação, e a própria relação ideológica que uma materialização discursiva mantém em suas relações textuais, neste caso, literárias.

De mais a mais, com esses tateamentos reflexivos, podemos dizer que a noção de discurso é paradoxal e geralmente ensejada para algo de um além, do além de alguma coisa, geralmente em que se confluem história, língua e sujeitos, como bem aponta Possenti(2007) apud Mussalim;Bentes(2007).

Portanto, discurso não seria algo da ordem do empírico, mas sim um processo, no intrincamento histórico-materialista, linguístico-sistêmico e subjetivismo cindido em consciente e inconsciente, materializado em situações sociais, transformado em objetos teóricos, analisados a partir de efeitos de sentidos, em dadas condições de produção (o que torna sentido a determinação histórica do processo de significação), entre posições de sujeitos, e o que seria resultante desse processo de causas e efeitos é o próprio discurso.³³ De outra forma, discurso, desta perspectiva – e abordaremos melhor tal questão ao longo do texto – está ligado à manifestação e à materialização ideológica dos modos de produções e

³³ Embora tenhamos colocado uma "ordem nos eventos discursivos", na verdade, como nos ensina a professora Mônica Zoppi-Fontana, no excelente artigo "Objetos paradoxais e ideologia", publicado na revista **Estudos da Língua(gem)**, 2005, v,1, todos os elementos do processo discursivo se produzem ao mesmo tempo, o que torna ainda às interpretações de Michel Pêcheux sobre comunicação e interação entre sujeitos em diferença significava a, por exemplo, Roman Jakobson, com suas teorizações de comunicação.

organização sociais na materialidade linguística, textual³⁴. E isso se marca por meio de e como os efeitos linguísticos se inscrevem na história e no mesmo processo como a história se materializa no propriamente linguístico.

Ademais, temos que esta visão sobre o discursivo, para Maingueneau(2006b), possibilita duas apreciações, em dois planos a princípio: um uso dotado de valores clássicos para a linguística e outro dotado como uma palavra bastante taxionômica. Ou seja, discurso como um termo-conceito, quase um termo *prêt-à-porter*, que descreveria vários fenômenos em termos heurísticos, isto é, o quanto seus preceitos atendem às explicações dos objetos pela teoria pesquisados.

Esses dois planos da noção de discurso aventada pelo teórico francês corroboram para arquitetar aquilo que ele mesmo intui como discurso literário, algo que nos interessa mais de perto. Porém, a noção de discurso literário, a nosso compreender, precisa ser melhor complementada, buscando elementos específicos, os quais traremos à luz da pesquisa. Mas é certo que um mote desse complemento pode ser refletir e fundamentar a partir da ideia de que os estudos do discursos, de modo geral, buscam algum ingrediente além, a mais, além do estritamente sistêmico e/ou estrutural.

Isso é bastante válido, todavia cremos que para pensar o discurso literário é preciso o “além de alguma coisa” concatenado à ideia de “para alguma coisa”, em que este “para alguma coisa” seja direcionamentos e trilhas ideológicas de efeitos de sentidos da própria criação do fato literário, deixados nos textos que se inscrevem em práticas discursivas literárias.

Assim sendo, levar o estudo do texto literário a uma condição discursiva é tentar restabelecer elementos que figuram fora centro criador da obra, uma visão de autor, por exemplo, que dá origem a um afastamento do exterior, mas uma forma e compreensão de pesquisa tão em voga no século XIX e início do XX e um pouco mais difusa nos dias atuais.

Pensar o estudo do discurso literário de uma maneira discursiva tal como pretendemos é também levar as obras, o dado criado, a espaços em que elas tiveram suas condições de possibilidade históricas, estruturais e conjunturais – portanto, discursivas – de irrupção atestadas e estão possíveis, aos olhos da pesquisa, de se tornarem objeto de compreensão teórica e analítica, ao colapsarmos certos recortes do *corpus*. Nas palavras de de Dominique Maingueneau:

³⁴ Há tendências mais contemporâneas que admitem compreensões analíticas para além da materialidade linguística textual, como, por exemplo, as que unem materialidades visuais aos discursos, verbo-visuais.

As condições do dizer permeiam aí o dito, e o dito remete a suas próprias condições de enunciação (o estatuto do escritor associado a seu modo de posicionamento no campo literário, os papéis vinculados com os gêneros, a relação com o destinatário construída através da obra, os suportes materiais e os modos de circulação dos enunciados...). (MAINGUENEAU, 2006b, p. 43).

Pela citação compreende-se que posicionar o estudo literário para concentrar-se em um olhar discursivo, como uma espécie de signo global, de ampla compreensão teórico-analítica, é sair de esquemas impostos desde há muito por movimentos de apreensão dos valores éticos e estéticos de escritores e escritos, que se iniciam com os românticos do século XIX, e que o direcionamento de interpretação recobria “direta” ou “indiretamente” uma visão de mundo da instância criadora, quase exclusivamente, mas que, ao ser incitado a buscar algo da ordem de um extra, tal qual se reflete de maneira discursiva, concedia-se o direito a falar de que a própria visão criadora era o espírito de um tempo ou até mesmo de uma conjuntura histórica mais específica.

A enunciação literária, assim como todas as enunciações, não escapa ao lugar, ao momento em que surgiu e a quem se dirige. Por isso, temos a compreensão de a literatura, de uma perspectiva linguística, não se trata de um regime enunciativo especial e acima de todos os outros. Trata-se, sim, de uma perspectiva linguística, de uma enunciação mais elaborada, investida em gêneros mais elaborados, com graus de sofisticação na escrita que, geralmente, não cabem – por uma série de razões, tais como tempo, lugar, preocupação, falta e/ou excesso de conhecimento dos interlocutores em sofisticar a escrita – na enunciação escrita das situações ordinárias.

Como não escapa a esse engendramento, o discurso literário, assim sendo, não figuraria mais como “o” discurso acima dos demais discursos socialmente sustentados, mas discursos que têm seus alicerces fincados em terreno social, por isso sujeito a todas as suas falhas e imperfeições e a todos os seus casos bem-sucedidos. Dito de outro modo, há de se entender que a palavra/escrita do discurso do escritor é sempre regulada, seja em termos de norma, de instituição, de para quem se destina, entre outras coisas. Sendo assim, em um discurso literário, não há separação entre dois planos, texto e condições e conjuntura histórica. A transcendência da obra, bem como a ideia que nisso há um conteúdo a ser transmitido, não pode ser afastada de suas condições que propiciaram e permearam a própria enunciação. A estrutura social, e seu real de uma história material, não é única e exclusivamente a obra em si nem o exterior da obra, uma imagem de si refletida, seja pelo lado textual, seja pelo lado histórico, tal como Narciso diante do lago, isto é, não é uma relação de causa e efeito, direta e

implicadamente; caso fosse isso, o fato literário nada mais seria que uma alegoria da realidade.

Mais do que a alegoria (não em sentido valorativo, mas em sentido diferencial), a literatura tem a sua voz discursiva colocada e regulada pelo próprio texto, admitido como no Esquema 1, página 21, no tracejar de sua enunciação e da gestão que ele, discursivamente, faz das estruturas e conjunturas históricas, desde as primeiras garatujas até as palavras mais firmes, sofisticadas e sóbrias no que se tem como obra e/ou processo de dizer "acabado"³⁵.

Assim sendo, a opção por, especificamente, ter a obra de Maingueneau *Discurso literário* como texto-guia para esta pesquisa, assim como o foi também em (PONSONI, 2011), para compreender a literatura como um fenômeno discursivo, em que se leva em conta as bases de fundamentação que estamos a discutir neste tópico, não se deve ao acaso, mas sim a um gesto epistemológico. Tanto no texto de 2011, quanto neste texto, ao nos filarmos a essa forma-teórica de trabalho, buscamos a montagem nossas balizas epistemológicas para tentar responder às hipóteses deste trabalho de doutorado.

Essa citada obra, em específico, traz para centro das discussões, como já mencionamos, um dos mais tardios objetos de pesquisa empreendidos pela Análise do Discurso, o objeto literário. Ao trazê-lo, contudo, o faz a partir de um forte posicionamento epistemológico, que é o de mostrar a possibilidade de compreensão dos discursos literários ancorado nas teorias linguísticas, principalmente as discursivas. Ou seja, além de trazer o fato literário como objeto, a proposição de Maingueneau é de realocá-lo a uma ordem discursiva de interpretação, em que pese, num sistema de imbricamento, expedientes linguísticos e expedientes discursivos.

No entanto, o que diferencia a nossa utilização dessa obra epistemológica lá e aqui é a de que lá, na dissertação, a utilizamos de uma forma mais heurística, ou seja na busca de hipóteses mais generalizantes, e aqui, na tese, a utilizamos de uma forma mais criacional, em que, além de testar as hipóteses, buscamos construir outras possibilidades heurísticas, como, por exemplo, a questão da criação paratópica de matriz política.

Por essa perspectiva, então, *Discurso literário* a nosso entender traz argumentações e fundamentações em favor de mobilizar e analisar os *corpora* literários em seu comportamento e construção específicos, do ponto de vista enunciativo, além de alçá-los à condição discursiva, em que a materialidade enunciativa do fato literário se encontra a

³⁵ As aspas se devem a uma convicção discursiva de os dizeres são processos históricos de significação, por isso mesmo não estariam "nunca acabados". Há, sim, formas de atualizações históricas, luta de sentidos, debates de dizeres, em um incessante ranger ideológico.

materialidades ideológicas e históricas em diversos pontos de convergência e correlação. Portanto, é por essas razões que nossos esforços se construíram e fortaleceram a partir dessa obra, com qual inclusive empreendemos a maioria das fundamentações de análises dos nosso *corpus* de trabalho.

Outrossim, procuramos, nesta obra, fundamentar mais caminhos teóricos e metodológicos para analisar esse tipo de discurso, o literário, que em nossa abordagem é tratado como um discurso constituinte, argumentação com a qual refletiremos com melhor precisão no corpo deste trabalho.

Este gesto de pesquisa, portanto, tenta, em primeiro plano, afastar-se das abordagens historicamente vistas dentro da teoria literária e, num segundo plano, construir caminhos teórico-metodológicos para a AD em busca de trabalhar o discurso literário em suas minúcias, algo que esta mesma teoria-disciplina já o faz em outros objetos, a partir dos textos fundadores de Michel Pêcheux, como, por exemplo, no campo do discurso político, sobretudo.

Mas a palavra discurso é também evocar concepções de linguagem ou o que Maingueneau(1990; 1997; 2001; 2005; 2006b; 2015) chama de ideias-força. Sendo assim, não podemos deixar de pensar a estruturação de um discurso literário sem muitas das bases que estruturam os vários tipos de discurso.

Para não nos furtamos a isso, vamos a algumas argumentações sobre conceitos e interpretações que balizam a noção de discurso e por conseguinte balizam a própria constituição de discurso literário. Estas argumentações se pautam em reflexões advindas de textos-chave: Discurso literário³⁶, *Gênese dos discursos*³⁷, de Dominique Maingueneau, e em *Análise automática do discurso* e *Semântica e discurso*³⁸, de Michel Pêcheux, para chegar a um "consenso coeso coerente" discursivo sobre o objeto literário. Dividiremos a argumentação em tópicos que conclamam definições discursivas:

a-) Em se pensando em um discurso literário ainda se está a se pensar em uma organização além de um frase. Discursos se supõem em organizações transfrásticas. É uma ideia presente nos estudos discursivos há bastante tempo, sendo que este transfrástico parece, quase sempre, reivindicar algo não somente além da ordem morfossintático, mas um além que “belisca” a própria história em que está envolta uma enunciação. Por exemplo, já nos

³⁶ São Paulo: editora Contexto, 2006.

³⁷ Curitiba: Criar edições, 2005.

³⁸ Campinas: UNICAMP, 1990; Campinas: UNICAMP, 1988.

primeiros estudos de cunho marxista-materialista é mencionada uma disciplina – a fraseologia marxista, que toma de empréstimo o termo dos estudos linguísticos mobilizando conceitos, expressões e formações frasais – capaz de apreender as condições de produção ideológicas entre as classes sociais.

Os estudos de base sociais mais intimamente ligados aos estudos linguísticos se dão, por exemplo, com a Sociolinguística que, desde os primeiros trabalhos linguísticos do século XIX – ainda que a denominação não fosse "sociolinguística" –, refletindo nos estudos do início do século XX, com os estudos soviéticos, a filologia etc. até as sociolinguísticas mais recentes, de Weirich, passando por Labov, até Marcellesi, e os estudos enunciativos de a partir dos 1950, enfim, já pensavam, cada qual à sua maneira, em elementos externos a frases, mas que influenciavam em sua elaboração, no caso sociolinguístico: diferença de gênero, escolaridade, geografia, entre outros elementos.

Todavia isso por si não garante uma atribuição necessariamente ser superior a uma frase. Na verdade, é preciso uma mobilização estrutural diferente à da frase. Um enunciado de curta extensão, por exemplo, um *slogan* pode ser um discurso mesmo se for composto de uma frase única. Em 2006, durante as campanhas presidências no Brasil, o *slogan* do então candidato à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) era “Lula de novo com a força do povo”. Neste *slogan* da campanha pretendia-se dar conta de toda a argumentação política presente nos quatro anos anteriores ao mandato de Lula, bem como abarcar tudo o que de mais significativa poderia conter em seu programa de governo. Ele era uma parte do todo discursivo, ou seja, nessa frase de curta extensão, que não seria nem uma oração segundo classificação mais normativa, pois não contém um verbo, resumiria o projeto político de seu programa e ainda seria algo de uma mobilização aforizante, com um direcionamento moral, servindo como um mote de inscrições dos sujeitos que, por diversas razões, manteriam uma relação de identificação com a FD proposta pelo projeto político do governo.

Também assim é a frase “A religião é ópio do povo”, proferida por Karl Marx em *O capital*³⁹. Esta frase ganhou conotações de grande heurística, servindo àqueles que por algum motivo, mesmo que não simpatizantes dos ensinamentos marxistas, utilizam-na para sustentar, por exemplo, um discurso ateu, alegando não comunhão com doutrinas religiosas. Ele foi argumentado por Marx dentro de um corpo de texto maior, que visava a explicar, sob diversas óticas, os motivos que tornariam uma religião um elemento social de alienação.

³⁹ 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v.1.

Porém, é um enunciado que circula em diversas esferas sociais para justificar questão que não pertencem, pelo menos em primeiro plano, a uma inscrição de discurso político.

b) Entre as diversas matizes de escolas e pensadores que tomam teorias discursivas como epistemologia de base para tratar dos objetos e fenômenos socioculturais de um dado tempo pode-se dizer que essas matizes utilizam o discurso como uma forma de ação. Desde o trabalho de Norman Fairclough⁴⁰ *Discurso e mudança social* até Michel Pêcheux em *Semântica e discurso*, que tem como vontade de mudança a constituição da ciência e do sujeito liberal a seus correlatos num visada materialista histórica, tem-se uma concepção de que, em alguma medida, os discursos interferem, constituem e/ou podem produzir ações.

Notadamente uma ideia que ganhou força depois da problemática dos atos de fala desenvolvida por Austin e, em seguida, por Searle, no universo acadêmico da filosofia analítica da Escola de Oxford, a qual argumentava que as enunciações constituem-se de atos ilocutórios, isto é, que a interação por meio da linguagem entre falantes/ouvintes são constituídas dos atos de fala que redundam em ações que modificam a relação entre esses interlocutores. Dito de outro modo, quando se diz algo, diz-se com a intenção de mobilizar alguém a corresponder a vontade impelida no ato de linguagem proferido; uma ação que se faz direta ou indiretamente. E desse mote, mais especificamente, constitui-se as vertentes pragmáticas que lidam com teorias discursivas.

c-) No tocante ao texto literário, é preciso avaliar mais de perto a ideia de interação entre enunciadores e coenunciadores. O discurso literário, de uma maneira geral, parece possuir sempre um projeto de dizer que se ancora na inter-relação dos centros produtor e receptor à obra literária. Com efeito, o discurso literário é interativo. Num diálogo face a face, marcadamente oral, fica bastante evidente a interação, na qual o turno enunciativo – em condições normais – estabelece um domínio em que cada parceiro domina seu próprio turno enunciativo. Porém, nem todo discurso liga-se a conversações, sobremaneira no caso literário. Sobre isso o linguista francês argumenta no seguinte sentido:

Nesses casos, é possível ainda falar de interatividade? Uma maneira cômoda de manter apesar de tudo o princípio de que o discurso é fundamentalmente interativo seria considerar que o intercâmbio oral constitui o emprego ‘autêntico’ do discurso, e que as outras formas de enunciação são usos de alguma maneira enfraquecidos(MAINGUENEAU, 2006b, p. 41).

⁴⁰ Brasília: UnB, 2008.

Essa consideração citada de Maingueneau só foi feita para reconstruir aquilo que ele argumenta como pertinente a toda enunciação, o caráter de interatividade. As enunciações, até aquelas que não têm a presença de um interlocutor empiricamente constituído, partilham de algo da ordem da interatividade. Mas, o que seria a interatividade de um discurso? É, em nossa vida, o que intercambia as relações de linguagem entre os interlocutores, sejam eles reais, sejam fictícios, como os da literatura; estejam eles presentes, como numa conversa de botequim, estejam eles ausentes, como uma obra literária, por exemplo. “Nenhum escritor pode desvincular-se do ‘princípio de cooperação’; há obras literárias não porque a literatura esteja fora de toda interação, mas porque é uma conversação impossível e faz uso dessa impossibilidade.”(Ibid., 2006, p. 41).

Por um lado, outra peculiaridade desse “diálogo de interatividade” entre escritores e interlocutores de diversas obras é que cada regime de literatura, de certa forma predominante em dados períodos, investirá de um modo de exercício desse contato literário não imediato. Uma obra tal como *Grande sertão: veredas*⁴¹, de João Guimarães Rosa, embora num regime literário, sobre um gênero romance de novela, recria uma conversação, uma mobilização da língua, aparentemente incomensurável à linguagem literária mais castiça, sobre um falar sertanejo – até então pouco usual, sem que fosse modalizado à linguagem escrita, ou seja, em outros romances existiam personagens sertanejas, por exemplo, todavia suas falas eram transcritas conforme a língua escrita – recoberto por uma morfossintaxe, marcadamente, ligada às oralidades de um ambiente regional sertanejo. Por outro lado, obras tais como *Navalha na carne*⁴², de Plínio Marcos, ou também como *Cadeiras proibidas*, de Ignácio Brandão, *Os banheiros*, Victor Giudice etc., investem numa cenografia mais ao falar urbano, o falar das esquinas, das casas de família, dos postos de gasolina, dos escritórios de contabilidade etc.

d-) Há, nos discursos – o literário não se excetua –, um fim que o locutor deseja levar a cabo. Entretanto, existem diferentes maneiras de assim o discorrer, mesmo que sempre haja uma função em razão do destino que se quer dar ao discurso. Mais uma vez, esse aspecto do discurso, o de orientação a um destino, deve levar em consideração se tal discurso tem seus enunciados fortemente controlados, como é o caso dos livros. Nisso, há várias

⁴¹ Rio de Janeiro: José Olympio, 1978

⁴² Rio de Janeiro : Global, 1978

maneiras de os narradores das tramas literárias levarem adiante os acontecimentos contados.

Por um lado, por exemplo, em histórias consideradas infantis, há uma narração mais pausada, contando com orações geralmente sem subordinações, encerrando-se quase sempre com ponto-final. Por outro lado, o narrador nas obras de José Saramago leva a progressão temática da narrativa de que participa quase sempre num fôlego só. Um texto de poucas pausas “formais”. As poucas pausas, o controle e a direção da narrativa vêm de um jogo cenografia que o texto do consagrado autor português, falecido em 2010, diga-se de passagem, desenvolve em ligação autoral. O próprio narrador-testemunha da maior parte dos contos de *Cadeiras proibidas* tem sua forma peculiar de incorporar os coenunciadores. É nessa perspectiva de direcionamento de discurso que reside a ideia de incorporação por meio das ideologias. Há sem dúvidas muitas interpretações dos discursos, porém há feixes de ideologia que determinam o olhar dessas interpretações.

Ainda na linha dessa argumentação, enquanto esperam na fila da padaria para satisfazerem o prazer gorduroso fermentado por um pão francês, dois sujeitos podem entoar um diálogo cheio de pausas, digressões, tomadas de turnos enunciativos; é natural nesses discursos o desvio enunciativo a cada momento. Num ritual de fê, por exemplo, num terreiro de Umbanda, existe uma narrativa dos ritos marcadamente orais, porém há turnos enunciativos bem delimitados, de acordo com a ordem dos fatos religiosos, hierarquia de seus seguidores.

Assim como, e já mencionamos, autores podem designar narrador(res) e personagem(ns) sob uma cenografia bastante próximo a enunciados orais, caso o desejo fazer; entretanto, essa cenografia da narrativa passará sob a coerção genérico em que estiver envolvida. Parece em algum momento haver este último movimento em nossos materiais de análise.

e-) Discursos algumas vezes são direta ou indiretamente assumidos por sujeitos. Nesta argumentação, deparamos com um dos tópicos mais férteis da AD. No entanto, essa questão de centros dêiticos e modalizados tem longo tempo nos estudos linguísticos, sobretudo no século XX, a partir das perspectivas enunciativas. Émile Benveniste trabalha com perfeição a questão da existência dos centros dêiticos, assim como os centros modais, nas apropriações da língua pelo sujeito, ao colocá-la em funcionamento. Oswald Ducrot, em uma perspectiva um pouco diferente, em uma semântica argumentativa, assevera a existência de várias posições enunciativas, pontos de vista, às vezes no mesmo enunciado, mas com um

grau de hierarquia entre esses pontos de vista, definido pela forma tal como estão modalizados os enunciados. Alain Rabatel, de uma perspectiva enunciativa, também vai asseverar a existência de diversos pontos de vistas, hierarquizados, mas que essas hierarquias possuem uma ordem que prevê a sobreposição de uma(s) sobre outra(s). Por exemplo, centro dêitico de um narrador sobre a personagem, de um homem sobre uma mulher, entre outros exemplos.

Mas na perspectiva de prática discursiva para a literatura “O discurso supõe um ‘centro dêitico’, fonte de pontos de referência de pessoa, tempo e espaço; mas supõe também a atribuição da responsabilidade dos enunciados a diversas instâncias usadas na enunciação. Essa separação possível entre centro dêitico e fonte de ponto de vista é fundamental para a análise dos textos ‘dialógicos’. (MAINGUENEAU, 2006, p. 42).

Nota-se com essa interpretação argumentativa a tentativa de o autor em chamar a atenção para a ideia de um constante dialogismo na construção e fonte dos textos, que os sujeitos, no discurso literário ao se constituírem como autores e seus respectivos processos de autoria, costumam e coadunam os diversos discursos em um certo projeto de dizer. Se em *Mensagem*⁴³, de Fernando Pessoa, quando alguns pontos de seus poemas retomam o discurso das glórias e das aventuras do povo português, tanto para exaltar quanto para questionar, eles vêm para a construção da significação da história de portugueses, assumidas no texto pessoano por seus personagens ou narradores; há por certo a significação dêitica de localidade e pessoas, mas, além disso, existem elementos presentes em *Os lusíadas*, de Luís de Camões, que são mobilizados para contribuir e dar sentidos que ecoarão dentro da própria cenografia de *Mensagem*.

Fazendo esse movimento, ele desloca os sentidos que outrora foi dito sobre a identidade do povo português em outro texto, num dialogismo que, muitas vezes, perpetua aquilo que é da ordem do histórico, do ideológico, e assim sucessivamente. Todavia, parafraseando-nos, *Mensagem* faz esses sentidos se construírem e se reconstruírem à sua própria maneira, em uma cenografia, com eu lírico atuando na narração diferentemente do eu lírico de *Os lusíadas*⁴⁴. O discurso é assumido com centro dêitico em *Mensagem*, mas há muitos pontos de referência que são de um já dito antes, em boa parte em *Os lusíadas*, e isso se desenvolve de forma hierarquizada, mas a hierarquia no sentido de direcionamento ideológico.

⁴³ Disponível

em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/ResultadoPesquisaObraForm.do?first=50&no_autor=Fernando%20Pessoa&co_categoria=2&pagina=1&select_action=Submit&co_midia=2>. Acesso 21/01/2015.

⁴⁴ Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

f-) Os discursos, como toda manifestação que se faz presente em um tempo e em um lugar social, sofre coerções que lhe impõe regras gerais – pertencentes a este lado social – e específicas, pertencentes àquilo que segue a ordem de suas normas específicas. Portanto, os discursos são regido por certas "normas". Mais especificamente, toda enunciação ligada a seu discurso justifica, em alguma medida, seu direito de representar-se tal como se mostra. Sobre isso, a inscrição genérica em que se baliza tal enunciação é uma maneira privilegiada de fazer essa legitimação, já que “um gênero implica por definição um conjunto de normas partilhadas pelos participantes da atividade de fala.”(MAINGUENEAU, 2006b, p.42). Ou seja, em nossos materiais de análise, a materialização do discurso literário em gêneros estranhos, fantásticos e mágico impõe certas regras de coerção para o direcionamento e efeitos de sentidos destes textos.

g-) Os discursos são, para as teorias discursivas, sobretudo de linha francesa, considerados no âmbito do interdiscurso, isto é, há um primado interdiscursivo a todos os discursos. Talvez, em nossa visada, este seja o conceito mais importante. No entanto, conforme explica Maingueneau, as teorias que se baseiam em relações intertextuais, ora tratados como arquitextuais, ora como intertextuais, costumam acreditar que essas relações existem com exclusividade na literatura; ao contrário, essas relações dialógicas corroboram-se em todas as atividades discursivas. E esse deslocamento de apreensão discursiva como um todo das produções textuais – aqui com um sentido amplo, pinturas, fotografias, músicas – é um elemento-chave da AD de orientação francesa, bem como um de seus avanços em relação a outras teorias que tratam dos estudos nesses parâmetros discursivos-textuais.

Assim sendo, o objetivo deste tópico a se encerrar era o de apresentar primeiramente, por um lado, o porquê de investir nos estudos discursivos, sobretudo a concepção, compreensão e construção de um discurso literário na própria relação de emersão das pesquisas discursivas, tanto ao longo de um percurso histórico-cronológico, quanto ao uma visão mais atualizada "estado de arte"; secundariamente, por outro lado, tentamos apresentar e analisar sobre quais alicerces se fundam uma concepção de discurso literário profícua a nossa análise e propostas-hipóteses de trabalho.

CAPÍTULO 2: Paratopia política

2.1-) Paratopia e sua fundamentação teórica revisitada

Em Ponsoni (2011), a questão da Paratopia se fez presente para fazer frente à compreensão de noções-conceito que a atrelavam tal conceito a outras noções-conceitos como autoria, gêneros discursivos e mais amplamente à cena enunciativa. Ou seja, lá nas pesquisas de mestrado essa noção-conceito fundamentava-se a partir da própria cena enunciativa do texto literário como um dispositivo enunciativo emergido durante uma cena setentista, em que contos fantásticos – pensando no gênero mais amplamente – que conseguia sua "eficiência" e condição de existência pela própria enunciação lançada ao seu modo de cenografia discursiva.

No entanto, a noção-conceito de paratopia dispõe, pela sua fundamentação teórica, de alguns eixos que mobilizam, para além da própria cena enunciativa dos discursos, a condição de discurso. A respeito disso ainda, a hipótese já aventada no tópico introdutório de que formação de nomes e principalmente as descrições que a eles orbitam atuam na composição, no condicionamento de alguns estereótipos e na imagem discursiva a se mostrar – e, mais ainda, que é um expediente que pode ser fruto de um espaço de enunciação discursiva intimamente ligado à própria criação literária – deve ser mostrada e fundamentada desde aqui, uma vez que é no eixo político de criação paratópico onde se encontram seus alicerces. Dessa forma, faremos essas questões o objeto de compreensão deste tópico.

Segue-se, então, em nosso entendimento, aliado às formulações teóricas de Maingueneau(2006b), que as mobilidades de lugares de criação, assim como a própria formatação e estruturação da criação literária, recaem e podem ser explicadas no conceito de paratopia. Esses lugares existem dado a um entendimento literário de que a busca de certas situações paratópicas – situações limítrofes para irrupção do discurso – de que se valem escritores caminha exatamente nos extremos sociais, naquilo e naqueles que repousam na fronteira de sociedades tópicas, em que as condições históricas de produção são elementos palpáveis, seja sob formas discursivas, seja sob formas subjetivas, ambas, ou ainda pela forma de cultura, como elemento histórico e social não só de reflexo mas também de criação de repertórios à disposição das situações e esferas sociais e possibilidades aos sujeitos agirem na e para a cultura, assim como sofrerem ações dela. Dito de outra forma, a gestão desse lugar limítrofe para dentro da criação textual literária, por exemplo, é aquilo que a teoria de Maingueneau cita como lugar de criação paratópica, onde há um lugar enunciativo-discursivo

advindo de um não lugar social estabilizado e tópico, existente, portanto, numa situação bastante localizável e transparente.

Isso se dá basicamente porque situações-limite lidam, no mais das vezes, com acontecimentos que margeiam lugares enunciativo-discursivos hegemônicos ideologicamente, nos quais relações sociais se estabilizam relativa e temporariamente dado aos próprios elementos de poder e dominação. Ao não se poder contemplar essas relações, perpassadas nos discursos, de maneira franca, é que surgem esses lugares e/ou situações limítrofes, campos férteis para criações que visam resistir, de muitas maneiras, situações adversas.

Essas são, em última instância, situações que ocorrem sob determinadas condições históricas de produção e que podem trazer formas composicionais e enunciativas, gestadas, por autores e/ou grupo deles, em suas obras, por meio da visão ético-estética que têm diante do âmbito social.

Nesta perspectiva, é possível dizer que há, em certa medida, a inscrição de sujeitos, por diversos posicionamentos, em situações sociais diversas, com as quais se pode denotar e mobilizar múltiplos estereótipos advindos desses lugares e/ou situações limítrofes e que eles estão em constante busca de um lugar a ocupar discursiva e ideologicamente, digladiando, questionando, se alinhando ou buscando consolidar-se hegemonicamente como um outro centro relativamente estabilizado de dispersão de determinados discursos, por meio dos discursos literários.

Mesmo se pensarmos na própria comunicação literária – isto é, não somente aquilo em que está envolto à palavra, mas também a manifestação discursiva que pode compreender em toda economia do fato literário: a obra, o autor, sua imagem, seu nome, o público, o prestígio social, as análises e críticas, científicas ou não da obra, prêmios, feiras, vendas, enfim – toda uma circulação e difusão, em diversos dispositivos, dos saberes veiculados nas linhas que cercam a circulação do discurso embutido no texto literário expresso. Teríamos então, para que esse movimento ocorra, estabilizações e dispersões discursivas que se unem a eixos de criação paratópica.

É possível dizer que há inúmeros figuras e situações potencialmente exploráveis, via estereótipos e os nomes e designações nominativas que os discursos literários, via obra, entre outras coisas, podem manifestar e dispersar. Para citar o estudo de Maingueneau: “boêmios, judeus, mulheres, palhaços, aventureiros, índios americanos...a depender das circunstâncias. Basta que seja estabelecida na sociedade uma zona percebida

como potencialmente paratópica para que a criação literária a possa explorar.”(2006b, p.98-99).

Essas situações podem se enquadrar em dados estereótipos sociais e certamente podem criar, por seu turno, imagens discursivas também exploráveis em seu conteúdo discursivo criacional, algo que em nosso se torna fundamental.

O cerne do conceito de paratopia, ainda que ligado aos elementos de campo (instituição, posicionamento, arquivo de construção e estilo literários), estabelece e designa parâmetros para alguns eixos semânticos de criação, mais específicos, e que de muitas maneiras variam as formas de analisar a embreagem paratópica, isto é, aquilo que o lugar paratópico reserva à cena enunciativa de uma obra e traz à tona no dizer discursivo da obra.

Como o processo paratópico envolve um pertencimento e um não pertencimento, os referidos eixos podem ser, segundo Maingueneau(2006b), ligados a certas formas de composições textuais privilegiadas:

- *A paratopia de identidade* que compreende as figuras e construções temáticas quando estas tentam dar conta de elementos de certa forma marginais, que interajam com as inconstâncias sociais, uma não comunhão de ordem discursiva nos ajustes da teoria do discurso que levamos à frente no trabalho. Algo da ordem de que o grupo do qual faço parte não é um grupo do qual a tríada pessoa, escritor, inscritor queira fazer parte. Em alguma dessas instâncias, se não nas três, será mobilizada a paratopia e sua embreagem de maneira identitária.

A paratopia de identidade ainda designa outras: de instância familiar, em que há uma espécie de prole oriunda de certa “árvore genealógica” com alguma convulsão socialmente destoante, plasmando-se, por exemplo, em órfãos, filhos bastardos, crianças encontradas ao acaso etc. *David Copperfield*, de Charles Dickens, parece apontar nessa direção paratópica identidade-família, com a história do menino David criado com seus parentes, a tia na verdade, depois ter ficado órfão e não se adaptar à vida familiar com seu padrasto, bem como ser “resgatado” do trabalho extenuante do sistema fabril da Inglaterra pós-*-Revolução Industrial*; ou então o romance de Emily Brontë, *O morro dos ventos uivantes*, que narra a história de Heathcliff personagem que, ainda menino, é adotado pela família do senhor Earnshaw depois de este ter encontrado Heathcliff na cidade durante uma viagem.

- *A paratopia social* advém daqueles que são de uma forma ou de outra excluídos de uma nação, de uma cidade, de um grupo, classe social, igrejas, templos, instituições, religiões, “dos boêmios e excluídos de alguma sociedade (...)”(MAINGUENEAU, 2006b, p.110).

Num certo sentido, *Cadeiras proibidas* de nosso arquivo incide com frequência nesse falar de uma nação, de um país, sobretudo, a partir das entranhas de suas mazelas, neuroses, convulsões socialmente vigentes, repressão, falsidades, cotidianos e fatos insólitos etc., embora ele traga para seu centro enunciativo, seu centro dêitico, outras ordens de paratopias. Aliás, quase todas, até mesmo porque as fronteiras dessa ordem do que pode e deve ser trazido é fluída.

- *A paratopia espacial* é aquela em que se reúnem os isolados. Onde o lugar que estou não é de fato meu lugar. Aqui, os exemplos clássicos são os de exilados, nômades, em que há uma cenografia retratando e arquitetando um falar de dimensões que se assentam sob a planura do saudosismo deste ou daquele lugar; da terra idílica etc. Apontaríamos facilmente aqui a poesia de Gonçalves Dias, cujo nome é *Canção do exílio*⁴⁵:

Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá;
 As aves, que aqui gorjeiam,
 Não gorjeiam como lá.
 Nosso céu tem mais estrelas,
 Nossas várzeas têm mais flores,
 Nossos bosques têm mais vida,
 Nossa vida mais amores.
 Em cismar, sozinho, à noite,
 Mais prazer encontro eu lá;
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.
 Minha terra tem primores,
 Que tais não encontro eu cá;
 Em cismar - sozinho, à noite,
 Mais prazer encontro eu lá;
 Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá.
 Não permita Deus que eu morra,
 Sem que volte para lá;
 Sem que desfrute os primores
 Que não encontro por cá;
 Sem qu'inda aviste as palmeiras,

⁴⁵ Texto retirado do site **Domínio público**. Especificamente disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000100.pdf. Acesso em 20/01/2015.

Onde canta o Sabiá.

Mas, ainda segundo Maingueneau(2006b), só existiram textos de exílio porque existiram autores que, exilados ou não, trataram da escritura desse tema, e os exílios fizeram o tema que, por sua vez, fizeram autores sobre exílio. Há, portanto, uma relação de imbricamento constituinte, para que ambas as partes se permitam, se legitimem e se condicionem.

Só é possível, acreditamos, textos de dizeres discursivos tais como *Cadeiras proibidas* e *Seminário dos ratos*, porque existiram autores que discursaram dizeres tais como os referidos livros, assim como obras em questão, fizeram autores para o labor dessa pena, além de existir a própria relação de práticas e processos discursivos da atividade literária com as estruturas e conjunturas sócio-históricas que é parte da sua composição na concepção filosófica de discursos constituintes, o que em muitas medidas pode definir figuras e potenciais paratópicos privilegiadas pela atuação no posicionamento político.

2.1.2-) Da questão dos discursos constituintes

É com a introdução da noção de discurso constituinte – entre eles o literário, o filosófico, o científico e o religioso – que se faz com que categorias analíticas do discurso literário mudem sua operacionalidade, adaptando-se à apreensão de um discurso que, ao mesmo tempo, é autoconstituente, ou seja, discursos constituintes que ao se lançar à enunciação já predispõem de auto-autorização e a um modo de operação na memória e no interdiscurso específicos do paradigma do fazer literário, no caso de nossa pesquisa, e heteroconstituente, *i.e.*, estes mesmos discursos que se auto-constituem, constituem em inúmeros casos a validação e composição de outros discursos, haja vista que outros tipos de discurso buscam nos constituintes sua legitimação⁴⁶.

Dito de outro modo, discursos constituintes seriam discursos que, dadas certas condições de produção, se propõem legítimos de estar na origem discursiva, ou seja, validadores de cenas enunciativas que autorizam a si o direito à fala e possibilitam, a dadas

⁴⁶ Vemos isso, por exemplo, no discurso político ao se basear no filosófico, no religioso. É comum ver no discurso político a utilização de alguma passagem bíblica para validar seu dizer, assim como se utilizar de argumentação filosófica para defender seu posicionamento; ou, então, no discurso publicitário, quando, por exemplo, há alguma explicação científica para vender um remédio, um produto odontológico etc.

estruturas e conjunturas discursivas, determinados nichos sociais e possibilidade de legitimar a realidade que lhes mantém. Embora com fronteiras não tão matemáticas, Maingueneau(2006b), por exemplo, investe nos estudos dos discursos constituintes, pois eles fornecer uma série de questões um tanto quanto inéditas para explicar a criação do fato literário. Isso porque as categorias presentes nos discursos literário, filosófico, religioso, científico parecem ser facilmente transferíveis a um tácito caráter de legitimidade social, o que denota haver certo domínio da produção verbal nos ambientes de interação entre sujeitos e instituições na sociedade.

Portanto, reunir um conjunto de discursos desse porte significa que há de se estudar sua função (fundar ou ser fundado), seu modo certo de comunicação (há determinados gêneros que se ligam ou não a este discurso), palavras que podem ou não podem ser ditas(o que revela práticas peculiares de circunscrição a formações de discursos, saberes socioculturais e o próprio interdiscurso constituinte dos discursos, enfim, trata-se de uma categoria discursiva ampla e múltiplas arestas.

Neste sentido, os discursos constituintes parecem evidenciar, de maneira interessante, a relação que existe entre a forma e constituição interna dos discursos e as questões que isso implica extradiscursividade, posto que esses discursos representam um mundo ao mesmo tempo que uma atividade enunciativa. Ou seja, discursos constituintes existem e representam mundos e mundos possíveis e é por meio dessa interação com o mundo possível via suas palavras de autoridade é que eles fazem a gestão de suas próprias existências. Como nos diz Maingueneau e Cossutta:

Com efeito, nos parece que uma análise da constituição dos discursos constituintes deve se fixar em mostrar a conectividade do intradiscursivo e do extradiscursivo, a intricação de uma representação de mundo e de uma atividade enunciativa. Os discursos constituintes representam um mundo, mas suas enunciações são partes beneficiadas deste mundo que representam institucional(MAINGUENEAU;COSSUTTA, 1995, p.114)⁴⁷

Ao abordar essa questão da intrincação entre o exterior discursivo e seu interior, a concepção de constituência, por vezes, remete a um axioma, por assim dizer, bastante assentado e reconhecido da AD, que é o que trata de todo discurso como circunscrito,

⁴⁷ No original: *Il nous semble en effet qu'une analyse de la constitution des discours constitutants doit s'attacher à montrer la connexité de l'intradiscursif et de l'extradiscursif, l'intrication d'une représentation du monde et d'une activité énonciative. Les discours constitutants représentent un monde, mais leurs énonciations sont parties prenantes de ce monde qu'elles représentent.*

atravessado e/ou mobilizado de um interdiscurso. Portanto, e nesse sentido, haveria uma rede que se dá pela interdiscursividade na enunciação dos discursos, com a propriedade de estar em relação, em diferentes frentes e formas, com outros discursos, enunciados, muitas vezes, antes e de forma independente a conjunturas e condições de produção da enunciação do discurso.

Existe, por exemplo, como na argumentação de Charaudeau e Maingueneau(2008), uma em que interdiscurso está para discurso assim como intertexto está para texto, como muitas teorias sugerem, desde os estudos de Gerrat Genette(1979)⁴⁸. Assim sendo, ao pensarmos em interdiscurso em termos mais conciso, é possível avaliarmos um espaço de circulação de discursos, portanto um espaço discursivo, termo ao qual, por exemplo, o teórico Maingueneau adere e de onde existe um conjunto de discursos de um mesmo campo ou de campos distintos que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros.

De outro ângulo, para Courtine (2009, p.54), o interdiscurso é “uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas. Também se pode pensar interdiscurso como outros conjuntos de associações, a exemplo de uma repetição e utilização histórica de discursos que se projetam em dados gêneros discursivo-textuais, ligado por uma unidade maior de discursos. Um gênero romance, alçado a condições de obra e autor cânones, pode fundar toda uma discursividade repetível em gêneros romances, espaço e imagens de autores, assim como o próprio dizível a ser posto em processo discursivo. A AD francesa, principalmente, adere ao conceito, fortemente teórico, de interdiscurso como seu principal eixo interpretativo dos discursos

Mas dada a essa amplitude teórica da noção-conceito de paratopia, existe, por isso, ainda segundo Maingueneau, um *archeion* dos discursos constituintes associado ao trabalho de fundação no e pelo discurso, à determinação de um lugar vinculado a um corpo de locutores consagrados e uma elaboração da memória constitutiva de tais discursos. Esses tipos de discursos são a um só tempo autoconstituintes e heteroconstituintes:

"a fonte", "o princípio" e a partir de lá "o comando", "o poder", o *archeion*, o assento de autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas também os arquivos públicos. Assim, o *archeion* associa intimamente o trabalho de fundação no e para o discurso; a determinação de um lugar associado a um corpo de

⁴⁸ **Introduction à l'architexte.**Paris: Seuil, 1979.

enunciadores consagrados e uma elaboração da memória. (MAINGUENEAU; COSSUTTA, 1995, p.112-113)⁴⁹

Temos, por um lado, uma posição-limite no interdiscurso: nada além; nada aquém, que circunscreve toda a organização do discurso literário. O que não significa, por outro lado, que discursos não constituintes fiquem fora do campo de visão dos constituintes. Há uma contínua interação entre esses dois tipos de discurso – e deste ponto mais especificamente vamos derivar a possibilidade de um eixo de criação paratópica política.

Contudo, os discursos constituintes, por natureza, negam essa relação, fazendo de si ponto de origem. Quando falamos de discursos constituintes, falamos mais de inscrições do que de textos e obras, isso porque uma inscrição é seguir um Outro, que, mesmo se for invisível, constitui-se de um enunciador-modelo, num posicionamento que encarna a fonte fundadora.

O típico da constituência do discurso filosófico está em sua explicação dos conteúdos humanos e sociais – haja vista até um determinado momento todas as disciplinas eram tratados como filosofia – e na autoexplicação, algo semelhante à língua, quando pensa sistemicamente, com suas ordens próprias. No caso da atividade literária, o fato constitutivo reside no poder de recriação de mundos e personagens, um estatuto fiador de um mundo sobre outro mundo possível, que também se faz como explicação de fatos humanos e sociais. Além disso, como já mencionamos, as enunciações inscritas em discursos constituintes são uma incessante busca de lugar, algo da ordem paratópica.

Isso denota um elemento paradoxal, sendo que a análise pertinente neste caso não é como um discurso fechado em si, mas num sistema de relação com outros discursos, o que permite que eles durem e se mantenham. Análise de posicionamentos correlatos de identidade discursiva, conforme vistos em *Gêneses do discurso*; estudos de produção, circulação, emergência e consumo de discursos levam em conta a comunidade discursiva que partilha um conjunto de ritos e normas.

As comunidades discursivas podem ser divididas em duas, imbricadamente: as que geram os discursos e as que produzem discursos: a) as que gerem são os críticos, os jornais, os professores, as livrarias, editoras etc.; b) as que produzem existem em função na e pela enunciação de textos. Os textos primeiros e máximos do *archéion* dos discursos

⁴⁹ No original: (...) "source", "principe", et à partir de là "commandement", "pouvoir", l'archéion, c'est le siège de l'autorité, un palais par exemple, un corps de magistrats, mais aussi les archives publiques. L'archéion associe ainsi intimement le travail de fondation dans et par le discours, la détermination d'un lieu associé à un corps d'énonciateurs consacrés et une élaboration de la mémoire.

constituintes se veem constantemente amparado por outros gêneros: o livro pedagógico no caso literário, o sermão no caso religioso, a revista de divulgação científica, no científico, são exemplos disso.

No discurso constituinte, dessa forma, existe uma relação especular entre discurso e a formação institucional de um campo de composição, formação e circulação dos discursos, questão esta que incide em particular sobre três dimensões – das quais veremos mais detidamente *ethos*: estas noções estreitamente articuladas são cenografia, código de linguagem e *ethos*. E elas são uma maneira de abordar a questão do poder que a enunciação tem de suscitar a adesão ao inscrever seu destinatário numa cena da fala que é parte do universo de sentido que o discurso pretende promover, algo que podemos compreender bem via o estudo do *ethos* discursivo.

Tal como todos os discursos constituintes, a literatura relaciona-se de duas maneiras basicamente com o interdiscurso: citando, parodiando, imitando gênero, forma narrativa etc. e também expondo as obras a outras citações, reemprego, interpretações. Entretanto, os textos não são enunciados autossuficientes, mas tomados dentro de um quadro hermenêutico que limita e diz como devem ser interpretados tais textos, uma circunscrição discursiva. Esse movimento determina também que textos são dignos de ser chamados de extraordinários e como devem ser interpretados para que os “pobres mortais” o acessem por completo.

O quadro hermenêutico funciona como um já lá para as recriações sobre tal ou qual estilo e gênero literário. A se ter um exemplo, a chamada licença poética, uso de neologismos, modificações sintáticas, elementos típicos do discurso literário advêm todos dessa perspectiva; o autor literário pode investir num gênero, numa cenografia, num *ethos* e recriar um mundo discurso ou linguístico em paralelo. Há sempre uma interação discursiva de tipo comunicacional, pois o texto literário é um ato enunciativo que, embora o autor, às vezes, não tenha contato com seu público leitor, há regras de intercâmbio linguístico-discursivo, como tentamos explicar no capítulo 1(tópico 1.1.3, p.58) em que explanamos sobre a composição e fundamentação do discurso literário.

A inscrição de uma obra e a sua interpretação pode ser dada dentro de um quadro hermenêutico, onde, ambos em associação, definem, por sua vez, um modo de existência no interdiscurso. A estética que se impôs a partir do romantismo exclui o que aparentemente poderia ser defeitos para consagrá-los sobre a figura do autor, construindo uma exegese exata dos sentidos. As obras, juntamente com as interpretações sagradas, estão acima

de qualquer suspeita. Um exemplo disso se dá quando nas regras conversacionais se diz “não fuja do tema”; tal situação passa totalmente ignorada pelo regime de composição literária.

O quadro hermenêutico, portanto, tanto busca "encerrar" o sentido da obra a certas instâncias analíticas, deixando a cargo do leitor certos subentendidos, como também sanciona positivamente as transgressões das normas genéricas e languageiras. É assim possível que interlocutores dos textos literários tendem a buscar interpretações adequadas ao quadro hermenêutico de que dispõem a obra que eles, interlocutores, estão a comentar e interpretar.

Dessa forma, todo texto literário funciona como uma espécie de "ato de fala indireto", para metaforizar com a teoria pragmático-analítica, exigindo do destinatário conseguido ou buscado um trabalho de interpretação de implícitos, de decifração e derivação de sentidos ocultos. A paratopia é, portanto e digamos e uma última instância, uma forma da condição do discurso literário e uma forma da condição de criação deste, sendo que esta noção-conceito se assume posicionando-se particularmente numa instância de instituição e campo literários. Escritores, criam narrativas literárias e as publicam, textos que repousam seus sentidos, interpretações, códigos de linguagem sob a constituição e composição típica do discurso literário, que permite a outros discursos essa realização, além de permitir a si isso também. (MAINGUENEAU, 2006b, p. 108)

No presente caso de pesquisa, a noção de discurso constituinte e paratopia é mobilizada para interpretar fatos literários que estão mais diretamente ligados à ordem da imagem que de si foram, na forma de *ethos* discursivo, geridas a um conjunto de interlocutores, em uma condição histórica específica. Diferentemente do que abordamos em Ponsoni (2011), em que a constituição principal da análise discursiva nos textos de *Cadeiras proibidas* ligavam-se mais detidamente à ordem da cena enunciativa, concentrando-se à dimensão cenográfica dos textos que se mostravam ambivalentes.

Por isso, acreditar que a maneira e a forma como se compreende o discurso literário pela vias abertas por Dominique Maingueneau em *Discurso literário* seja uma forma produtora muito se deve à natureza do próprio discurso literário ser um discurso constituinte, a partir dessa visada teórica. Mais ainda, é a partir dessas vias abertas que podemos chegar à compreensão do modo de criação político, que se daria ao fundamentarmos o conceito de paratopia política.

Sobre essa forma de posicionamento que se deve tomar para dizer numa conjuntura tópica cerceada, em *O contexto da obra literário* (2001b), Maingueneau percebe,

entre outras coisas, a crítica aos aspectos de pertencimento do campo literário. A obra literária não teria uma enunciação dentro de um campo neutro. Ela não é um texto voltado a si e um contexto voltado ao exterior. O autor de uma obra literária é alguém que tenta residir justamente nesse território fluído, sem uma pertença verdadeira. “Sem um lugar verdadeiro”(MAINGUENEAU, 2001b, p.27).

A atividade literária tem um funcionamento então peculiar com relação a outros campos de atividade. Dessa forma, se ela existe socialmente pressupõe-se que há um ferrolho em fechar-se sobre si mesma, bem como misturar-se com a sociedade comum, já que tem um funcionamento peculiar. Um nó paradoxal. Quanto a isso, segundo o linguista francês ainda (2001b), por essas razões não é possível falar de uma corporação de escritores da mesma forma que se fala de corporações de engenheiros ou de médicos, de advogados. Não há diploma para autores assim como eles existem para engenheiros, médicos, advogados, entre outros.

Não é possível falar de uma corporação dos escritores como se fala de uma corporação dos hoteleiros ou dos engenheiros. A literatura define de um “lugar” na sociedade, mas não é possível designar-lhe qualquer território. Sem “localização”, não existem instituições que permitam ou gerir a produção e o consumo de obras, conseqüentemente, não existe literatura; mas sem “deslocalização”, não existe verdadeira literatura. (MAINGUENEAU, 2001b, p.28)

Mas ainda que existam as academias, os prêmios e festivais literários, a constituição da condição necessária para produzir obras e autores não é dessa ordem. Não existem Crea(Conselho Regional de Engenharia,Arquitetura e Agronomia) CRM(Conselho Regional de Medicina),CRO(Conselho Regional de Odontologia), OAB(Ordem dos Advogados do Brasil), lugares onde se abarquem todos os escritores, onde eles possam ingressar em instituições tais como essas citadas por um concurso, por terem frequentado um curso de graduação, ou, ainda, que seja isso um representatividade de trabalho, para que se possa determinar que há trabalho dito de qualidade, assim como a OAB, por exemplo, que causa certa adesão da ordem da “qualidade de ser”, bem como quem o sujeito credenciado nessa instituição possa trabalhar como advogado.

Há de fato, por exemplo, academias, como a Academia Brasileira de Letras (ABL); porém, o ingresso nessa instituição é deveras complicado, pesando, às vezes, mais o lado político-econômico do que o lado qualitativo. Qual é o peso literário, por exemplo, que justificaria Lima Barreto como um não membro da ABL? Dizem aqui e acolá que sua vida

repleta de problemas, interações, boêmia o fez distante do citado lugar. Então, o critério não passa pelo valor estético-literário, e sim pessoal, subjetivo, de interesse etc. Há ainda outros grupos de escritos, que, em termos tradicionais, não seriam considerados escritores.

Atualmente, é possível dizer que em um *Blog* de Internet indivíduos postem diversos textos de cunho literário, sob diversos gêneros, tais como contos, fábulas, poemas, e seus textos tenham bom público-leitor, sejam acessados, despertem interesses, e ainda assim eles não estejam garantidos – e muito provavelmente não – como autores, ou seja, não sejam chamados de autores tal como manda a tradição vinda desde a estética romântica. Isso porque, no mais das vezes, esses lugares enunciativos não têm prêmios, não são consagrados nas academias, nas pesquisas; ou, por outra “avaliação”, podem ser bastante reconhecidos sem sequer conhecer nenhuma regra institucional artística ou ganhar algum prêmio ou estudo sob os auspícios da literatura.⁵⁰

É também esse movimento, como já argumentamos, que no século XIX, proporcionou à literatura ser tratada como epistemologia e disciplinarizar-se, seguindo regras específicas como lembra Bourdieu(1996), e legitimando dos atores num campo literário que tem a economia de regras próprias, na tentativa de alçar obras a espaços de posicionamentos de uns e outros no campo. Passa a existir um campo em *habitus*, na verdade um modo de *habitus*, sistema que incorpora e interage com normas tácitas.

Dessa maneira, então, posicionamentos dos atores (escritos, leitores, editores etc.) são determinados por essas disposições e pelos possíveis posicionamentos que o campo, essas regras tácitas, permite fluir ou apertar em não liberar, sobretudo, seja em um caso, seja no outro, em função da relação de forças numa dada conjuntura histórica. Os sujeitos, ao mesmo tempo agentes e pacientes, e os discursos em que se inscrevem ressoam no do campo literário como uma luta permanente para adquirir a maior autoridade, estabelecendo fortes vínculos e relações de poder.

Os desdobramentos do conceito de paratopia de Maingueneau se refletem, além disso, em outra ordem tripla que, por seu turno, são componentes do conceito da construção em si de um texto. Maingueneau(2006b), no questionamento sobre a figura do autor, isto é, de quem é ou não afinal um autor, faz da cena enunciativa um lugar em que o

⁵⁰ Talvez esse tipo de acontecimento não mereça um estudo dentro das instituições dedicadas a estudos de textos ditos “sagrados” e “consagrados”, porém dentro dos estudos linguísticos, sobretudo os ligados às teorias do discurso, os textos “profanos”, merecem grande interesse, seja na construção autoral, seja na construção textual, seja na interpretação ideológica e historicamente sustentada de tais acontecimentos.

desdobramento de um de seus planos, a cenografia, organiza e é organizada pelas vozes alicerçadas na obra sob a assinatura de alguém.

Por mais que a AD tente se afastar de um sujeito mentalista que, individualmente, teria a capacidade de fazer diversas manobras em seus discursos livremente e da forma como quisesse, há algum espaço para subjetivação da criação estético-literária. À sombra de Maingueneau, chamamos a atenção para a oposição que frequentemente os comentadores se deparam e tentam levar à tona, como algo da ordem do normal, sendo a principal questão quando se aventa um evento enunciativo de separar a pessoa de carne e osso de um enunciador “puramente” textual:

O léxico corrente, é verdade, não propõe termos satisfatórios. “Escritor” é ao mesmo tempo tanto uma categoria, de resto imprecisa, do registro das profissões como uma figura associada a uma obra. Quanto a “autor, só marginalmente tem referência a uma condição social, remetendo antes ao indivíduo como fonte e garante da obra: quando os filólogos do século XIX se perguntavam se Homero era ou não o “autor” da *Odisseia*, a questão era na verdade a de saber o que, no caso de uma obra como essa, poderia significar ser o “autor”. A noção de “enunciador”, em contrapartida, não advém de um uso comum, tratando-se antes de um conceito linguístico recente. (MAINGUENEAU, 2006b, p.135)

Sobre ser um termo recente, neste mesmo trecho, Maingueneau comenta que nem mesmo nos estudos de Émile Benveniste, em *Problemas de linguística geral, I e II*⁵¹, não se encontra tal termo. A proposta do linguista francês reside, então, em distinguir pessoa, escritor e inscritor.

A pessoa estaria ligada à instância de um sujeito empírico, que tem seu estado civil localizável e tangível. Quanto ao termo escritor, relacionam-se a todos os movimentos que a pessoa, depois de deslocar-se no campo da literatura e firmar-se diante de instituição validadora literária, admite à sua figura. A pergunta quem é o autor aqui valeria para, de certa forma, responder ao *status* que um quadro de interpretações de ordem diversa fez, faz e fará de um sujeito que se posiciona, então, em uma baliza do campo literário. Seria qual é rubrica de tais contos, de tal poesia.

Cadeiras proibidas e Seminário dos ratos associam-se a escritores, Ignácio de Brandão e Fagundes Telles, que escrevem contos sob a realidade urbana (im)possivelmente tangível, irreal, mas real da perspectiva da criação de um mundo possível; ácidas, violentas, cruel social e loucamente pertinentes. Com estilos estranhos à maneira de Kafka; secos,

⁵¹ Ambas edições Campinas, SP: Editora Pontes, 2005, 2006.

corrosivos e melancólicos à maneira de Hemingway; insólitos, impossíveis, fantásticos à maneira de Borges. Todas essas adjetivações compõem certo *ethos* das figuras autoras, com as quais o público-leitor, críticos, outros escritores entraram em um conúbio cintilante ou litígio abissal.

Dando prosseguimento à última instância, chegamos ao termo de inscritor, sendo não um sujeito que se inscreve, mas sim um sujeito que assume a dinâmica estruturação da cenografia, na qual fluxo e refluxo da narrativa encontram-se fiados por uma linha especial. Ainda que estejam separadas e, por vezes, assim aparecem em explicações distintas

Essas três instâncias não se dispõem em sequência, seja em termos de cronologia ou de estratos. Não há em primeiro plano “a pessoa”, passível de uma biografia, em seguida “o escritor”, ator do espaço literário, e depois “o inscritor”, sujeito da enunciação: cada uma dessas instâncias é atravessada pelas outras, não sendo nenhuma delas o fundamento ou pivô. Claro que a análise por vezes requer que se considere apenas uma de cada vez, mas nem por isso a constituiremos abusivamente em fundamento. Cada uma das três sustenta as outras e é por elas sustentada, num processo de recobrimento. (MAINGUENEAU, 2006b, p.136-137)

É a partir dessas fundamentações teórica e metodológica expostas sobre criação paratópica que tendemos a pensar na possibilidade de existência de uma paratopia política – a hipótese do trabalho para explicar a imagem discursiva.

Já vimos que há vários eixos semânticos de paratopias, que lidaram(lidam) à sua maneira com as situações limites de um dado tempo-espço social. Entretanto, para se pensar nessa linha de gestão discursiva, via textos literários, das conjunturas históricas é preciso alinhar formas de junção entre o que é da forma e o que é do conteúdo para então compreender de uma maneira global a gestão das condições de produção da existência e da criação dos discursos das obras. É preciso haver, assim, para se posicionar em lugares do discurso político, o que pensamos em ser uma paratopia política que seria a congruência entre diversos eixos semânticos de criação.

Se, por um lado, no século XIX, na argumentação de Maingueneau(2006b), a figura do Boêmio, por exemplo, é privilegiada, isso nos encoraja a dizer que, durante o período repressivo do Brasil, ao qual se deram as publicações de *Cadeiras proibidas* e *Seminário dos ratos*, seriam sujeitos dito subversivos que tentavam viver o mundo tópico e de alguma maneira resistir aos padrões político-ideológicos daquele mesmo período tópico, posicionando-se, entre outras formas, como autor e criador de textos que em alguma medida carregassem tal marca de resistência, ou como qualquer sujeito resistente nas práticas sociais

cotidianas, buscase a fuga a lugares de sentidos possivelmente interditados, tabus, não coerentes a uma certa ordem social vigente, adquirindo assim posicionamentos em mundos paratópicos possíveis.

Dito de um outro modo: a se pensar nesse sentido, os autores enunciam a partir do posicionamento daqueles que estavam sufocados pelo regime e, nessa mesma forma de buscar outro lugar, impossível até então, há o ponto da embreagem desse lugar paratópico para os escritores, que vivenciam um duplo lugar: como pessoa e como escritor, transitando, portanto, em dois campos de atuação na sociedade, o do discurso literário e o do discurso político. Mais ainda, se não se podia inscrever em determinadas instituições e práticas, tão pouco era fácil se postar como escritor.

A brecha para esse movimento de deslocamento a um lugar não lugar, no entanto, seria a de explorar justamente esse não lugar, ambivalente, na cenografia discursiva, para um projeto de dizer sobre o conteúdo do discurso político em eixos e figuras estereotipadas, mas constituídas e validadas pelo imaginário social.

É nesse lugar não lugar que há uma frincha para escapar, como, por exemplo, escrevendo, em livros, discursos destoantes, e escapar assim vigilância psicológica e institucional, criando um cerne de composição. Portanto, se faz necessário para constituir uma paratopia política – em que se busca as formas de cristalização de maneiras propícias a se fazer a gestão das conjunturas históricas – e buscar elementos discursivos que indiquem e evidenciam, em alguma medida, o trabalho de gestão contextual por meio da paratopia de viés político.

Assim como em outros campos, para se ter um regime e uma instituição de literatura, é preciso mais que repressão e reprimidos, resistentes, como no caso, e sim uma forma de inscrição do discurso, de dispersão das obras, enfim uma rede de relações que são efeito de um dado trabalho ético-estético na criação.

O que disso nós interessa reter é que embora pareça, e seja de fato uma formidável criação da literatura nacional, feita sob a batuta de Ignácio de Loyola Brandão e Lygia Telles, a partir de um deslocamento enunciativo de pessoas em mundos tópicos a um posicionamento no campo e instituições de criação literárias nas quais se consolida como um escritor, *Cadeiras proibidas* e *Seminário dos ratos* não são apenas erguido num “o quê”, mas há em si um “como” inerente a suas condições de possibilidade, pois, mesmo sendo obras literárias, são também dispositivos enunciativos de comunicação, interação, dispersão e composição discursiva.

Em última instância, houve a necessidade de comunicar algo a alguém sob uma forma, de um modo, num tempo e num espaço seja institucional seja de circulação. No deslocamento e reconhecimento de suas posições tópicas, as pessoas Brandão e Fagundes Telles passam a ser garantidos em uma conjuntura de posicionamento literário, com seu nome já pré-construído de livros e outras atuações nesse mesmo campo e mesmas instituições, em que eles são reconhecidamente escritores, que tem certo “direito” do dizível pela prática de utilização e *habitus* no campo, instaurando-se, com isso, nas instâncias narrativas de inscritoires, elementos de embreagem paratópica, da qual nos referimos em linhas anteriores, com base nos elementos políticos, de um lado, nos fatos diversos apreendidas nos anos 1970 e, de outro lado, para dar voz a personagens e suas ações, a agrupar certos discursos e os fazer circular, dentro de uma instituição literária, um espaço aberto que pode ser trilhado por outros sujeitos – quaisquer leitores, escritores, censores, militares, operários etc. – que, por ventura, se inscrevem na discursividade literária de seus textos para observar, interpretar, compreender e, por vezes, agir em seu tempo sócio-histórico, posicionando-se ideologicamente de muitas outras formas já em um mundo possivelmente tópico.

Portanto, na mesma esteira argumentativa, os autores das obras ora objeto da pesquisa estão imersos na sociedade em que um “eles” exterior que fabricam realidades, fazem as pessoas viverem no meio-fio, ambivalente, desse mundo tópico repressivo. Mais ainda, esses mesmos autores participam de tal ambiente social como sujeitos empíricos o que os torna, conseqüentemente, simbólicos, pois não podem, topicamente, dizer o contrário e o contraditório ao regime ditatorial – que existe, é tópico – e que lhes impõe a forma como pode e deve ser dito os discursos sobre os temas sociais (*vide* por exemplo questões como censuras e as não garantias individuais para livre se manifestar e expressar) e precisam suportar a essa opressão, mas suportam, já posicionados com o projeto de dizer de um discurso literário, a “única” forma que lhes há em saber, o que de fato apreendem do ambiente social, perfazendo diversas vozes a circular nas narrativas.

Não podem, adamicamente, dizer, nomear, abrir-se na sociedade tópica, e tem de abafar ou criar mundos possíveis. Há repressão física e psíquica e mordança institucional. Para se libertar, esses autores devem ir à fronteira do mundo tópico, recriando-o a uma dada ordem palatável tanto a dizer o que não se pode ou se quer dizer, quer seja quanto à forma, quer seja quanto ao conteúdo que se pode discursivizar. É preciso, portanto, criar algo da ordem de um não lugar, para não pertencer a nenhuma amarra existente, seja ela socialmente existente e sustentável ou não. Um sistema entre lugar e não lugar que, pela composição

literária, irá se retroalimentar, possivelmente dispersando, discursivamente, ao mundo físico, todos os elementos outrora geridos deste mesmo mundo tópico, mas sob formas possíveis de dizer quaisquer conteúdos e posicionamentos.

Estão, assim, dentro da sociedade que vive sob os auspícios deste regime ditatorial, mas também vive a vontade reprimida de dizer o que está sendo impingido. Um paradoxo de si, um lugar/não lugar, não ocupado, não existente, pois não se pode dizer a verdade – deve-se fabricá-la para ser um dizível autorizado –, o que faz "existir" o lugar aonde ele vai para enunciar e recriar aquilo que, para ele, é dizível adequado, ou seja, algo da ordem do irreal, do insólito, do falacioso, ambivalente.

Para exemplificar, analiticamente, pensamos especificamente em uma das obras que são de nosso *Corpus-1*, *Cadeiras proibidas*: o lugar que é não lugar, ou o lugar paratópico em que o escritor se deslocou, foi produzido num cenário de Brasil truculento para os subversivos, mas bom aos chamados cidadãos de bem. Para se alinhar a qualquer discurso à militância contra o regime golpista era preciso lidar com a fluidez e com a não inscrição dos discursos num mundo tópico. Até mesmo um homem simples, normal, qualquer do cotidiano brasileiro, precisaria, a depender de sua vontade de saber, alinhar a uma ordem de normalidade. A ultrapassar uma certa fronteira limítrofe, até este homem, que não militava, passava a ser investigado e solapado pela sociedade.

Nessa localidade paradoxal e fronteira, então, o escritor do livro material de análise tentou se localizar, como um lugar de ordem espacial “este lugar não é o meu verdadeiro lugar” ou como um lugar de ordem social “o país precisa ser repensado, preciso de um protesto, aqui não é um país verdadeiro, os fatos como devem ser postos; vamos desnudar a realidade fabricada”; assim “A pertinência ao campo literário não é, portanto, a ausência de qualquer lugar, mas antes uma negociação difícil entre o lugar e o não lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar. Essa localidade paradoxal, vamos chamá-la de *paratopia*.” (MAINGUENEAU, 2001b, p.28 destaque do autor)

Com isso, Brandão e outros escritores a ser ter como exemplo constroem espaços dentro de espaços. Mundos dentro de mundos. Perfuram as sólidas rochas da realidade e da verdade, tanto ao lado do individual – a que no um esforço contínuo estamos conectados – como ao lado do social que a história, a ideologia e todas as outras materialidades sustentadas na sociedade insistem em nos inscrever. Em um ambiente repressivo em que há um Estado que se diz defensor dos direitos dos cidadãos, é mostrado na cena enunciativa (elementos do texto e elementos do discurso) de *Cadeiras proibidas* como

algo tomado pelo avesso. Este Estado pune e amordaça a todos. Os que estão contra, mais diretamente num ataque físico e psíquico; os que estão a favor indiretamente e impingindo a falsa realidade. Obviamente essa sobriedade de escolha mesmo que seja falsa dura até o momento em que os sujeitos exibem a mínima resistência. A partir de então, o Estado entra também em rota de colisão com aqueles que jurou proteger.

Ou, dito em outro exemplo, em "O homem do furo na mão"(1979, p 17-26), quando após tentativas de resistir o sujeito personagem-protagonista do conto assume o furo que surgiu em sua mão e decidiu viver com ele, renegando o que, na topografia e na cronografia engendrada pela cenografia da narrativa, era o lugar em que socialmente seriam aceitos esse tipo de indivíduo; entretanto, isso não se deu de forma pacífica. O homem, depois de várias portas socialmente existentes ter-lhe sido fechadas, ele termina em ambiente onde existem os iguais a si, ou seja, vários outros homens com furos em suas mãos, a marca da resistência:

S.A-1

De pé, lembrou-se que não precisava ir ao emprego, ir a lugar nenhum. Sentou-se de novo, vendo os vagabundos (seriam vagabundos?) tomarem o que parecia café. Aproximou-se. Um deles estendeu uma lata. Quando olhou a mão do homem, viu nela um orifício de uns dois centímetros de diâmetro que atravessava da palma às costas. Então, ele também mostrou a mão. O homem não disse nada. Ele tomou o café. Ralo, de pó catado nos dos bares, já tinha passado uma ou duas vezes pelo coador. Serviu para assentar o estômago

Esses supostos vagabundos, excluídos do seu tempo e espaço. Excluídos, reclusos a um ponto social por deterem a marca proibida. Dessa forma, denota-se que em cada época há uma figura privilegiada. Mais do que isso, esse destoar pode-se ser compreendido como correlacionado a um eixo de embreagem político, o qual iremos delinear ao longo da explicação. Ou, ainda, do sujeito que deseja saber mais do que devia. No conto "O homem que descobriu o dia da negação"(1979, p 87-94), vemos a personagem "homem" vivenciar uma estranha situação, que o faz questionar os moldes de realidade, conforme:

S.A-2

Pegou o táxi, deu a direção. O chofer:
 — Para lá, não vou.
 — Então, me leve para onde quiser.
 Estava cansado de toda aquela situação e resolvido a se entregar, para ver o que ia acontecer. Tinha começado na feira, pela manhã. [...] Algo estranho ocorreu, na primeira banca, A de tomates.
 — Me dá meio quilo. Do tomate verde.

— Não, se quiser levar, leva do maduro.

— Quero do verde e bem grande

— Só entrego do maduro e pequeno.

Não discutiu. Achava o pessoal da feira grosseiro. Tentou a outra banca. [...] achou melhor continuar. Na próxima banca decidiu mudar de tática.

— O que o senhor está vendendo?

— O que acha que sou vendendo?

— Eu é que perguntei.

— O que é isso?

O homem exibiu um tomate, grande e verde.

— Um tomate.

— Engano! Não é um tomate.

— O que é?

— Eu é que quero saber. Estava vendendo tomates. De repente apareceu isto.

— Mas é um tomate.

[...] Partiu, confuso. Tinha de levar tomate, ervilha, salsicha, couve, laranja, um abacaxi, dois abacates, alface e ovos. [...] “Estou sonhando, não é possível, as pessoas dizem coisas insensatas. Ninguém está batendo bem. O melhor é voltar para a casa, me encerrar no quarto, esperar o dia passar”.

O traço de estar-se vivendo uma loucura insana, num dado tempo e lugar social, é visto como algo, em princípio, propulsionado como uma brincadeira: **S.A-3** “— Isto é abacate?/ — Não./ — Está brincando comigo?/ Estou?/ Então, vá comprar noutra barraca. Não estou para brincadeiras”. O que poderia ser provocado por algum mal-entendido, de um equívoco do próprio personagem-protagonista “homem”, identificado também pelo tema-título, numa oração adjetiva restritiva, qualificando-o, entre outras coisas, portanto, como “aquele que descobriu a negação”, a qual no decorrer da trama se tornará a verdadeira realidade. Progressivamente, a situação parece fugir a toda compreensão, causando a esse personagem a sensação de haver algum problema ou surto nas pessoas, uma indagação do tipo “Estão loucos” ou “Estamos todos nós loucos”, acompanhada, a partir de então, na narrativa, da vontade de se trancar, de se afastar, de ficar recluso e ver se o problema é passageiro e causado por uma situação localizável nos sentidos tópicos, conhecidos para a personagem, enfim, um desejo de não mais saber – uma coerção dos objetos a serem apreendidos. **S.A-4** “Vai ver é essa nuvem negra de poluição. Está afetando as pessoas”. Isso também pode evidenciar os lugares de onde se pode trazer a embreagem paratópica desejada para encenar nas falas das personagens a vivência socialmente insustentável, como, por exemplo, a questão dos lugares poluídos a tal ponto de afetar também a saúde psíquica das pessoas, e não mais somente outras doenças: “Vai ver é essa nuvem negra de poluição. Está afetando as pessoas”. Ou, ainda, algo que lhe faz indagar um fato da sociedade, mas a indagação, ou a tensa tentativa de querer descobrir e afastar-se da negação, de tentar escapar àquela insólita realidade, que era de fato negar a realidade para impingir outra (conforme o próprio depoimento do autor, e o faz entremear pontos perigosos de vivência e convivência, até

mesmo sob a pena de estar sendo vigiado ou ser punido por questionar tal surrealidade em que parece estar imerso

S.A-5

- Se eu vender isto ao senhor, o senhor compra?
- Compro! Pode me dar meio quilo.
- Não posso. Se a fiscalização me pega vendendo isso, me multa.
- Mas quero comprar. De livre e espontânea vontade.
- O senhor não sabe que ninguém faz nada de livre e espontânea vontade?
- [...] O melhor era voltar para casa. Foi caminhando, na esquina, um guarda, segurou-o.
- Onde pensa que vai?
- Para a casa.
- A saída não é por aqui. Desde quando os quarteirões têm entrada e saída?
- Mesmo que não tivesse, olha a placa de contramão.
- Qual a diferença entre um veículo e um homem?
- [...] Ele se indagou se o guarda não estaria louco. Ou era mais um a brincar com ele.
- [...] Foi se afastando, sabendo que o guarda o vigiava, dobrou a esquina, deu a volta.

A dimensão das mentiras e a descoberta que delas se poderia fazer não eram bem-vindas nesse lugar em que o ponto-limite da paratopia busca fixar-se em uma inserção, criando o espaço também do escritor e da pessoa Loyola Brandão, por exemplo, já que, segundo ele mesmo, a realidade era fabricada, “impingida”, e isso pode ser entendido como um “até que lugar um ‘eles’ podem e não um ‘nós’ podemos ir para fabricar nossa realidade?” E nesse lugar fronteiro, diante de uma difícil negociação de seu lugar, Brandão vai buscando seu pertencimento a esse mundo que, na verdade, é bastante real, pois a descoberta final é a da fabricação da realidade:

S.A-6

Acho que começo a entender o dia de hoje. Eu pensava que estavam todos mentindo. Que era um dia de mentira. Ou, então, um dia em que todos diziam aquilo que vinha à cabeça. Não. É o dia da verdade. Todos decidiram mostrar as coisas como elas são. Não sei por que razão, nem vou perder tempo em descobri-la. E é curioso esperar o que acontece, as verdades restabelecidas. Pelo visto, hoje vai dar grande confusão. Os homens conseguirão suportá-la? Como eu não suportei? Agora no táxi, enquanto não sabia para onde ia (*sic*) meditava sobre tudo e sentiu-se contente. Com a mesma alegria de um arqueólogo que encontra sinais de civilização numa escavação. Dispôs-se a estudar com calma e profundidade a nova situação que se apresentava.

Descobrir que o real é a mentira, que os sentidos circulantes nesse mundo da narrativa, vivenciada pelas personagens, sobretudo o personagem-protagonista “homem”, e utilizada nas instâncias discursivo-enunciativas pelo escritor, faz realidade/irrealidades se

dissociarem, deixando a irrealidade como parte verdadeira, a que prevalece nos entremeios sociais, isso tanto para as personagens como para o escritor.

Para criá-la, não importam as condições nem ao que comparar aqueles sujeitos-personagens desse universo. Quando o personagem “guarda” utiliza-se da oração adverbial concessiva: **S.A-7** “Mesmo que não tivesse, olha a placa de contramão” para retrucar a indagação do “homem” que até então buscava descobrir a negação, ele está demonstrando que tem o direito de criar o argumento para a negação, de impingir a realidade, logo também a de dizer o que deve ser conformado como parâmetro, como “a” realidade, pois todos os homens e todos os objetos estão no mesmo estatuto de compreensão e valor, e está tudo sob o alcance desse outro, um de fora: **S.A-8**: “— Estas placas são para veículos./ — Qual a diferença entre um veículo e um homem?”.

Ou seja, são as circunstâncias que vão moldando o negável, que, nesse lugar paratópico de criação, no caso analisado, de Loyola Brandão, é o discurso que pode e deve entrar na ordem do dizível, *i.e.*, o discurso impingido. E dessa mesma forma há o ponto da embreagem desse lugar paratópico para o escritor, que vivencia isso, pela circunscrição do discurso político, como pessoa e como escritor, transitando, portanto, em dois campos de atuação na sociedade, o do discurso literário e o do discurso político, notabilizando a descoberta da negação, que naquele mundo possível não era permitido.

Somente esse guarda, vigilante psicológica e institucionalmente, tem o direito de fazer as concessões, de liberar a realidade ou não, manter os sujeitos na conformidade da negação insólita para encobrir a realidade verdadeira. Portanto, ir ao limite, forçar as situações, teoricamente legais, para retrucar, explicar ou construir sentidos para interpretações indagadas pelo protagonista do conto é recorrente, e feita, muitas vezes, para lembrar a todos (um auditório universal, sejam leitores, sejam personagens ou quaisquer entes) falta de liberdade de todos que se inscrevem nesse universo narrativo, como, por exemplo, em: **S.A-9** “— Mas quero comprar. De livre e espontânea vontade./ — O senhor não sabe que ninguém faz nada de livre e espontânea vontade?”. Elementos esses que evidenciam, em alguma medida, o trabalho de gestão contextual por meio da paratopia.

Sendo assim, este posicionamento de sujeito é uma das matérias-primas e motricidade das narrativas, e o palco privilegiado de sujeitos que viviam esse *habitus* de ser escritor que, de uma ou outra forma, eram seus os textos que são em última instâncias pegadas de percursos discursivos. Não houve o milagre da criação repentina da literatura. O “como” da irrupção e arquitetura das narrativas de objeto da pesquisa são produtos de si, do

posicionamento da autoria, do lugar, do tempo, do posicionamento no campo instituído pela literatura, do engendramento cenográfico, quadro genérico, enfim, de todo um processo de prática discursiva, o que quer dizer que a literatura passa a ser vista aqui num objeto referente a um dispositivo enunciativo de comunicação verbal que se empenha num discurso literário com suas peculiaridades.

Queremos dizer que a ideia de campo literário é mais ampla e abarca vários modos e posicionamento de fazeres literários, sendo que essa configuração ampla vai, por si, explicar um potencial sociológico para termos uma produção. Maingueneau esteve atento a isso e desembocou sua estruturação do conceito de paratopia criadora a partir desse ponto de potencial sociológico, que é em muitas medidas caudatário de Bourdieu(1996). Para ser além de um potencial de possibilidades sociológico, é preciso que a pessoa que se transforma num autor-escritor enuncie negociando esses pertencimentos, ora para uma figuração temático-discursiva, ora noutras quaisquer; mas, ao enunciar, seja a estrutura e estruturação para esse pertencimento:

A paratopia não pode se reduzir a um estatuto sociológico; neste nível, há apenas paratopia *potenciais*: não basta ser exilado ou órfão para ser criador. Para que a paratopia interesse ao discurso, é necessário que seja estruturante e estruturada pela produção dos textos: enunciando, o locutor se esforça para superar seu impossível pertencimento, mas este impossível pertencimento, necessário para poder enunciar desse modo, é confortado por essa própria enunciação. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.369)

Nesta perspectiva, é que em "As formigas", (FAGUNDES TELLES, 1977, p.1-3)conto do *Corpus-2*, livro de Lygia Fagundes Telles, é possível realizar uma compreensão de mobilização, a partir da criação paratópica, que passa a expressão do panorama de questões até certo ponto sociológica para a frincha de um outro mundo possível, que pode ser lugar/não lugar.

As personagens, sem nominalização rígida, exceto as formigas, chegam a um imóvel antropozoomórfico, em que janelas lembram olhos humanos, entristecidos, possivelmente por experienciar questões que lhes horrorizaram, como buscaremos abordar com o desenrolar da análise. Aparentemente, uma pensão – que pela falta de opção – se faz a "única" opção

S.A-10

Tínhamos outra escolha? Nenhuma pensão nas redondezas oferecia um preço melhor a duas pobres estudantes, com liberdade de usar o fogareiro no

quarto, a dona nos avisara por telefone que podíamos fazer refeições ligeiras com a condição de não provocar incêndio

A compreensão de duas jovens pessoas, ditas estudantes, a procurar um lugar para ficar, remete a uma gestão contextual, das próprias condições de produção da época da publicação do conto, qual seja, buscar o que os grupos de resistência ao regime opressivo chamavam de aparelhos, locais onde se definiam as estratégias de luta, bem como se fazia o reagrupamento dos resistentes. Uma palavra de ordem se coloca na enunciação do conto "desaparelhado", ou seja, ainda em precisão de organização e aparelhamento.

O que se pode compreender da própria compreensão da personagem-narradora quando trava o primeiro diálogo:

S.A-11

É você que estuda medicina? — perguntou soprando a fumaça na minha direção.—
Estudo direito. Medicina é ela. A mulher nos examinou com indiferença. Devia estar pensando em outra coisa quando soltou uma baforada tão densa que precisei desviar a cara.

Nesta espécie de primeiro interrogatório – o que remete mesmo a essa alusão – a sentença interpretativa da personagem-narradora "Devia estar pensando em outra coisa". Devia estar pensando o que se lia e se circulava à época, para que se suspeitasse de pessoas jovens, ditas estudantes a procurar lugares de aluguel, para não se dar abrigo aos tais aparelhos da resistência ao governo ditador.

Mas a compreensão ambivalente e hesitante que a própria trama narrativa proporciona abre espaço para que a criação de lugares possíveis em não lugares possíveis. Não lugares possíveis à época era o de fazer ou criar qualquer expressão opinativas, mesmo que em alusões, ao que se sabia, tacitamente haver no campo político brasileiro, como, por exemplo, torturas, assassinatos, sequestros, prisões arbitrárias, falta de liberdade individual e civil(exceto aos que se coadunavam ao governo político), daí a mudança de perspectiva, dentro da mesma trama narrativa, em dizer, de dentro de um porão, o encontro de um esqueleto.

O encontro de um esqueleto indicia que, assassinado ou não, houve algum espaço de atividade humana. Em um porão, alusivamente, durante um período de repressão, em que sabia da existência de atrocidades, mas não se podia dizer,

A narrativa prossegue trazendo os elementos de identidade paratópica, em que formigas, decididas, enturmadas, organizadas, fazem um trabalho árduo e paciente de remontagem dos ossos, uma reconstituição. Por mais que são mortas, afastadas, elas voltam e tomam os ossos a tentar montá-lo.

S.A-12

Olhei pro chão e vi a fila dura de formigas, você se lembra? Não tinha nenhuma quando chegamos. Fui ver o caixotinho, todas se trançando lá dentro, lógico, mas não foi isso o que quase me fez cair pra trás, tem uma coisa mais grave: é que os ossos estão mesmo mudando de posição, eu já desconfiava mas agora estou certa, pouco a pouco eles estão... Estão se organizando.

É como se o posicionamento político, de reivindicar um espaço de abertura e também demonstrar os crimes cometidos fosse um trabalho como o da própria formiga, uma a uma, lentamente, remontar a própria sociedade tópica, num lugar de criação que se pudesse contar o que se passava. As formigas carregavam insistentemente os ossos para que ele se reconstituísse. Notemos que para as proporções de um formiga, mesmo um anão – um ser humano de estatura abaixo de uma média – era um gigante, um gigantesco trabalho.

Com essa mobilização, até mesmo essa voz de fazer um trabalho árduo, apertado, de insistência, passasse a falar pela própria personagem que se dedicara a compreender o trabalho daquelas formigas.

S.A-13

Acorda, acorda! Demorei para reconhecer minha prima que me segurava pelos cotovelos. Estava lívida. E vesga.– Voltaram — ela disse. Apertei entre as mãos a cabeça dolorida. – Estão aí? Ela falava num tom miúdo, como se uma formiguinha falasse com sua voz.

Ao deixarem a casa, apenas os olhos encerrados em penumbra as observavam, o que representa o desfecho entre o final da luz para a total escuridão. O abandono, no momento de saber, compreender, era o que alimentava aquela casa, metaforizada em questões abafadas de um tempo tão obscuro quanto a própria casa, mas que evidencia a necessidade de jogar com a vontade de saber, resolver e agir e a necessidade de deixar à sombra questões importantes para se recriar.

"Desinformigar", como diz no próprio conto, era o caminho necessário e fundamental para se sair de um potencial de dizer para o efetivamente dizer, de sair da

dormência, que os escritores, imbuídos de uma criação de lugares a se posicionar e dizer os discursos impossível àquela altura política, ideológica e social.

Já a narrativa do conto "Seminário dos ratos" ("(FAGUNDES TELLES, 1977, p.60-66), *Corpus-2*, edifica uma trama em que a enunciação do texto se baseia na gestão histórica e a torna embreada pelo ponto de vista de diversas Formações Discursivas, se assim se pode dizer.

Para os burocratas, golpistas da Ratesp, pois assim mesmo projetam imagens de si S.A- 14 "Tão fino. Quando fiz a Revolução de 32 e, depois, no Golpe de 64 os subversivos são ratos ou tidos como ratos em aparente busca do controle dos sistemas de poder, o que não se comprava ao fim da narrativa. As personagens nominadas de acordo com sua profissão, mais pela sua posição institucional, a alteridade representa-se como roedores, o que pode ser a metáfora prevista pela trama, um *ethos*, enunciado a um certo auditório, funcionando como um oposto a como são vistos os que detém os controles de poder e burocratas. Roedores, praga, aproveitadores das sociedades.

No entanto, ao descreverem-se, é possível percebê-los como ratos, igualmente, o que demonstra que, para a alteridade, o *ethos* plasmado dos golpistas eram de ratos, ou seja, equivalem-se a si mesmos. Há sem dúvida uma ambivalência de imagens que confronta no mínimo duas posições discursivas. A bem da verdade, essa forma de nominalizar como pragas, buscando então uma situação-limítrofe de criação, via seres "marginalizados, neste conto não se mostra evidente e/ou válido para as poucas personagens nominadas. Assim sendo somente pessoas comuns, na narrativa, se demonstram como humanos(José, Euclídea).

Há uma ideia central que perpassa a questão da imagem e identificação do outro. Que vai pela relação intercultural revelar estereótipos advindos de um classicismo social/institucional. Ratos para os golpistas, ratos para os não golpistas, ainda que esta última visão, seja possível por uma via de interpretação, dada, sobretudo, se pensarmos na gestão das condições de produção textual, em que se deu *Seminário dos ratos*.

Ao mobilizar os estereótipos sociais de burocratas-pragas, o inscritor da enunciação textual faz uma gestão contextual em que se pode ver pela paratopia política, é possível entender que algo iminente estar por vir e que não pode ser controlado, pois os ratos dos burocratas não são apenas os subversivos pelos quais eles lidam e tentam gerenciar pelas suas instituições; os ratos também são uma força maior apenas que os oponentes, uma força que rompe estruturas, faz barulho e que pode-se dizer socialmente preenchida, com múltiplas ramificações.

A imagem discursiva que está propiciada no eixo de criação paratópico político permite compreender aquilo que se dá justamente pelo desfecho da narrativa e pode corroborar o posicionamento já descrito em *As formigas*, com a mobilização social pelo desnudamento do regime político que se critica; o desfecho da narrativa é o que, depois da tomada da casa, a personagem (Chefe) observa ao longe a própria casa, antes em caos, mas então iluminada, anunciando, digamos assim, o fim de trevas e renascimento em luz, em transparência, em iluminação, fim de um certo sufoco. Com efeito, é possível se fazer uma ilação com o próprio período de irrupção da obra, em suas condições histórico-reais de produção. Final dos anos de 1970, década em que a repressão política se faz mais forte, mas que ao seu declínio, a sociedade, ou melhor dizendo, alguns setores da sociedade, organiza-se para pedir uma mudança estrutural da política, para que assim, a sociedade, ora como todo, abra-se em um novo regime de governança e quiçá social⁵². Tanto é verdade que dois anos *a posteriori* da publicação original se faz uma abertura política, via Anistia ampla, em que os crimes de sangue, assim chamadas na lei questões ligadas a assassinatos, torturas, sequestros, e os crimes políticos, cassações, etc., se encerra, abrindo caminho, assim, para a mudança de regime político-governamental.

Esse caminho pode-se interpretar como um não-lugar, um lugar fronteiro entre as discrepâncias discursivas, a partir do qual o autor da enunciação literária ora objeto da análise, ocupa, vai até, para desse entrelugar discursivizar diversos elementos sociais e enunciativos: do lado dos expedientes sociais, questões ligadas propriamente às demandas políticas e sociais, como, se pensar o funcionamento institucional nas entranhas dos acordos, da imagem pública, da política transparente, apagando o opaco do histórico-real; do lado enunciativo, como a organização do próprio gênero, as nomeações em designações descritivas de profissões, a estruturação do conteúdo narrativo, como tudo isso demonstração a gestão enunciativa dos discursos circulantes em um mundo circunscrito.

Se todo discurso mantém uma relação com interdiscursos, já não se pode pensar, com a lupa da AD, em distensão entre forma e conteúdo, posto que o texto literário cenografiza-se a partir de um gênero, de uma forma enunciativa, com seus expedientes específicos, a partir de vozes discursivas que representam a própria criação discursiva do texto literário. Em embate ou em conluio, esses representam formações ideológicas que se dão

⁵² Lembrando que Lygia Fagundes Telles é signatária do movimento das mil assinaturas, de 1977, em que artistas e intelectuais pediam o abrandamento das censuras, além de maior democracia, justamente em um momento em que o regime ditatorial sofria significativas derrotas em sua tentativa de cerceamento da sociedade brasileira.

ao longo de um histórico-real de produção, circunscrito em todo do complexo discursivo, com certas dominâncias interdiscursivas.

Portanto, a paratopia, em viés político, é a forma como se unem todos esses mundos possíveis, mesmo aqueles que não encontram lugares tópicos, hegemonicamente ideológicos, se perfazendo, assim, em lugares limites, quase sempre representando não lugares a serem explorados pelo discurso literário e criando uma espécie de real ao narrativo ficcional.

Dessa maneira, o que se buscou compreender neste tópico é como a necessidade de um dizer discursivo pode se confrontar a uma situação de criação paratópica, que é a formação de um conceito teórico que visa a mostrar os potenciais de exploração do dizer em situações-limitrofes. Essas situações se desenham em diversos eixos de criação, exigindo que pessoa, escritor e o próprio inscritor do discurso de um texto literário busque um espaço impossível de se ocupar por diversas razões.

Razões essas que de tempos em tempos se fazem diferentes, pelo próprio motivo de as sociedades tópicas oferecerem distintas condições históricas e ideológicas de produção. A dos contos em questão de nosso trabalho se dão muito em razão do não-lugar político, daí então a utilização de um termo de criação paratópica política.

A busca dessa criação paratópica política é também a compreensão de como um tipo de discurso, o político, pode se investir no discurso literário, utilizando elementos de certos eixos de criação, mas também se valendo da própria legitimidade do discurso literário constituinte.

CAPÍTULO 3: Nomes, estereótipos e *ethos* discursivo

3.1-) Argumentação teórica: a propósito de nomes próprios

Perguntas tais como: “Como surgem textos literários?” “De quais formas personagens – seres fictícios – podem deixar um rastro notadamente "verdadeiro" de seu percurso?” são tão frequentes quanto o próprio surgimento dos textos literários, nos mais diversos gêneros. Fato é que tanto textos quanto personagens conseguem inúmeras vezes representar e/ou apresentar brilhantemente, nas ficções, vozes sociais nos mais distintos tempos. As personagens, por vezes, não são obliteradas pelo tempo de uma obra nem se encerram ao fecharmos os livros.

Como tentamos expor em linhas anteriores, a filologia tentou com muitas "escavações" textuais unir os propósitos da utilização da linguagem a essas questões que envolvem a manifestação social de textos, obras, autores etc. Para a AD, em seu início, essas questões se colocaram um tanto que timidamente. Embora avançando, há muito que se fazer para popularizar os gêneros e discursos literários no escopo da teoria francesa de discurso.

Em nosso entender, uma das maneiras mais fortes de observar marcas discursivas e efeitos de sentido que textos literários causam em seus interlocutores é, por exemplo, ao nos referimos a personagens e/ou seus próprios nomes, os quais remetem, por seu turno, a nuances ideológicas que flertam com as práticas discursivas de um tempo social, a qual pode trazer, entre outras coisas, saberes pré-concebidos, fixados simbolicamente, como estereótipos e processos discursivos de um ambiente social.

De modo mais específico, quando interpelamos tais reflexões acerca de personagens, de mais a mais o fazemos como se eles fossem pessoas reais e objetos reais, como se vivessem no mesmo mundo em que estamos presentes e estivessem ligados a uma mesma ordem, apagando em lúcidos momentos que elas não existem efetivamente. A fronteira ficção e real é de muitas maneiras obliterada ao falar, por exemplo, sobre Policápio Quaresma, como um ufanista, ou o quanto ficamos desconfiados e não podemos ter certeza se Capitu traiu ou não Bentinho. Mais ainda, como a boneca falante do *Sítio do Pica-Pau Amarelo*⁵³ nos parece verdadeira em suas aventuras. Percebe-se que esses nomes de personagens de ficção são pensados já sem uma "aparente" fronteira entre o ficcional e não ficcional. São nominados como seres reais. Soa estranho dizer que são tidos como seres reais,

⁵³ Série televisiva brasileira exibida originalmente entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 1980 e reapresentada, sob nova "roupagem" no início dos anos 2000. A série da TV foi adaptada de diversas obras publicadas entre 1920 e 1947 de José Renato Monteiro Lobato, notável escritor, sobretudo infanto-juvenil do Brasil.

uma vez que a rigor essas personagens não existem fora da enunciação do texto. Todavia, o destino de Capitu, seus passos, assim como os da boneca Emília são alvo de hipóteses reais.

Essa forma da abordagem entra em nossos planos, pois nos parece há algum tempo uma forma de ter a entrada-chave para fazer a interpretação teórica de nosso trabalho. É possível perceber que os nomes dados às personagens fornecem algo além da referência, localização e descrição nas tramas narrativas. Essa nomeação de personagens pode fornecer, por um lado, algo da interpelação ideológica que se quer movimentar e passar aos interlocutores, incorporando-os em lugares de significação por meio do simbolismo que a própria designação e descrições dadas a falar dos nomes se referem também a estereótipos. Por outro lado, essas relações podem fornecer indícios das decantações do eixo político do princípio de criação paratópica, assim como as imagens discursivas constituídas por meio do *ethos* das narrativas, que, por seu turno, se retroalimentam nos estereótipos. Ou seja, há um jogo enunciativo bastante intrincado.

Posto isso, podemos dar uma boa compreensão daquilo que queremos interpretar no trabalho da tese, a saber, a apreensão do objeto literário não só pelas suas bases estéticas – plasmadas no textual – mas também sua apreensão na ordem ética, plasmando aquilo que é da ordem da história, da memória, de um entorno conjuntural.

A partir deste ponto então, vamos encaminhar uma argumentação sobre alguns *fronts* teóricos sobre o conceito de nomes próprios, estereótipos e a noção-conceito de paratopia criadora, ainda que não exaustivo e aberto a reflexões, o que na verdade quer dizer que os argumentos e as bases teóricas precisarão de mais ajustes. Entretanto, é deste primeiro esboço do que podemos alcançar como resultado final de questões específicas para a conceituação de nomes a estereótipos e paratopia das criações literárias de nosso *corpus*.

Sendo assim, dadas às primeiras pressuposições e reflexões acerca da tessitura da tese, questionamos, como já mencionado, alguns desdobramentos possíveis, como, por exemplo: a) Qual é a entrada linguística do material de pesquisa mais viável e plausível a ser feita? b) Como imbricar o elemento linguístico ao elemento político-ideológico, ligando-os, por seu turno, às condições de produção dos textos *corpus*, e assim, elaborando a construção de um objeto discursivo para apreensão?

Para tanto, ao fazer uma releitura das obras elencadas como objeto de análise e da fundamentação teórica da pesquisa, sobretudo textos do arcabouço de base da teoria discursiva com a qual militamos, principalmente com Michel Pêcheux, ocorreu-nos a possibilidade trabalhar em análise essa dimensão da apreensão dos expedientes linguísticos,

ligados aos *corpora* da pesquisa, por meio das formações dos nomes próprios, a princípio, dados às personagens, e que, posteriormente, por hipótese, como as descrições e designações que esses nomes têm atribuídas a si na enunciação poderiam se ligar à ética (a construção ideológica das identidades, resistência, imagens discursivas etc.) e à estética (a utilização dos elementos linguísticos na construção dos textos literários).

Na abertura do capítulo, mencionamos argumentações sobre teorias de nomes próprios, as quais, nos domínios científicos de estudos da linguagem e da lógica, são bastante extensas e caras, com consideráveis pesquisas desde de tempos remotos. Basta para se ter essa noção cronológica, a título de exemplo, observamos os diálogos de Platão, na obra **Crátilo**⁵⁴. As personagens desta obra travam diálogos para chegar ao consenso da verdadeira natureza da linguagem. O locutor da trama, Crátilo, argumenta em favor da relação natural entre o signo e o referente que ele designa. Hermógenes argumenta em favor da arbitrariedade do signo. Sócrates lança outro argumento de que os signos são imagens que imitam as coisas. Platão, por sua vez, crê nas teses de Crátilo e de Hermógenes. Porém, propõe algo conciliatório: a relação natural entre significado e forma ocorre na maioria das palavras. Entretanto, a relação entre significado e forma é explicada pela convenção; no caso das palavras, algumas que já teriam surgidas malformadas, outras, em contrapartida, passam a ser corrompidas pelo uso.

Dessa maneira, a formação do nome próprio não passou ao largo para Michel Pêcheux já no século XX. Segundo o próprio filósofo francês (1988, p.99), sobre a questão do nome, a qual é o grau mais saturado de interpelação ideológica:

Há, ainda, um ponto a examinar, relativo à questão do nome próprio: esse ponto, cujo exame nos permitirá prosseguir na elaboração do que estamos entendendo por “pré-construído”, consiste no fato de que nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio (...) é resultante, precisamente, da operação de determinação “levada ao extremo”(PÊCHEUX, 1988, p.99 destaque do autor)⁵⁵

Mas em Pêcheux, nos parece, a questão central, embora toque firmemente à questão sobre nomes próprios, detinha-se mais frontalmente quais as relações tal nomeações mantinham sobre as predicções e descrições dos nome próprio, haja vista que as predicções são os elementos que reverberariam as opacidades discursivas quanto ao sentido e seus

⁵⁴ Belém: UFPa, 1988. v.9

⁵⁵ A parte suprimida na citação refere-se aos exemplos que Michel Pêcheux utiliza para explicar a noção-conceito de pré-construído. Os exemplos que ele reflete vêm de Frege: “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”.

efeitos.

Sublinha-se ainda que, para Pêcheux, essa utilização de nome próprio, como interpelação ideológica pela identificação determinante a que nomes remeteriam, dialoga com os estudos de Gottlob Frege. Com este filósofo e lógico alemão, Pêcheux trava argumentos sobretudo a partir da leitura de *Lógica e filosofia da linguagem*⁵⁶, onde o lógico-filósofo discute acerca da construção da referência e do sentido ligados aos nomes próprios, principalmente no capítulo “Sobre sentido e referência.

Para Frege, é preciso entender que, nomes próprios, têm seu significado lógico construído a partir das referências que são criadas nas sentenças e das descrições que estruturam esses referentes nas sentenças. Desta definição primária, fundamenta-se que nomes se constitui, por exemplo, criando-lhes referentes passíveis a ao menos uma interpretação. Mas, ainda junto a Frege, o sentido completo para um nome próprio deve ser construído por um conjunto de valores cognitivos, que seriam, de fato, sentidos, expressos, no mais das vezes, pelas descrições.

De acordo com Costa(2009), na teoria de Frege sobre nomes próprios: “cada falante tem geralmente acesso a um subconjunto desse conjunto de valores cognitivos; mas esse acesso precisa ter em comum ao menos o suficiente para que os falantes possam saber que estão falando da mesma coisa. É preciso que os dois conjuntos de descrições pelo menos se interseccionem.”(COSTA, 2009, p.187). Assim, poderíamos dizer que, a exemplo, as orações adjetivas que predicam alguma coisa sobre personagens seriam contribuições ao significado do nome dessas personagens, uma vez que criam as referências sobre essas personagens nas narrativas; mais ainda, que seriam as intersecções em conjuntos de sentidos entre autor, personagens e interlocutores.

Em contrapartida a essa proposição descritivista de Frege, Michel Pêcheux contra-argumenta que o nome já o é e está em saturação de significado ideológico, pois as referências não estão ligadas diretamente ao número de atributos que são criados, por exemplo, na sintaxe a partir da enunciação de um texto. Estas referências, na verdade, têm a ver com a mobilização nas práticas discursivas das identidades que são enunciadas em qualquer materialização da linguagem pelos sujeitos dos discursos. Dito de outro modo, o encaixe sintático, por exemplo, de uma oração adjetiva, viria, na verdade, de elementos que

⁵⁶ Aqui citamos a versão traduzida ao português pela Cultrix, 1978. Os títulos originais podem divergir na editoração.

decantam de uma memória histórica do que pode/não pode e deve/não deve ser dito⁵⁷, em certa condição de produção, pelos sujeitos que se inscrevem nas mais diversas práticas discursivas. Para Pêcheux, em última instância, o significado liga-se ao referente a partir da identificação e interpelação ideológica a que os sujeitos dos discursos estão inscritos em seus posicionamentos enunciativos, sendo que essas inscrições vêm de retomada histórica do dizível para determinados posicionamentos históricos que os sujeitos ocupam de acordo com as condições de produção para a mobilização dos sentidos.

Nossa fundamentação traz Michel Pêcheux para observar o como, então, essas mobilizações históricas se encaixam nas narrativas analisadas, compondo não só as ações das personagens, mas o que isso pode representar e ser entendido como certo trajeto de interpretação e construção de sentidos para os sujeitos do cotidiano real se inscrevem, seja como prática de saberes de identidade, seja como saberes de resistência ao que era da ordem social do Brasil dos anos ditatoriais. Entretanto, ainda dentro dos estudos sobre a determinação do nome próprio, há outros estudos que, pela sua importância em diversas áreas, não podem ser desprezados.

Nos estudos linguísticos, a Onomástica, especialidade da Filologia, tradicionalmente estuda a formação dos nomes próprios, sejam os antropônimos (que são os nomes próprios das pessoas), os topônimos (que são os nomes de lugares geográficos, cidades, povoação, países, estados), os hidrônimos (nomes de rios, riachos etc.), os orônimos (nome de montanhas, colinas, penhascos). Há estudos no escopo da lógica e filosofia, que passam pelo viés da linguagem, sobretudo no século XX. Entre os com mais fôlego, encontram-se as teorias descritivistas de nomes próprios, cujas modulações teóricas estão ligadas a Frege, Russell, Wittgenstein, Searle.

Por um lado, de maneira resumida, as teorias interpretadas como teorias descritivas – embora existam discordâncias, como o próprio Claudio Costa – dizem que nomes próprios referem indiretamente aos referentes/conceitos/objetos por um conjunto de descrições possíveis, num sentido valorativo. Nessa linha de raciocínio, ainda de acordo com Costa (2009), há dois desdobramentos do descritivismo, sendo que o primeiro é um conjunto

⁵⁷ O que se pretende dizer, aqui está também uma interpretação da expressão "pode ou deve dizer...", muito dita por quem trabalha as teorias discursivas de Pêcheux, sobretudo quem lida diretamente com a noção-conceito de Formação Discursiva (FD), pode ou não pode, deve ou não deve dizer não é somente da ordem da interdição (uma censura por exemplo, imposta durante ditaduras civis-militares, como o decreto-lei 1077, no Brasil, de 1970 ou as repressões a conteúdos hereges feitos pela Igreja Católica durante Contra-Reforma, nos tribunais de inquisição), mas sim algo da ordem do formulável em um dada posição que sujeitos ocupam que, por sua vez, correspondem em aliança ou discrepância às FD, que, por seu turno, remetem às condições materiais e histórica de produção dos enunciados ditos ou mesmo dizíveis.

teórico mais “primitivo”, no qual se inscrevem teóricos tais como Frege e Russell. A ideia de mais primitivo é alcunhada porque o sentido de um nome próprio se daria por uma única descrição definida associada a ele; já como um conjunto mais complexo e elaborado, teríamos um esforço teórico encabeçado por filósofos como Wittgenstein, Strawson e Searle, em que o sentido do nome próprio é dado por um feixe ou aglomerado de descrições. Além de Frege, como argumentamos a propósito das concepções de Pêcheux e que se inscreve numa linha mais “primitiva”, há as teorias de Bertrand Russell acerca dos nomes próprios. Este filósofo britânico, em linhas gerais, trata dos nomes na e por meio da linguagem ordinária como descrições definidas, ora disfarçadas, ora truncadas, ora abreviadas.

Esse movimento oferece ao analisa uma maneira para analisar esses nomes pelo mesmo método em que se analisariam as descrições definidas. Em outras palavras, quando enunciamos um nome próprio puxamos de nosso paradigma mental uma ou mais dessas descrições, e para que isso seja compreensivo aos interlocutores é necessário que eles entendam que as descrições implicam a mesma entidade trazida de sua mente ao âmbito da comunicação, o que redundaria, em suma, em um vasto conjunto de informações históricas exprimíveis sob a forma de descrições capazes de identificar a pessoa, cujo nome próprio refere, univocamente.

Já Ludwig Wittgenstein investiga que formas descrições, dadas em feixes – daí um diálogo com a teoria russeliana e fregeliana – vinculadas ao nome precisam estar e atender as exigências de descrições dos objetos que referem ao nome. Para este filósofo, utilizamos nomes próprios sem uma significação rígida, e, ainda que algumas descrições não sejam suficientes à composição de sentido do objeto, na comunicação linguageira conseguimos servir de outras, que serão suportes a essa relação de busca significativa. Isso aconteceria exatamente porque a linguagem natural seria intrinsecamente evasiva e vaga. Com o decorrer do tempo, descrições identificadoras do objeto referido por um nome próprio podem variar: O que não era satisfatório pode não o ser mais, ao contrário do que não era satisfatório para descrever o objeto do nome, que passaria a ser suficiente.

Ainda na esteira das teorias descritivistas de nomes próprios, temos os trabalhos de John Searle. Para o filósofo, nomes próprios possuem condições de aplicação definidas pela aplicação a um mesmo objeto, mas indefinidos os números de descrições. Por exemplo, quando Searle menciona o nome próprio de Aristóteles, diz que ao enunciar tal nome próprio sua preservação em sentido será mantida, caso a aplicação deste nome tenha tido número suficiente e variável de descrições para compor esta aplicação.

Sobre essa questão de condições de aplicação de um nome, observa-se uma paulatina implicação de sentido, uma vez que, como diz Cláudio F. Costa, ao refletir sobre a questão nas teorias de Searle, existe uma grande praticidade pragmática em relação aos nomes próprios em nossa linguagem, e isso se faz precisamente pela questão de que os nomes permitem a referência explícita a certos objetos e/ou entes de mundo real ou fictício sem que precisemos postular um grande número de possibilidades e, dessa forma, chegarmos a um certo "acordo" sobre um conjunto de que ou quais características descritivas constituem e compõem uma identidade do objeto ou entes no mundo (COSTA, 2009, p.8).

Esse movimento, de alguma forma, de se encontrar a uma ideia de estereótipo, uma vez que uma das possibilidades pragmáticas, digamos, dos estereótipos é justamente uma praticidade em auto-completar ou ainda compor propriamente um objeto no mundo (como cenários possíveis) ou mesmo pessoas e entes, reais ou fictícios – e essa de fato é uma das volições deste trabalho ao passar de nomes a estereótipos.

Por outro lado, há perspectivas críticas em relação aos descritivistas. Nessa linha, encontra-se, por exemplo, o filósofo estadunidense Saul Kripke que trabalha com a base teórica de que os nomes próprios são os designadores mais rígidos, assim como Pêcheux. Porém, a rigidez de Kripke diverge à de Pêcheux (e a nossa conseqüentemente), pois Kripke aponta que a saturação está em si mesma e/ou nos referentes, e não em elementos pré-construídos a partir de determinados posicionamentos de criação dessas referências, como é a hipótese que queremos perscrutar nesta frente de trabalho que colocamos em adendo ao projeto de doutorado.

Além disso, em Kripke a designação rígida dos referentes em um conjunto de mundo possíveis se verifica a partir de um dado intuitivo. Ou seja, se um nome constitui-se num designador rígido em vários mundos possíveis ele se faz a partir das observações por elas mesmas. Mas designador é uma noção-conceito para se referir a expedientes linguísticos particulares, especialmente nomes próprios e descrições definidas, buscando a observação de suas características primárias de uma perspectiva, que, no caso seria, designarem referentes. Por meio dessa perspectiva, possibilita-se distinguir os designadores rígidos aos designadores menos rígidos: designadores flácidos. Um nome próprio, portanto, em Kripke, por sua tradição jurídico-pragmática seria um designador rígido, pois existiria em todos os mundos possíveis, mundo consideráveis.

Tomando como exemplo o próprio nome próprio Saul Kripke deveria ter um mesmo referente em todos os mundos possíveis em que ele refere; no entanto, um

designador flácido, tal qual o filósofo de Yale, variaria de referente a se considerar os mundos em contexto: poderia ser o próprio Saul Kripke, ser outro filósofo de Yale ou mesmo alguém já falecido, mas que foi filósofo e trabalhou em Yale. Além disso, com o próprio Kripke há outras nuances da noção-conceito de designador que lida com a ideia de designadores fortemente rígidos e fracamente rígidos.

Por um lado, se tem como exemplo de designadores fortemente rígidos os números tal qual o três em que três valeria e seria três em qualquer mundo considerado, isto é, teria sempre um referente três em qualquer mundo possível. Por outro lado, o nome próprio seria e valeria como designador rígido fraco, haja vista que em determinados mundos possíveis Saul Kripke não existiria e, dessa maneira, não teria um referente.

Mas a diferenciação entre nomes e descrições no que tange à sua rigidez não é a de que nomes sejam rígidos e as descrições não o sejam. Máximas por exemplo são rígidas do ponto de vista do efeito discursivo: "O trabalho dignifica o homem", que é bastante valorizada nas condições de produção e ideologias liberais ou mesmo as regras de ciências físicas "água ferve a 100 graus", porém, com Kripke, a interpretação de que se observa é a de que nomes são rígidos *de jure* e as descrições são flácidas ou rígidas *de facto*.

Para um designador ser rígido *de jure* é dado de uma maneira convencional. Em um batismo, por exemplo, ou em descrições de espécies na ciências; já a ideia de rígido *de facto* se as circunstâncias em que ele se encontra tiver o mesmo objeto como referente em todos os mundos, no caso onde exista um referente, ou seja, um predicado que valha como verdadeiro desse objeto em todos os mundos.

Encerrando⁵⁸ essa pequena argumentação teórica, existe uma teoria de geografia brasileira que reflete acerca do funcionamento das designações, encenadas, a princípio, nos nomes próprios de pessoa, é a do professor e pesquisador Eduardo Guimarães, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Para o pesquisador brasileiro, os nomes próprios de pessoas nos colocam em consonância à ideia de relação de um nome e uma coisa, em que se considera, tradicional e transparentemente, que as palavras se ligam diretamente às coisas e que se está diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único, algo muito caro aos descritivistas clássicos, como Russell.

⁵⁸ Existe ainda a teoria lacaniana sobre nomes próprios e suas designações. Entretanto, trata-se de uma seara na qual não temos condições sequer de montar uma argumentação válida, pois lidaríamos também com questões muito específicas dos domínios psicanalíticos. Esta teoria pode ser estudada em Jacques Lacan. **Nomes do pai**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2005; Jacques Lacan **O seminário: identificação**. V.9. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2003.

Essa maneira de perscrutar aventa, em alguma medida, de que há uma relação particular: o nome único é nome de uma pessoa, única e historicamente alojada em um mundo real. Em outras palavras, o que o Guimarães nos quer dizer é que estamos na situação em que os nomes estão em relação com aqueles que estão em um plano da enunciação, e isso já cria uma dimensão histórica para os sentidos desses nomes.

Há um deslocamento em relação às teorias descritivas, por exemplo, pois, ao se pensar nome e a coisa referente/designada por um viés nome e pessoa, nome e falante e nome e sujeito, já se coloca em questão, na base teórico-analítica, a relação entre sujeitos e as implicações ideológico-políticas. Isso em múltiplas fronteiras visa a desestruturar a relação unívoca entre nome, como algo único, e objeto, sempre a se firmar mais ou menos rigidamente ao nome. Este estudo, publicado inicialmente em *Semântica do Acontecimento*⁵⁹ recoloca “fortemente as questões relativas ao domínio que pensa a relação da linguagem com o mundo e com o sujeito”. (GUIMARÃES, 2005, p.33).

O que de especial nos interessa reter deste tópico é que um designador rígido pode ser interpretado como uma valor que designa o seu referente mesmo em mundos em que esse referente não existe. Uma noção-conceito estabelecida por Kripke, quando das formulações de suas crítica teóricas às teorias já estabelecidas sobre significado e referente, sobretudo de Russell e Frege.

A perspectiva kripkiana é, então, a de que nomes próprios são designadores rígidos, diferenciando-se dos descritivistas, tal qual os dois supracitados. Este descolamento teórico vai de frente, contraponto, a teoria do significado de Frege, por exemplo, qual seja, como vimos em linhas gerais, a de nomes próprios terão necessariamente ao menos um sentido que pode ser identificável, recuperável e preenchido com ao menos uma descrição referentes ao nome em questão.

Assim também, para nós, cumpre argumentar que nomes e descrições, como composições e constituições que se referem a personagens e suas ações, fazem parte da estruturação do discurso literário dos materiais aqui a ser analisados. Isso significa que buscaremos uma compreensão que balize um deslocamento daquilo que podem e devem representar os nomes nas narrativas ao que estereótipos e, posteriormente, o *ethos* discursivo produzidos por imagens dessas representações no texto literário, podem articular para a difícil relação entre o fundo e a forma do discurso literário, fazendo, portanto, a relação entre a ética e a estética da atividade literária em dadas condições de produção de conjuntura cerceada,

⁵⁹ Campinas, SP: Pontes, 2002.

qual foi a da publicação e expressão discursiva dos materiais de análise.

3.1.2-) Argumentação teórica a propósito de estereótipos

Marshall McLuhan em *A Galáxia de Gutemberg*⁶⁰ diz que a prensa mudou não as formas de relacionamento entre homens e livros, homens e textos, mas em última instância a própria a relação cognitiva que os homens em sociedade estabeleceram desde então. A forma nova de reprodução permitiu estabilizar *ad infinitum* ideias fixadas em cópias e mais cópias. Evidentemente, a brilhante obra de McLuhan trata de muito mais coisas além do comportamento cognitivamente modificado pelo advento da prensa, mas ao se falar em expressões tais como estereótipos, clichês, lugar-comum, provérbios, máximas, é possível dizer que estamos lidando de alguma maneira como elementos fixos ou que se fixaram tanto em uma memória cognitiva quanto uma memória histórica. E esses casos, a nosso ver e sobre o que nos interessa, torna-se particularmente especial, posto que de muitas maneiras, ao passar por tais conceitos, estamos utilizando a linguagem.

No tocante aos estereótipos e aos clichês, como bem aponta Amossy(1991, 2007), aparentemente estamos lidando com algo negativo e que de alguma forma transforma traços mais ou menos estáveis em certas negatividades regulares. Ou seja, entra e sai quadras históricas os traços negativos cumprem a função de alimentar pré-conceitos mais ou menos estabilizados no corpo social. Sírio Possenti, em *Humor, Língua e Discurso*⁶¹ aponta um sem-número de casos em que os estereótipos, traduzidos em simulacro, trabalham, ao serem mobilizados discursivamente, para refutar, chacotear, difamar ou escachar aos estereótipos que seriam seus opostos. A tese, bastante interessante, utiliza como parte mais ampla de suas análises um arquivo de piadas em estereótipos étnicos, regionais característicos. Entre outras coisas, são expostos quase em uma relação disfórica ao que se trata de seu oposto. É dessa relação que se tem de suas pesquisas como a teoria dos estereótipos básicos e dos estereótipos opostos.

O pesquisador brasileiro toma como dorso teórico-metodológico a Análise de discurso francesa ligada a uma base enunciativa, sobretudo, aos trabalhos de Dominique Maingueneau, publicados em *Gênese dos Discursos*. Este trabalho do citado teórico francês

⁶⁰ São Paulo: Editora da Usp, 1972

⁶¹ São Paulo: Contexto, 2010.

funda suas análises em um *corpus* constituído pelos discursos religiosos devotos dos humanistas devotos e dos jansenista, produzidos no território francês entre os séculos XV e XVI. A partir da observação dessas duas práticas discursiva, Maingueneau formula uma série de hipóteses(sete a bem da verdade) de trabalho, com as quais seria possível analisar tais discursos religiosos em toda sua dimensão e, mais ainda, abarcando a polêmica que ambos estabeleceram durante muito tempo no contexto de quem era o detentor do direito de fala a verdade sobre o mistério religioso-messiânico. As hipóteses, então, giram em torno de que o discurso vive sob o primado do interdiscurso, ou seja, toda ordem enunciativa dessas práticas – e de todas as outras, para a AD – vivem sob a coerção de orientação daquilo que pode e deve ser dito numa dada condição de produção, abalizada, portanto, num universo interdiscurso da realização dos discursos. Essa preexistência de interdiscurso que está a domínio das práticas discursivas determina, por sua vez, uma chamada competência discursiva, isto é, aquilo que vai ser o próprio a ser dito em uma Formação Discursiva e aquilo que não se parametrizável em dizer; um direito e um avesso nas práticas enunciativas das Formações.

Há também uma semântica global dos discursos inscritos nas duas práticas religiosas, em que há um quadro mais ou menos estabilizado onde estão dispostos à tomada dos sujeitos no discurso o que legítimo como intertextualidade, qual vocabulário é aceito para se falar de Deus, segundo sua Formação Discursiva, assim como os temas, o estatuto dos enunciadore e destinatários, a dêixis enunciativa, o modo de enunciar por meio dessa dêixis, o modo como essas dimensões enunciativas tornam-se coesas etc. Essas questões concernentes a uma semântica, leia-se global, discursiva está alicerçada nas teorias forjadas por Dominique Maingueneau.

Além disso uma outra hipótese tratada como a polêmica como interincompreensão, capítulo-chave para a teoria de Possenti, pois trata de conceituar as operações teórico-metodológicas de como os discursos, em relação polêmica, se compreendem e interpretam e como um discurso “traduz” outros discursos a partir de suas próprias categorias. Noutra hipótese, temos como uma prática discursiva verbal, dentro das instituições religiosas, se corresponde a outras expressões semióticas, por exemplo, pintura e música, mantendo, no entanto, as mesmas regras de identificação, restrição e coesão que são vistas nas fundamentações dos discursos de cada FD religiosa. E por última hipótese temos um esquema de correspondência que vai tentar mostrar que, ao se retomar discursos produzidos em outras condições de produção e sua conjuntura específica tem-se que, por seu

turno, esta retoma denota outros acontecimentos e outras polêmicas, inclusive.

Como dissemos, Possenti retoma mais explicitamente a hipótese da polêmica como interincompreensão e mais especificamente a noção de simulacro para formular a sua teoria. Sendo assim, o linguista brasileiro mobiliza, como já foi dito, um *corpus* de piadas que tematizam os mais diversos estereótipos ligados a grupos sociais, com forte apela a identidade regional ou étnica ou sexual. Segundo Possenti, as piadas sobre os mais variados grupos humanos funcionam em relação à estereotipia, pois, baseando-se em um traço que é assumido por uma pessoa ou por um grupo social (o estereótipo básico), coloca-se em circulação o seu oposto, de maneira mais rebaixada possível (o estereótipo oposto ou simulacro daquilo que se considera o outro).

Num dos tantos exemplos, o autor se utiliza de piadas acerca do povo gaúcho. Nesse tipo de piada o que se coloca em questão é o estereótipo básico, isto é, a gauchice: conjunto de valores que constituem positivamente o imaginário do gaúcho (ser hospitaleiro, livre, despachado, valente, pouco refinado, comedor de churrasco, bebedor de chimarrão e, sobretudo, macho e com alarde de sua macheza).

Embora sejam essas características que servem de material para o discurso humorístico, é principalmente o traço da macheza do gaúcho que serve de mote às piadas – o estereótipo básico. Ou seja, é com base nesse traço ou no seu oposto mais rebaixado possível que as piadas representam os gaúchos: “ele não será franzino ou medroso, ou outras tantas formas opostas à macheza, mas homossexual passivo”. Assim, no tocante às piadas de gaúcho, o estereótipo básico envolvido é a do gaúcho macho e o estereótipo oposto, do gaúcho homossexual passivo. Eis um dos exemplos apresentados pelo autor:

Um deputado gaúcho teria dito, há algumas décadas, numa sessão da Câmara:
 - No Rio Grande do Sul só tem macho!
 - Ao que um deputado mineiro teria respondido:
 - Pois em Minas, metade é homem, metade é mulher, e a gente tem se dado muito bem.(POSSENTI, 2010, p. 42)

Na piada supracitada, o estereótipo básico é posto em funcionamento pelo próprio gaúcho: “No Rio Grande do sul só tem macho!”. A macheza, portanto, é apresentada como sendo um traço de identidade do povo gaúcho. O estereótipo oposto, por sua vez, é evocado pelo Outro, no caso, pelo deputado mineiro que faz isso por meio de uma representação positiva a respeito do seu povo, os mineiros, ao contrário dos gaúchos, gostam de mulher, e não de machos. O exemplo arrolado por Possenti nos mostra que as piadas de

gaúcho colocam a gauchice em questão.

Outro objeto da tese é as piadas de loira, por sua vez, colocam em circulação o simulacro de que elas são burras e sexualmente disponíveis. Talvez a teoria de Possenti, assim como mais adiante veremos a de Amossy, parecem denotar que os estereótipos indicam, em forma rígida, as aparências “ruins” aos outros, sobretudo quando se tem um certo grau de polêmica captada de um interdiscurso regente das práticas discursivas diversas, funcionando em ambiente social. É também por esse traço constitutivo dos estereótipos que, em diversos tempos, a noção e o desejo de conceituar o fenômeno trouxe muitos estudos em diversos domínios e campos do saber. Quer seja numa expressão coletiva, quer seja em expressões individuais a questão estereótipos, ou, ainda, em certos casos, clichês, é combustível para vários campos das ciências humanas.

De mais a mais, conceitos sobre estereótipos têm sido construídos teoricamente nas ciências humanas e sociais, inclusos aqui, portanto, as ciências da linguagem, assim como os estudos literários. Para esta questão, exige-se, de antemão, a disposição em trabalhar no espaço fronteiro entre Linguística, no viés da AD, e nos estudos literários. Movimento este que realizaremos abonados por Amossy(1991, 2007) ao tentar a compreensão, em suas teses, sobre a noção-conceito de estereótipo, as quais se ligam aos domínios de estudos dentro do campo das ciências sociais, construindo seus próprios caminhos teóricos para se ter estereótipos no seio da vida social.

Evidentemente, que não se abordará aqui todas as perspectivas que tratam de esgotar o tema estereótipo. Não é uma pesquisa exaustiva. No entanto, é preciso ressaltar que essa forma de agir, ignorando de uma maneira geral o que outros campos fazem, é bastante comum dentro da maneira de agir nas ciências; isso se dá por muitos motivos, mas entre os principais é a própria sobrevivência e constituição epistemológica que cada campo científico e suas áreas pretendem como seu interior e sua fronteira.

Como dissemos, de nosso caso, é a interessante aproximação entre AD e literatura, para buscar, então, a dimensão de análise de estereótipos quanto a questões ideologicamente marcadas pelo objeto em que nos debruçamos. A relação de estudos de estereótipos e literatura não é óbvia, mas é antiga. Vejamos o que se diz no verbete "Estereótipo" do *Dicionário on-line de Literatura*⁶²:

⁶² Este dicionário enciclopédico é formulado nos moldes de diversos dicionários já conceituados na área de Linguística e de Filosofia, como, por exemplo, Stanford Encyclopedia of Philosophy. Ele se encontra disponível em <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1023&Itemid=2>. Acesso em 1/12/2014.

Outro sinônimo gritante para estereótipo são os provérbios, que repetem uma sabedoria popular, uma doxa, um aforismo insistente.(...) Mas o estereótipo pode servir de base para uma construção poética, como no gracioso enunciado: “Na vida tudo passa, até uva-passa”; ou então, “Na vida tudo é passageiro, exceto o motorista e o trocador”. Debatendo sobre a função ideológica do clichê, do chavão, do estereótipo, pude provocar nos meus alunos de graduação a produção de um objeto estético, todo composto de frases feitas, de imagens conhecidas, de sons repetidos: lançando mão da colagem, (re)criaram o clichê e montaram uma peça estranhamente (re)conhecida.

Usando, sem nenhum pudor, o clichê, mas com a consciência alerta de uma possível significação heterodoxa, pode-se dizer que a semiologia de Roland Barthes (1915-1980) foge do estereótipo como o diabo da cruz, na medida em que combate a ideologia, que mora nas frases feitas. No fundo, a ciência dos signos, segundo o semiólogo francês, seria uma semioclastia, visto que postula, mais que a leitura, a desconstrução do signo, o estilhaçamento dos sistemas de signo, a implosão da estrutura signica. Na Aula magna, em 7 de janeiro de 1977, no tradicionalíssimo Collège de France, em Paris, Barthes, fundando a cadeira de Semiologia Literária, faz questão de sublinhar, com este bombástico aforismo, o perigo do estereótipo: “(...) em cada signo dorme este monstro: um estereótipo (...) (BARTHES, s.d., p. 15). No posfácio a esse livro fulcral, gostosamente intitulado “Lição de casa”, a tradutora paulistana, Leyla Perrone-Moisés, tece, precisamente, nos termos infra, comentários ao contundente aforismo barthesiano: “Toda a obra de Barthes, em sua multiplicidade, em sua ‘infidelidade’ a posições anteriormente ocupadas (mas nunca assumidas), persegue obstinadamente este objetivo: a caça (e a fuga) ao estereótipo” (Ib., p. 57). Pergunta-se, no mesmo brilhante ensaio, a professora da USP: “Por que essa teimosia na perseguição de todo estereótipo, de todo lugar-comum, toda palavra-de-ordem, toda expressão de bom senso e de boa consciência? Porque o trabalho de Barthes, como o de todo escritor, se efetua na linguagem, e para ele transformar o mundo é transformar a linguagem, combater suas escleroses e resistir a seus acomodamentos. Combater os estereótipos é pois uma tarefa essencial, porque neles, sob o manto da naturalidade, a ideologia é veiculada, a inconsciência dos seres falantes com relação a suas verdadeiras condições da fala (de vida) é perpetuada” (IB., p. 58).

Promovendo uma radical rejeição ao estereótipo, a semiologia barthesiana indicia, no universo simbólico, a automatização do ser humano, submetido ao poder.

O que vemos pela citação é que nos estudos literários não há um consenso fora de questões ligadas a temas, que seria tidos também por lugar-comum ou mesmo clichês, mas vistos como ações que de certa forma reformam traços culturais. Contudo, em termos de estudos de linguagem, são mencionados mais como formas fixas, provérbios, do que propriamente uma composição de estrutura discursiva, *i.e.*, lidar com múltiplas formas de materialização de linguagem e de sentido.

Se, por um lado, ao senso comum, fenômenos ligados a estereótipos estiveram quase sempre associados a traços de negatividade e, até mesmo, como diz Amossy(1991, 2007), considerados como evidência de banalidade, nos domínios científicos os estereótipos foram frequentemente analisados em suas múltiplas funções nas esferas de atividade social, isto inclui, portanto, formas de estudos construtivas e produtivas.

O estereótipo aparece, portanto, como objeto transversal e contemporâneo nas reflexões das ciências humanas, e nem sempre o tomado como algo ruim. Ele atravessa questões de opinião e de senso comum, de relações com o Outro, de categorizações, permitindo estudar as interações sociais, a relação do discurso com o imaginário social e, mais amplamente, a relação entre língua e sociedade.⁶³ (AMOSSY, 1991, p.7)

É dado esse caráter mais amplo como se vê nessa citação, qual seja, entender relação entre língua sociedade, que nos faz crer na hipótese de que pode ser uma noção-conceito bastante produtiva para a compreensão do objeto literário enquanto um discurso de coaduna fundo e forma. Ainda de acordo com Amossy(1991, 2007), o termo estereótipo, na grande enciclopédia francesa *Larousse* remonta sua origem às prensagens tipográficas, em que se havia placas que fixavam a impressão e reprodução de documentos. O "estereótipo" significa, também, a arte de estereótipo.

Todavia, é no século XX que o conceito de estereótipo se desgarrar em parte de sua etimologia inicial e passa a figurar de vez nos estudos de ciências sociais. O americano Walter Lippmann, atuante no setor publicitário, inicia a conceituação de estereótipos em sua famosa obra *Opinião Pública*⁶⁴, originalmente publicada em 1922. Em tal obra, o autor discorre que a concepção de estereótipo vem de imagens pré-concebidas que atualizam-se nas nossas mentes tracejando-se em uma relação com a linguagem e a linguagem com a realidade. Como argumenta, estas são todas as representações feitas a partir de preexistentes padrões culturais com os quais a realidade se filtra ante ao indivíduo.

Segundo Lippmann, a formação dessas imagens fixadas e filtradas por componentes de padrões culturais são essenciais para as interações entre os sujeitos em qualquer sociedade. Sem os estereótipos, relata Lippmann, o indivíduo permaneceria envolto ao sabor apenas de sentimentos pessoais; seria impossível compreender a relação simbólica com o real, como um real histórico, diga-se, haja vista a não padronização cultural, o não filtro e o não pré-estabelecimento de estereótipos sempre prontos a se alçar à linguagem e à interação social dos indivíduos. Com essa dispersão, seria praticamente impossível, de acordo com Lippmann, aos indivíduos categorizar ou agir sobre o real que os cerca. Isto é, mancaria o simbólico das interações sociais.

⁶³ No original: *Le stéréotype apparaît ainsi comme un objet transversal de la réflexion contemporaine dans les sciences humaines, qui ne le prennent pas toujours en mauvaise part. Il traverse la question de l'opinion et du sens commun, du rapport à l'autre, de la catégorisation. Il permet d'étudier les interactions sociales, la relation des discours aux imaginaires sociaux et plus largement le rapport entre langage et société.*

⁶⁴ Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

A essa concepção de real, Lippmann tangencia questões importantes que se destacaram nos estudos posteriores, os quais, em alguma medida, tentavam amearhar a relação entre os indivíduos e a sociedade que os cerca; e mais ainda estudos em como compreender a relação de troca simbólica entre os diversos grupos de indivíduos e suas esferas de atuação dentro de uma sociedade.

Nota-se, dessa forma, que a questão de estereótipo, por denotar em Lippmann um padrão de filtro cultural, é de alguma forma o aprisionamento do simbólico que cada grupo de indivíduos, polemizando ou conjugando vozes sociais, ensejarão em trocas de ideias pré-julgadas e fixas. Isso se torna pertinente à medida que se pode mesmo questionar o como considerar cada inter-relação, cada relação homem-objeto, em suas especificidades, amplitudes e generalidades, sem um retorno, em maior ou menor grau, a algum tipo de saber já pré-julgado e fixado independentemente em outras condições conjunturais históricas.

Há, nesse sentido, ainda início do século XX e se estendendo até sua metade, outras teorias de linguagem que esboçam o mesmo espírito de interpretação. Por que não dizer da utilização que o Círculo de Bakhtin, e mais especificamente Mikhail Bakhtin, faz da ideia de gênero como expediente de interação entre a interlocução enunciativa dos indivíduos em sociedade. Entretanto, o que distingue, à primeira vista, a ideia de gênero de Bakhtin e a ideia de estereótipo de Lippmann é a questão da estabilidade do expediente a ser usado na interlocução. O gênero é algo relativamente estável, nunca fixo, tal qual as primeiras ideias de estereótipo.

Em Bakhtin, há uma forma de enunciação relativamente estabilizada. Isto é, o acontecimento enunciativo interfere e se atém também nas formas, estilos de linguagem e conteúdos temáticos, daí a dificuldade de fixação. Embora neste momento que estamos relatando, início do século XX, as teorias de Lippmann versem sobre algo mais ou menos estático, como não fixo, há uma diferença grande, pois gêneros em Bakhtin são em última instância formas de interação enunciativa entre sujeitos no ambiente social. Então, temos enunciados relativamente estáveis, com vozes conflitantes (se fossemos dar um exemplo humorístico, no caso, o estereótipo de uma loira por exemplo. Pode ser tida como burra, mas pode ser tida como sensual. É, portanto, um estereótipo de sexualidade e de burrice.)

Em todo caso, pode ser então estereótipo é, em todas as perspectivas teóricas, uma ideia, uma imagem. Já gênero trata-se, sobretudo em Bakhtin, de um enunciado (concreto, pela terminologia) que viria, antes, de uma imagem social. Uma imagem social de como, onde e por que enunciar conforme o campo de atividade e interação. Temos uma certa imagem

estabilizada(alguns teóricos, como o próprio Pêcheux tratam como ideológica) de como enunciar segundo um estilo, uma forma e um tema, mas quando produzimos o enunciado a situação imediata e a singularidade do ato e do sujeito interferem como acontecimento. Exceto, então, pelo caráter de não fixo é como o estereótipo, ao menos em aproximação.

Contudo, voltando ao teórico Lippmann, a visada sobre estereótipo que ele tem trata, de um modo geral, de que ao não possuir dados nem tempo suficientes nas relações cotidianas os indivíduos interagem, por meio da linguagem, preenchendo tais lacunas por estereótipos, isto é, ideias fixas e recebidas, pré-concebidas, que supostamente preencheriam o espaço lacunar de relação. Esse preenchimento, além do filtro cultural geral, circulando nos grupos de indivíduos em inter-relação, dar-se-ia pela o acúmulo de completude dos estereótipos na mentalidade dos indivíduos ora em interação.

Assim, a interação entre um Patrão e um Trabalhador se daria pelo o quê de estereótipo há presente em cada mente participante de um interação qualquer entre esses dois posicionamentos sociais; haveria, pois, naquele instante dado a se utilizar uma relação de interação a se completar de estereótipos. Na nossa interpretação, porções de imagens ideológicas de o que é ser um proprietário, um proletário, um professor, um afro-descendente, um homossexual, um reacionário completam a enunciação possível naquelas condições de produção.

Desse modo, há uma gestão dos relacionamentos em interação mesmo que não haja um conhecimento mais profundo entre os indivíduos em interação. Estereótipo para o publicitário americano teria, entre outras coisas, a função completiva de interação e conhecimento entre os indivíduos que, em muitos casos, pouco saberiam entre si mesmos ou entre seus grupos em interação.

Com efeito, é possível dizer, já em Lippman, que essas imagens presentes nas mentes dos indivíduos são simulacros, são ficção, como ele ressaltava(Lippmann, 2008), não, pois, devida uma simulação de realidade criando um simulacro(Baudrillard, 1991), mas sim porque encontram eco e se expressam de um imaginário social, que, por sua vez, liga-se a uma certa conjuntura, dada por uma condição de produção.

Para além desses primeiros trabalhos de Lippmann, a escrutinar a ideia de estereótipo e ainda na geografia norte-americana, reuniu-se uma forte conjuntura para a exploração mais acurada da conceituação de estereótipo. A nova empresa de trabalhos que se seguiram a busca por formar o conceito de estereótipo se dava num certo deslocamento, pois buscava-se observar o que havia de estereótipo no nível mental, e num sentido de apreensão

do cognitivo, ou seja, coadunando elementos físicos e fisiológicos, no segmento da psique individual, e ao nível de sujeitos, numa ambientação social. Não por acaso que é nas fronteiras de domínio da psicologia social que outros tantos trabalhos se seguiram.

Nessa linha, psicólogos sociais norte-americanos enfatizaram, em suas pesquisas, a percepção de nocividades do noção-conceito de estereótipos. Diferentemente do que já pregava o norte-americano Lippmann, em outro viés teórico, os psicólogos sociais colocaram, de maneira geral, a noção-conceito de estereótipo sob a perspectiva de que estereótipos comumente circulantes no seio social causavam um certo agravamento potencialmente perigoso de uma simbologia de imagens negativas sobre os sujeitos de dadas comunidades sociais. Assim, o que se perpetuava nessa perspectiva, mantinha-se par e passo aos sentidos mais comuns do termo.

Em outros termos, havia um uso generalizado de formas estereotipadas na interação social entre sujeitos, mas o que as pesquisas em psicologia social fizeram foi reafirmar, sem a criticidade pertinente, o funcionamento desses estereótipos. Na medida em que o estereótipo é parte de um processo de categorização e generalização, o que não deixa de criar um certo padrão, um certo signo, ele simplificaria o real poder que a utilização por grupos sociais dos estereótipos demonstrariam à compreensão de mundo; essa conjuntura, por sua vez, poderia, então, promover uma visão esquemática e distorcida do outro, resultando em prejuízos e acomodações a padrões negativos.

De alguma forma, o caractere de depreciação esteve presente nesses primeiros estudos do século XX. Não tanto por Lippmann, mas mais por parte dos psicológicos. É possível depreender então que passadas essas primeiras visadas teóricas ligadas acerca dos estereótipos colocou-se em evidência um certo desconforto questionador que de alguma forma abriu passagem ao que se entende por estereótipo nos dias atuais, ou seja, algo não necessariamente ligado a termos depreciativos.

Mas, segundo Amossy(1991,2007), é após os anos de 1950 que começam existir uma ampliação de matizes de sentidos para estereótipo. É por via da psicologia social, sobretudo de base americana ainda, ou inspirados na esteira desses estudos, que se questionou estereótipo aos critérios depreciativos, tentando, assim sendo, alçá-lo a melhores condições.

Com efeito, estereótipos possuem caracteres mais ou menos fixos e rígidos, que esquematizam e categorizam, dão certo padrão, a elementos simbólicos e materiais circulantes em um ambiente social. Isso se torna fundamental na inter-relação entre indivíduos

ou grupos à luz cotidiana da necessidade de interação. São ainda essenciais à própria cognição, embora possa se questionar o padrão generalizante e simplificador de uma categoria tão ampla como 'cognição', o que evidentemente não cabe à nossa discussão também.

No entanto, inegável o é a presença e a circulação na sociedade de fórmulas mais ou menos rígidas pelas quais os grupos sociais interagem, os já citados gêneros à luz do pensamento do círculo de Bakhtin, ou mesmo a noção de fórmula que se inicia, dentro do escopo de estudos da linguagem, nos anos 1970, com Jean-Pierre Faye e, nos anos 1980, com Michel Ebel e Pierre Fiala, todos, na França, e posteriormente com Alice Krieg-Planque, também na geografia francesa.

Na dimensão da compreensão humana, seja por vias cognitivas, seja por vias históricas ou até mesmo ambas em conjunção, apelamos ao que temos de modelos já existentes, já lá, já construídos, para que depositemos nossa compreensão mundo e mais ainda nossa filiação identitária, noções que serão caras à pesquisa.

Do homem ao sujeito, passando por diversas instâncias, buscamos a previsibilidade e o padrão de repetição, aos quais ajustamos nosso comportamento (signos, observação do tempo, espaço, universo, navegação, clima etc.). Assim, ao se tornar objeto de pesquisa mais amplo, isto é, ao se pesquisar mais aspectos na teoria de estereótipo, o conceito se revitaliza e passa a operar em outras aplicações científicas, que, por sua vez, visam a explicar mais e mais fenômenos, principalmente de cunho psicossocial. Tais definições alternativas, como ressalta Amossy, têm sido propostas para relativizar ou neutralizar os aspectos degradantes do fenômeno e jogá-lo também a uma dimensão construtiva de interações entre sujeitos e entre sujeitos, grupos sociais e a história material que os cerca.

Portanto, é ao levar a noção-conceito de estereótipo para além de sentidos inconsistentes ou pejorativos que as ciências de vertente social, após os anos 1950, colocaram maior reparo ao conceito o colocando a uma lupa analítica bem definindo estereótipo como um elemento-chave para compreender a relação do indivíduo com o outro e para si mesmo, ou as relações entre os grupos e seus membros individuais em forma de filiação identitária ou de não filiação identitária.

Há, na esteira do avanço, outros estudiosos que empreenderam pesquisas sobre a noção-conceito de estereótipos, especialmente nas ciências da linguagem. Estes estudos se localizam em diferentes escopos, os quais vão desde a ligação de estereótipos, e as palavras que os referem (a forte de as palavras que se ligam aos referentes correspondentes), até estudos, como, por exemplo, da AD, que lidam com questões de formação histórica. Em uso

comum, no entanto, o termo estereótipo continua geralmente para designar uma imagem coletivamente fixa, uma vez que, ao pensar na noção-conceito com o descrédito pejorativo, estereótipos estariam numa relação fortemente marcada na causa e efeito, com elementos e expedientes que ligam uma dada visão de mundo à própria cultura de onde ela se originou.

Todavia, ao termos de uma ordem mundial fortemente globalizada, a mobilidade identitária que os estereótipos provocam faz bastante sentido. Com o final da Segunda Guerra Mundial, a partir de meados dos século XX, tem-se, por um lado, diferentes continentes se opondo e conseqüentemente diversos contatos culturais linguageiros, seja do lado aliado, seja do lado do eixo, e tem-se, por outro lado, como parte de um sistema político e econômico neoliberal, na esteira da guerra fria, um estreitamento de fronteiras e a relação entre culturas distintas, contraditórias e, às vezes, conflitantes, trocando bens materiais e bens simbólicos.

O mundo experimenta a justaposição multicultural, que ainda nos dias atuais é muito forte e com debutantes experiências. Isso, como quase tudo, tem seu lado benéfico, um bônus, e seu lado maléfico, ônus. A nosso entender, à esteira de teóricos como Amossy, a parte que cabe à noção de estereótipo, é uma parte bônus, pois o encontro de diferentes culturas requer uma reorganização, muitas vezes, difícil de seus estereótipos de sistemas socioculturais.

Levando, então, na conta da consideração dessa perspectiva mais ampla, a própria psicologia social mostra como o estereótipo consolida mais de uma identidade social (não só traços ligados à negatividade). Ou seja, há traços em dadas culturas que atestam identidades construtivas como a maneira de se ver.

Maneiras de auto-estima, definidas como valoração e compreensão de si mesmo, como indivíduo, de si no corpo social, como sujeito, e mais amplamente como o corpo coletivo. A propósito, em termos de cultura e estereótipo, pensando especificamente na cultura estereotípica da sociedade brasileira, é como se dizer que o brasileiro é um povo alegre, sempre pacífico, sorridente, receptivo, mesmo ante a mazelas sociais e desgraças pessoais. Não deixa de ser verdade em muitos casos, mas o que queremos chamar à atenção, ainda pensando numa amplitude da noção-conceito estereótipo, a partir do advento da forte globalização e estreitamento das fronteiras culturais, é a de que na identificação de si, às quais os brasileiros, a título de exemplo, depositam parte de sua identificação cultural, temos um traço de estereótipo dado como positivo "rir mesmo na desgraça" experienciado num traço de alta negatividade: a desgraça, seja pessoal, social ou qualquer outra forma de infortúnio.

Neste processo, portanto, grupos sociais adquirem para si, por consequência denotam tal imagem aos outros grupos sociais, aspectos identitários específicos que os diferenciam de outros. Essa consistência, estrutura e composição pode e deve ser alcançada e alicerçada ao destacar ou exagerar identidades semelhantes e diferente entre os recortes socioculturais.

Em grupo, sendo assim, expedientes e variáveis ao nível do individual se diluem no corpo coletivo, que se embasa em identidades, que por sua vez constituem signos coletivos aos quais se pode inscrever, tanto na coesão física(estilos de roupas, sapatos, gestuais) quanto na coesão discursiva(orientação ideológica, inscrição histórica da imagem de si e de outros), a qual, mais próxima a nosso interesse, dão a direção da dispersão dos saberes discursivos, forjando práticas éticas e estéticas nos casos do objeto literário ora em questão.

A unidade se minimiza em um processo que inclui a recusa ou a incapacidade de perceber-se – na verdade podemos pensar em um apagamento – para se perceber, se denominar e se aglutinar pelas veias dos grupos, os quais, por seu turno, reivindicam os estereótipos eufóricos e escolhem os estereótipos disfóricos.

É nesse sentido que, segundo Amossy(1991, 2007), para os pesquisadores que se alinham a teorias da identidade social, introduzida por Henri Tajfel, em 1969, principalmente de sua obra *Grupos humanos e categorias sociais*⁶⁵, as representações estereotipadas são funcionais mesmo quando são distorcidos. De acordo com a teoria da identidade social, é possível essa identificação, em qualquer valoração, pois, de qualquer forma, um estereótipo amplia sentimentos que ele tem de seu valor.

No entanto, é o valor de prestígios que dados grupos sociais associam a suas imagens que serve de insumo contra a definição de outros grupos sociais. Ou seja, ao definir-se, faz-se ao mesmo tempo uma imagem de si, definindo, portanto, o que se pensa sobre si, e cria-se uma fronteira à qual os outros grupos – de estereótipos sígnicos diferentes – devem ser alojados, referidos ou, em certos casos em que há o embate, marginalizados. Essa definição de si (auto-imagem de si) instrumentaliza, compõe e categoriza estereótipos que podem, ao grupo ora definidor, ter efeitos benéficos sobre a auto-estima, sobre a avaliação de objetos e dispositivos de poder, uma mediada relação de prestígio entre os pares, e ao grupo relegado à fronteira dos estereótipos não constituidores, defini-se o lado pejorativo, disfórico como dito antes. Isto é, o sentimento de pertencimento de um grupo é condição necessária – talvez não suficiente – para gerar imagens negativas do outro grupo. Uma vez que sujeitos se juntam a

⁶⁵ Lisboa: Livros Horizonte, 1982, 1983, dois volumes.

um grupo eles tendem a designar caracteres mais favoráveis a todos aqueles que pertencem ao seu grupo⁶⁶.

Essas considerações sobre a função do estereótipo na formação da identidade são ecoados pelos estudos no campo da chamada etnopsicologia ou psicologia de grupos. Com efeito, as narrativas conceituais dos estereótipos seriam uma certa homogeneidade linguística, histórica e cultural dos grupos sociais, ou ainda, aos conjuntos estereótipos a que eles têm acesso, algo que não necessariamente se sobrepõe ao conceito de nação.

Nesta área, que ainda lida com a ideia de estereótipos como considerações generalizantes, encontramos muitos estudos especiais que lançam mão de inquéritos (ou questionários, ligados ao próprio método científico investigativo da etnometodologia) e testa a avaliação que estereótipos por ventura têm sobre aquilo que indivíduos têm em mente de si mesmos e com outras imagens existentes sobre a dinâmica de estereótipos da qual a identidade é desenvolvida por comparação com outras identidades.

Todas essas análises, rentáveis por assim dizer, são observáveis do estereótipo em sua relação constitutiva com a identidade, jogo especular que inclui toda a interação social. Isto é, necessariamente, sob o signo das pré-imagens que os participantes dos jogos de interação têm uns aos outros, que envolvem a auto-imagem que eles estão tentando construir para realizar as interações sociais necessárias.

De acordo com o sociólogo Erving Goffman (2005), a título de exemplo, qualquer reunião de um médico com seu paciente, um vendedor com seu cliente, um pretendente a uma garota envolve auto-apresentação submetido à regulação social. Este sociólogo americano desenvolveu a trama de jogos de interações em que a impressão que se deve produzir para alcançar um determinado modo de manipular e jogar as representações do "eu" é dada através da aplicação de certos papéis atividade social cotidiana.

De mais a mais, pelo que apresentamos aqui, é possível depreender que a questão dos estereótipos nas esferas de atividade social e, mais ainda, a tentativa de se criar conceitos teóricos acerca deste fenômeno se dão na questão de detê-lo como uma forma de representação social e como se dá, na ordem do empírico, esta asseverada representação. É nessa esteira, distanciando-se dos movimentos na Psicologia Social, que visam, em última instância, avaliar o comportamento dos sujeitos ante aos estereótipos e como, à medida que

⁶⁶ Até mesmo por questões cognitivas isso se faz verdade, haja vista a condição de atuação dos neurônios espelhos, que não só tem a capacidade de imitação, mas também de compreensão.

são "utilizados", esses estereótipos servem de espaço simbólico de composição e constituição de caracteres eufóricos ou disfóricos nas relações de interação social.

Segundo Amossy(1991, 2007) esses trabalhos na linha de estereótipo como representatividade social se dão inspirados, inicialmente, às pesquisadas de Serge Moscovici, umas das grandes referências em psicologia social. Em *Psychologie sociale*⁶⁷, trabalhando sobre o conceito de representação social, em vez dd estereótipo, este pesquisador europeu refere-se a uma visão sociocultural para se ter um objeto estereotipado em debate nas interlocuções sociais.

Essa discussão, que representa um certo segmento dos expedientes sociais, faz parte de um "conhecimento de senso comum", conhecimento também entendido como "espontâneo" ou de pensamento natural em oposição ao pensamento científico. Aliás, aqui é um ponto-chave de distinção: enquanto as teorizações da psicologia social, inicialmente, categorizaram, conceituaram, a ideia de estereótipos sociais, os trabalhos de Moscovici apontam para as relações naturais em que as representações sociais construiriam estereótipos em meios as debates e objetos de discussões sociais.

Uma visada quase rousseuiana sobre a utilização do estereótipo na sociedade. E este conhecimento, ainda na visada de Moscovici, advém de duas tradições internalizadas ao âmbito social: o conhecimento derivado da educação e o modelo de comunicação social, isto é, não só o conhecimento que o indivíduo tem do mundo, mas também a interação social.

Em uma frente mais contemporânea, Pierre Bourdieu, trabalhando nos domínios epistemológicos da sociologia, mais precisamente àquilo que ele asseverou como "sociologia dos campos", trouxe a noção de *doxa* à evidência, para de alguma forma ligá-la a noção-conceito de estereótipo. De fato, a noção de *Doxa*, ainda nos entorno literários, ganhou força nos estudos que Bourdieu empreendeu sobre a linguagem dos códigos e seu papel naquilo que se denomina troca simbólicas, terreno fecundo em que, heterodoxamente, introduziu-se um novo quadro para o estudo do estereótipo. Para este filósofo e sociólogo francês, é de fato estereótipos que estão em jogo, e não somente elementos de dimensões de cunho estético, tal qual se poderia pensar de um clichê. É possível, então, depreender que estereótipos são formas basais daquilo que a AD entende por um já-dito

⁶⁷ PUF, 1988.

Mas, o conceito de *doxa*, ainda mesmo na geografia francesa, já era um velho conhecido através dos trabalhos de estudos literários na obra de Roland Barthes sobre mitologias contemporâneas⁶⁸.

O citado Barthes, neste caso, se distanciaria em parte de Bourdieu, pois o símbolo é uma força de afirmação. Desta perspectiva, portanto, estereótipos fariam parte de um conjunto amplificado do sentido de *doxa*, sendo esta, por exemplo, uma opinião pública, um pensamento que controla e lidera uma massa, uma voz natural que determina o que pode e deve ser dito, ou mesmo ainda a violência do preconceito. Barthes, com efeito, coloca na centralidade do debate a questão da construção social, via simbolismos, dos estereótipos, atrelada, via linguagem, à questão da enunciação, tal qual ele compreende. Portanto, o fenômeno dos estereótipos afetam diretamente a forma de enunciação no nível do enunciador e do receptor.

Assim, na enunciação, não poderíamos nos desgarrar da noção de estereótipo sem reivindicar um novo ato enunciativo, que, em si, traz algo já mais ou menos estabilizado em crenças públicas, criando então um movimento "infinito". A leitura barthesiana, sobretudo durante os anos 1970 e 1980, encorajaram a procura de formas que provassem suas ideias. Nos estudos literário existiram grandes adeptos, que foram fortemente influenciados pela crítica generalizada da ortodoxia dos estudos literários, apartados das dimensões de linguagem que, ao contrário da negação, estavam, à época de Barthes, no ápice do desenvolvimento com o advento estruturalista. Mas neste contexto de desconfiança em relação ao já dito, ao já pensado, a crença, a ortodoxia e os estereótipos estão ligados sem distinção real em terminologias.

Seguindo as frinchas teóricas de Barthes, Amossy, principalmente em *Les idées reçues: semilogie du estereotype*⁶⁹, vê essa obsessão generalizada com a ortodoxia uma marca de um dado tempo epistemológico. Nutrida em uma tradição semiológica francesa, majoritária por muito tempo, ela enfatiza não só a bivalência da noção-conceito de estereótipo, mas também suas funções construtivas. Por Amossy, o estereótipo deve ser estudado como um fenômeno separado do clichê e/ou do lugar-comum, por considerá-la como uma representação social, um esquema coletivo, retratado a um dado tempo, o que, portanto, corresponde a um modelo cultural localização em tempo-espaço, por exemplo em uma pesquisa. Além disso, se as ciências sociais enfatizam a idéia de representação coletiva, a abordagem literária, ao

⁶⁸ Roland Barthes. **Mitologias**. São Paulo: DIFEL, 1985.

⁶⁹ Paris: Éditions Nathan, 1991.

contrário, leva a descrever estereótipo não só em torno da ideia de opinião, como faz a psicologia social a partir de questionários.

A análise de enunciação literária considera o jogo com a crença de que se desenvolve entre o texto e imagens ideológica implementadas no jogo social, muito em função de desempenhar um papel de interação social por meio de gêneros textuais. Finalmente, Ruth Amossy mostra os estereótipos modernos provocou várias estratégias operacionais de sistemas coletivos já previamente estabelecidos, circulando em saberes fixos às ideologias constituidoras das identidades dos sujeitos em interação social.

3.1.3-)Estereótipo e análise do discurso

No início dos trabalhos que ficaram conhecidos na França e, posteriormente, no mundo, como a escola francesa de Análise do Discurso, não se colocou abertamente em causa estudos estereótipos, embora um dos primeiros investimentos teóricos de Michel Pêcheux tenha tentado dar conta das chamadas condições de produção dos discursos, a qual, em parte baseada nos estudos advindos da psicologia social, trabalhou a formulação das imagens ideológica que sujeitos, mobilizados em práticas discursiva, faziam-se de si e de si diante do outro e do universo social.

Para o *Dicionário de análise do discurso*⁷⁰, cena enunciativa trata-se de um conceito comutável frequentemente, em AD, por situação de comunicação, que, por seu turno, pode misturar-se a uma ideia formulada em Pêcheux em 1969 e em 1975 (GADET, HAK, 1990)⁷¹ como condições de produção. Com efeito, este conceito figura e se articula para substituir questões da ligação entre a circunstância em que um discurso é produzido e a produção de efeitos de sentidos derivados da condição que lhe são pertinentes, levando em conta as formações imaginárias ideológicas e a relação entre sujeitos e sua posição histórica ocupada. Além disso, essa mesma noção de condições de produção veio a surgir na AD para pensar e romper a mobilização das noções de contexto e sujeito de correntes linguísticas de

⁷⁰ São Paulo: Editora Contexto, 2008.

⁷¹ Reformulada ainda nos trabalhos de Jean-Jacques Courtine, intitulado na versão brasileira **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2009.

filiação pragmaticista e teorias da enunciação.⁷² Mais especificamente, o que o conceito de condições de produção da análise do discurso vem a propor é a retirada de uma relação pragmática da enunciação e ligá-la a lugares enunciativos institucionais, imbricados, por sua vez, a lugares construídos histórico e ideologicamente. Isso muda a relação que se tem com a circunstância ou com o contexto em que discursos são produzidos.

Esse movimento que a AD realiza, além de tentar analisar sob outra abordagem as questões de contexto, circunstância, lugar enunciativo, trata de marcar o território epistemológico e institucional de onde ela deseja partir, rompendo, assim, com as abordagens pragmáticas em muitos aspectos. Assinalaremos duas rupturas, sendo, em primeiro lugar, a ruptura do entendimento de sujeito em relação às correntes pragmáticas; em segundo lugar, a ruptura da noção de contexto substituída pela argumentação do conceito de condições de produção.

Na Análise do Discurso, ao contrário de algumas conceituações pragmáticas, o que se leva em consideração na interação comunicacional não são somente elementos da ordem da língua, mas também se leva em consideração os elementos que escapam a essa ordem da língua: os componentes ideológicos e históricos, estes que são construídos nas enunciações a partir da tomada de posição – gerando, então, um posicionamento – a que os sujeitos se condicionam. Isto é, a garantia que sustenta o sentido da posição do enunciador de determinado discurso não está no contexto imediato, em o que cada sujeito sabe e no como domina toda a produção enunciativa do que diz, nos ditames da regência de um contrato, materializados em elementos linguísticos e em elementos implícitos dos enunciados, mas esses elementos são postos na enunciação e sustentando por outra ordem, isto é, a ordem ideológica a que sujeitos se inscrevem ao dizer o que se dizem e o que atualizam do que já foi dito antes naquele mesmo lugar. Para representar esse sistema de imagens que vão sendo construídas, conforme as posições ocupadas pelos sujeitos.

Pêcheux (1990) faz uma releitura sob o prisma de condições de produção discurso do quadro de comunicação da linguagem de Roman Jakobson. Diferentemente de Jakobson, para Pêcheux, as pessoas que participam de uma interação comunicativa ou discursiva, ao enunciarem, devem dar conta de perguntas, tais como “Quem sou para lhe falar assim?” ou “Quem é ele para que eu lhe fale assim”, de tal sorte a desnudar, por sua vez, o

⁷² Pensamos aqui nas teorias de ato de linguagem empreendidas principalmente pelos trabalhos de Austin e Searle. Todavia, também esta na crítica de Pêcheux, mesmo que indiretamente, em **Análise automática do discurso**, de 1969, quando de sua análise e reformulação do quadro de funções da linguagem de Roman Jakobson.

ponto de vista de um sujeito do discurso sobre o outro. Na verdade, isso é parte da hipótese de Pêcheux, posto que:

(...) esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo (...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada uma *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). (Pêcheux, 1990, p. 82 grifos do autor)

Em resumo, os sentidos a interpretar e a enunciar não estão transparentes na língua, entendida aqui como um instrumento para comunicação, nem na questão do contexto, recobrando uma localidade situacional da comunicação. Para a AD, isso se inscreve numa condição de produção que deve ser levada em consideração num jogo de imagens entre os interlocutores, imagens estas que estão ligadas a formações imaginárias criadas ao longo da história e construídas pela ideologia.

Dessa forma, ainda que não tenha tratado diretamente a questão dos estereótipos, a teoria de discurso francesa estabeleceu uma frincha importante e favorável para uma prospecção futura da noção-conceito estereótipo em seu quadro teórico. Para além da sua diversidade atual, a análise do discurso é caracterizada por uma série de pressupostos teóricos que resvalam na noção de estereótipo.

Por exemplo, se pensarmos na ideia de que o sujeito não é a fonte de significado; o discurso é "a atividade de indivíduos envolvidos em práticas discursivas determinadas para certas condições históricas. Ou ainda, como dissemos, no estudo das chamadas condições de produção, em que imagens ideológicas entrariam em jogo nas relação de projeções dos discursos enunciado entre os sujeitos.

Assim, há de fato indícios claros que envolvem enunciativamente a articulação linguística e os expedientes sociais, discursiva e interdiscursivamente, além da inclusão de restrições genéricas (que em parte lembram estruturas mais ou menos fixas para o uso linguageiro e de conteúdo por parte dos sujeitos) e institucionais que regem a fala encenada nas práticas discursivas.

A partir deste ponto de vista, o significado das palavras não é separável da gestão do contexto histórico em que estão inseridos (pensando contextos como as manifestações sintáticas, enunciativas, genéricas; estes últimos, os gêneros, como notícia, a

conferência, editorial etc. ou mesmo o lugar da subjetividade dos sujeitos no campo sócio-histórico e institucional.

Sob essa perspectiva, a noção de pré-construído, introduzido na análise do discurso de Michel Pêcheux, na década de 1970, por outro teórico Paul Henry, torna-se uma importante contribuição teórica, que pode ter sido, segundo Amossy 1991, subutilizada no estudo dos estereótipos sociais. Pêcheux definiu a noção de pré-construído levando em conta a referência ao trabalho de Henry:

Foi isso é o que levou Henry a propor o termo 'pré-construído' para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é 'construído' pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático (PÊCHEUX, 1988, p. 99).

Em geral, os pré-construídos procedem de uma concepção de sujeito que não é intencional idealista (ou uma aspiração disso, já que vivemos num mundo liberal-burguês), ao que seria para a pragmática linguística, mas um sujeito tomado em uma linguagem, cindido, onde elementos ditos de outra forma, independentemente da enunciação atualizada, mas que "controlam" – talvez, melhor dizendo, direcionam a forma como deve ser enunciado – o que se asseverou discursivamente.

Nessa esteira, o estereótipo tangenciaria duas facetas da noção-conceito de pré-construído: o nível da sensação aos sujeitos de que ele se refere a um tipo de construção sintática já pré-acordada e implementada; e o nível do significado, mais amplo, pois desemboca também em efeitos de sentidos, o que depende umbilicalmente dos implícitos aos enunciados⁷³ e que se vê como feixes ideológicos transitando nos pré-construídos circulantes no interdiscurso e circunscritos às FD na instrução individual aos sujeitos daquilo que pode e deve ser dito nos processos enunciativos das práticas discursivas, que, por seu turno, levam em conta pré-julgamentos, cuja origem está desmarcada ou dissimulada. E a noção de pré-julgamentos sem dúvida nos remete à ideia de estereótipos, até mesmo como representatividade social das interações intersubjetivas. Isso envolve a maneira pela qual as imagens discursivas têm construções marcadas em um personagem e seus nomes e

⁷³ E essa noção de implícito se torna relevante mesmo na argumentação mesmo que se tomada das teorias argumentativas de Oswald Ducrot, pois Paul Henry, em **A ferramenta imperfeita** (Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013, toma suas postulação como a contraposição da noção de pressuposto e subentendido do próprio Ducrot, ao dizer, resumidamente, que as noções de pressuposição dos enunciados não dão conta de compreender os implícitos, se somente se levar em conta o elemento posto no enunciado, ou seja, a argumentação na própria estrutura linguística.

estereótipos através de um exemplo narrativo e como esse material da narrativa pode plasmar um *ethos* discursivo, em última instância, atinado à estrutura da forma.

Neste percurso histórico-analítico pelas ciências sociais, estudos literários e ciências da linguagem veremos que conceitos desenvolvidos muitas vezes aparecem em desacordo entre si e com o uso comum. Teoriza-se fenômenos de estereótipos de maneira diferente, em que cada domínio teórico analisa disciplinariza diversamente, fornecendo métodos e observações próprias.

No entanto, para além da diversidade de procedimentos, tentaremos identificar dois construtos teóricos comuns. Primeiro a abordagem mais empiricista e comportamental que é representada sobretudo na psicologia social, que utiliza pesquisas de opinião e experimentos no campo, e que executa processamentos estatísticos dos dados coletados. Uma segunda abordagem, mais textual(ou de gêneros textuais), a qual reúne estudos literários, análise argumentativa e análise do discurso, que com vários métodos e objetivos, busca identificar elementos de estereótipos através de componentes discursivos, como, por exemplo, léxico, ordens sintáticas, imagens discursivas, estudos dos implícitos e sentidos.

Nesses domínios e disciplinas do campo científico das humanidades, onde para construir seu objeto, incorpora-se conceitos da linguagem ordinária que acabam por redefinir e/ou dimensionar seu próprio quadro teórico. Assim, as ciências sociais estudam o estereótipo em termos de representação e de crença coletiva. Estudos literários, por sua vez, leva em conta a estética, bem como os valores sociais e os padrões de dimensão fixas que eles podem auferir.

Quanto à ciência da linguagem, estereótipos são elementos de construção de significado e seus efeitos significativos, tanto coletivos quanto subjetivos, mas quase sempre a dar conta dos expedientes identitários. A análise do discurso compreende, especificamente por sua parte em estereótipos, "esquemas" implícitos ou provas compartilhada subjacente a uma palavra localizada, a um discurso enunciado por práticas discursivas e institucionais. Entretanto, podemos estabelecer certos nós que uniram parte desses campos de estudo por dado tempo. Um deles é a questão da depreciação. Denunciar o lugar-comum como preconceitos ligados à estereótipos e falsa compreensão de grupos sociais. A análise de estereótipos, com o passar do tempo, permitiu também desmistificar tudo o que impedia as relações interpessoais, a verdadeiro auto apreciação e imagens de si, o que era originalidade e inovação.

Dessa forma, portanto, com tais funções construtivas dos estereótipos aparecem na base da interação social e de comunicação que são, entre outras coisas fonte e insumo de obras literárias, por exemplo, levada em conta também como uma manifestação social. E essas funções construtivas do estereótipo puderam ser vistas mais e melhor a partir do momento em que se renunciou, via pesquisas científicas, a consideração, por vezes meramente estatísticas, de conteúdos dos estereótipos sociais como formas fixas, sem mobilidade ideológica e interacional. Passou-se a chamar à atenção as formas como sujeitos e grupos sociais possuíam certos estereótipos e como jogavam em um relacionamento dinâmico com o outro e para si mesmos.

É com esse último deslocamento, ancorado na Análise de Discurso, que pretendemos compreender a noção de nomes e estereótipos no engendramento da enunciação literária, que aqui será vista nas análises dos *corpora* selecionados do material de análise.

3.1.4 -) Sobre *ethos* discursivo

Em um artigo publicado recentemente sobre a noção-conceito de *ethos*, Dominique Maingueneau, um dos pioneiros a utilizar tal categoria analítica dentro dos estudos discursivos, trata de definir, de partida, *ethos* como um articulador. O teórico francês chega à questão, destrinchando, teórica e analiticamente, porque, segundo sua concepção, o *ethos*, de um lado, se faz um articulador entre discursos e cultura, na qual é possível que haja um texto em constituição; portanto, em primeira instância não se pode separar *ethos* de sua cena de validação histórica, ou seja, daquilo que lhe dá sentido. Em segundo lugar, o meu próprio problema do *ethos* é visto como um programa de trabalho, não uma teoria completa que não apenas especificar os detalhes ou bastaria para ilustrar. Duas avenidas devem ser exploradas: em particular, deve ser: 1) analisar o *ethos* em categorias mais finas, de modo a não misturar as características de diferentes ordens (ideológica, legal, psicológico, somático...), mesmo se eles estão estreitamente relacionados; 2) áreas modelo de mudança no *ethos* com base na diversidade de gêneros e tipos de discurso.

Assim sendo, como um dos conceitos que serão centrais em nossa pesquisa de doutorado, da categoria analítico-teórica de *ethos*, por muitos motivos, poderíamos dizer que se trata de uma conceituação teórica de bastante fôlego e alcance heurístico em diversas teorias. Vemos a noção de *ethos* no âmbito dos estudos do direito, vemos a noção de *ethos*

nos estudos da sociologia, com os trabalhos de Max Weber, no qual ele analisa como a boa imagem do trabalho, como algo a ser o caminho da prosperidade, uniu-se ascetes do protestantismo, formando então o espírito simbólico e material do modo de produção de capital. Pensando nessas reflexões comentadas, pode-se dizer que uma das vertentes proeminentes na mobilização da noção analítica dos *ethos* pela análise do discurso se dá na reflexão da adesão dos sujeitos a certos posicionamentos enunciativos. Assim sendo, há, sem dúvida, um “como” para os sujeitos se inscreverem a uma enunciação discursiva, para sentirem uma vocação de identificação com esta ou aquela cenografia de um discurso, para corporificarem um enunciador, dar-lhe traços característicos que os fariam identificar-se com este sujeito locutor. Essa eficácia está, em primeira instância, aparentemente ligada ao “o quê” de um discurso, a expressão de seu conteúdo. Isso em muitas medidas é válido, mas, ainda na esteira da formulação teórica de Maingueneau para os estudos do *ethos* no discurso, é possível apreender que o *ethos* não se constrói apenas no polo do enunciador.

Destacamos, portanto, este conceito de *ethos* para os estudos discursivos, no qual ele é em última instância uma das dimensões da cenografia, portanto um conceito sujeito a coerções semelhantes às que respondem ao plano enunciativo como um todo. A propósito, por esse plano enunciativo, entendemos que se constrói da forma discursiva de se analisar os textos literários.

Da visada discursiva, um estudo do objeto literário precisa levar em consideração não apenas as representações sociais, para as quais componentes ideológicos e políticos são de suma importância, tampouco somente o nível estilístico ou de categorização dos textos. Há necessidade de se observar, amalgamados, os elementos éticos e os elementos estéticos.

Nesse sentido teórico, Maingueneau (2001b, 2006) propõe fazer uma análise sob os auspícios do conceito de cena enunciativa, em que o texto literário tem de ser observado como um dispositivo enunciativo, e o seu discurso, encenado e regido também por coerções que são do próprio funcionamento desse dispositivo, o que inclui, por consequência, o *ethos* e a cenografia que irão se apresentar e como irá apresentar-se aos interlocutores. Esse dispositivo enunciativo será alçado a certas condições de possibilidade em um tempo, em um lugar, coberto pela manta institucional de seu campo, caracterizando-lhe, assim, uma situação de enunciação, advinda de uma gestão de contexto feita por um “como” da existência do

próprio texto.⁷⁴ Dito de outro modo, o que Maingueneau propõe como cena enunciativa é uma maneira de se analisar quais são os efeitos de sentidos, tanto internos quanto externos, de discursos enunciados por um dispositivo enunciativo, a partir da própria maneira de se mostrar, de se dizer, de se dar a circular que os textos – literários inclusive – propõem em seus projetos discursivos.

Ao engendrar-se e desenvolver-se dessa maneira, a cena enunciativa para um texto literário ou outro qualquer ajuda a compor o que se pretende construir em termos de efeito de sentido. Os discursos que se inscrevem nos textos falam a um grupo de coenunciadores pretendidos intencionalmente ou não. Com isso, o discurso é construído num enlace que, une, por assim dizer (e por falta de um termo melhor ainda), duas pontas: à medida que o plano enunciativo se desenvolve pela própria maneira como está sendo enunciado e para quem está sendo enunciado e recebido/interpretado. O conceito de cena enunciativa em si, pelas palavras de Maingueneau(2006a; 2006b), subdivide-se em cena englobante, cena genérica e cenografia. Cena englobante trata-se daquilo que:

(...) corresponde ao que se costuma entender por “tipo de discurso”. Quando se recebe um folheto na rua, deve-se ser capaz de determinar se é membro do discurso religioso, político, publicitário etc., em outras palavras, em que cena englobante se deve situá-lo para interpretá-lo, em nome de que ele interpela aquele que o recebe.” (MAINGUENEAU, 2006b, p. 251).

Dito de outra forma, em uma enunciação publicitária de carros, por exemplo, estão implicados potenciais consumidores para aquele veículo, que mobiliza seu discurso por meio de um gênero propaganda, dentro de um suporte, como, por exemplo, um jornal ou uma revista, enunciando-se de uma maneira a tentar captar esses interlocutores ao expor o carro, com todas as suas vantagens em relação aos concorrentes, filiado também à determinada marca, em situações de um passeio familiar, entre outras coisas.

Da mesma maneira acontece uma enunciação literária, em que se cria a possibilidade do posicionamento do autor no campo literário, dando um lugar a pessoas e lugares fictícios, uso de personagens, percorrendo inúmeras situações e mobilizando diversas vozes. Isso tudo está em junção com uma cena englobante literária, que, no caso de nossos

⁷⁴ Os textos – aqui evocamos um sentido amplo de texto, ou seja, tomando manifestações verbais e não verbais, sob diversos dispositivos enunciativos e seus respectivos discursos: musical, pictórico, entre outros – não são apenas um amontoado de signos parados numa sequência que reconhecemos como um texto-padrão, pois “Um texto é na verdade o rastro de um discurso em que a fala é encenada” (MAINGUENEAU, 2006, p.250). *Vide* também Esquema 1, p.22.

materiais de análise, inscrevia-se a uma cena literária que tinha nos contos fantásticos um momento forte, inclusive perpassando o âmbito das telenovelas. Mais especificamente, falar de cena englobante literária é possível a partir da criação de um campo literário, que se desenvolveu como tal a partir do XIX, em que há, até os dias atuais, uma instituição validadora do estatuto de quais autores são consagrados, quais textos são sagrados, quais são profanos, onde circulam e são expostos os textos de maior prestígio, quem os lê etc.

Não há nada de óbvio e trivial em dizer que nem sempre se teve uma cena literária, política, publicitária etc. Até porque isso é o que define a situação entre enunciador e coenunciador, parceiros do discurso, durante um quadro em que se tem espaço e tempo definidos e limitados.

De acordo com Maingueneau, não se pode opor cena da enunciação e enunciado como forma e conteúdo, pois a cena é uma parte cabal para o conteúdo. Para isso, a cena englobante deve atualizar-se pela memória histórica do interlocutor pretendido, o que, conforme já mencionamos, encontra-se sob a ordem do tipo de discurso.

Em razão de todas essas peculiaridades do discurso literário, a cena englobante se mostra não suficiente, pois cada tipo de discurso vai se transmitir por ritos sociolinguageiros específicos, ou seja, vai investir-se em gêneros do discurso que definem as cenas genéricas, que será “contada” por certo tipo de engendramento cenográfico. Assim sendo, a associação entre cena englobante e cena genérica precisa levar consigo essa outra ordem de consideração, qual seja, a cenografia. Esta noção é, na verdade, aquilo que dentre as várias maneiras de se enunciar qualquer discurso, sob qualquer gênero, sob qualquer suporte que o ampare, torna-se a “verdadeira” e “única” forma como a enunciação se solidifica, pois é também a maneira própria de “como” a cenografia se desenvolve que irá lhe sustentar a estruturação discursiva, seja no nível enunciativo, seja no nível do discurso.

De um ponto de vista da cena genérica, os materiais tratam-se de contos literários, ancorados num suporte tipo livro impresso, sustentando dizeres relacionados ao cotidiano opressor, entediante, comum, de homens e mulheres comuns, sem descrições pormenorizadas, amplas e unidas apenas por estarem presas a essa cortante e mordaz situação, dessas personagens não nominalizadas, vivendo, em um tempo e em um espaço indefinidos, um “país” opaco por natureza, o cotidiano sem sabor. Porém, os sujeitos-destinatários desses contos são incorporados a uma cenografia que deixa difusas as certezas sobre a cena genérica, bem como de qual a veracidade das situações protagonizadas nos contos.

Então, cenografia, por sua vez, define as condições de um sujeito-enunciador, de um sujeito coenunciador, de uma topografia linguística e discursiva, bem como de uma cronografia. Isto não se dá de qualquer forma, pois, “Recusando qualquer redução da cenografia a um ‘procedimento’, nela veremos antes um dispositivo que permite *articular* a obra sobre aquilo de que ela surge: a vida do escritor, a sociedade.” (MAINGUNEAU, 2001b, p. 134 grifos do autor). A noção de cenografia articula ao mesmo tempo o quadro cênico (tipo de discurso e gênero) e o processo, a forma como se desenvolve a trama da narrativa, no caso da literatura. Ou seja, é algo (im)posto por coerções específicas da cena englobante e da cena genérica, porém é um dado que vai se construído, ajudando, com isso, a manter o quadro cênico.

(...) um processo de *enlaçamento paradoxal* (...) Desde sua emergência, a palavra supõe uma certa situação de enunciação, a qual, com efeito, é validada progressivamente por meio dessa mesma enunciação. Assim, a cenografia é, ao mesmo tempo, *origem e produto do discurso*; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e estabelecer que essa cenografia de onde se origina a palavra é precisamente a cenografia requerida para contar uma história, para denunciar uma injustiça, etc. Quanto mais o co-enunciador avança no texto, mas ele deve se persuadir de que é aquela cenografia, e nenhuma outra, que corresponde ao mundo configurado pelo discurso. (MAINGUNEAU, 2006b, p. 114 grifos do autor)

Portanto, a cenografia, por sua vez, define as condições de um sujeito-enunciador, de um sujeito coenunciador, de uma topografia linguística e discursiva, bem como de uma cronografia aos mesmos moldes desta última chamada. Isto não se dá de qualquer forma, pois, “Recusando qualquer redução da cenografia a um ‘procedimento’, nela veremos antes um dispositivo que permite *articular* a obra sobre aquilo de que ela surge: a vida do escritor, a sociedade.” (MAINGUNEAU, 2001b, p. 134 grifos do autor). A noção de cenografia articula ao mesmo tempo o quadro cênico (tipo de discurso e gênero) e o processo, a forma como se desenvolve a trama da narrativa, no caso da literatura. Ou seja, é algo (im)posto por coerções específicas da cena englobante e da cena genérica, porém é um dado que vai se construído, ajudando, com isso, a manter o quadro cênico.

Uma análise de obra literária que utilize a categoria provavelmente irá demonstrar um em seus resultados diversos *ethé* (conjunto de *ethos*). No caso de *Cadeiras proibidas*, um de nossos materiais de análise (nosso *Corpus-1*), vê-se *ethé* diluídos na trama narrativa da obra, recriados ao desenvolver de um universo cotidiano, simples, confuso, acerca de personagens pouco ou nada nominalizados, que estão em ações ambivalentes,

insólitas, de espaços e tempos fabricados, narrados para um público que em alguma medida é interpelado a aderir a esse universo. Um mundo ético de todos nós.

Na mobilização do *ethos*, vários elementos – inclusive para além dos intradiscursivos: expedientes da ordem morfossintática a partir de um universo de possibilidades semânticas – sustentam a eficácia dos textos de *Cadeiras Proibidas* ante a uma comunidade discursiva⁷⁵, possivelmente destinatária da enunciação a que ele preenche. Os *ethés* de um discurso não são representações inertes, com fronteiras estanques e firmemente delimitadas, mas sim uma construção dinâmica erguida pelos interlocutores de um locutor, quando este avança no seu próprio movimento de fala, que, por sua vez, está atinado à cenografia. O estudo do *ethos* em discursos pode se vislumbrar em gêneros que podem ou não suscitar uma adesão imediata – geralmente quando não há o objetivo imediatista, como, por exemplo, numa propaganda de carros; a argumentação básica é construir uma cena enunciativa de tal sorte que a marca perdure no mundo, para que os interlocutores daquela peça publicitária consumam a marca em diferentes tempos –, mas que seja desenvolvida a fim de angariar certo público, que o será ou não, em seu pleno direito, incorporado.

Com efeito, a proposta que queremos analisar – discursiva – mobiliza a noção de *ethos* recoberta na enunciação por uma vocalidade, por um tom do texto que. Este tom é algo além de exame de oralidade; é sim, na verdade, vozes que os textos manifestam por meio do dito(ou não dito) em seus discursos. Essas vozes ajudam na fiança da incorporação dos sujeitos dos contos das obras, não diferente em *Cadeiras Proibidas*. Portanto, essa vocalidade se dá mesmo que essa enunciação esteja em uma situação de enunciação de textos escritos (os contos) e, aparentemente, neguem essa vocalidade específica – não é o caso do nosso material de análise que, além de ser marcadamente escritural, tem, por seu tipo de discurso, uma relação bastante forte com um tom ao qual ele é alçado a enunciar, a vocalidade específica de uma mobilização genérica, bem como dos *ethés* que por ele permeiam – há na qualidade e eficácia de um *ethos* um tom para os textos. Sobre isso ainda:

⁷⁵ De um mirante discursivo, tal como concebe Maingueneau, a noção comunidade discursiva partilha muitas definições com o conceito de formação discursiva. No entanto, com essa teorização de comunidade, pretende-se não dissociar sujeitos e seus discursos do modo de organização das instituições em que eles se encontram quando em dado espaço e tempo. Assim, ela propicia caracterizar os posicionamentos dos locutores de um campo concorrente, mas apontando suas peculiaridades. Por exemplo, os textos produzidos em jornais que militam em distintas ideologias, instituições, mas partilham de um campo onde ambos têm voz de publicação, instalaria, a princípio, uma polêmica constitutiva. Todavia, mesmo sendo jornais aparentemente de mesmo formato, haveria, pelo estudo da comunidade discursiva, algo além – a construção dos posicionamentos, identidades discursivas etc. – para se pesquisar do que “mediadores transparentes” refletindo um dentro e um fora da formação discursiva.

Uma das principais dificuldades que tal concepção de *ethos* suscita é que ela supõe um *ethos* que poderia ser chamado escritural em oposição ao tradicional *ethos* oral. Trata-se de dois regimes muito diferentes, uma vez que o segundo impõe a fala imediata de um locutor encarnado, enquanto o primeiro exige do leitor um trabalho de elaboração imaginária a partir de indícios textuais diversificados. Essa oposição oral/escritural deve ser considerada com todas as precauções, levando em conta as pesquisas que a têm trabalhado há algumas dezenas de anos e em múltiplos campos. É claro, em particular, que os gêneros, considerados instituições de fala inscritos na história, exercem um papel essencial nessa problemática. (MAINGUENEAU apud AMOSSY, 2008b, p.74)

A escolha do termo *tom* não se deve por acaso. Para Maingueneau, ela se justifica, pois “apresenta a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral: pode-se falar do “*tom*” de um livro (MAINGUENEAU apud AMOSSY, 2008b, p.72). Dessa forma, a propósito de trabalhar o conceito *ethos*, faremos uma breve argumentação descritiva e historiográfica acerca do conceito, passando pela retórica antiga e pelos estudos pragmáticos-semânticos na visada teórica de Oswald Ducrot, com seu esboço de uma teoria polifônica

3.1.5 -)Retórica, Ducrot e Maingueneau

Antes de examinarmos mais de perto os *corpora* levantados para exemplificar o conceito-categoria *ethos* em nosso trabalho, é possível dizer que essa noção remonta a tradições antigas, principalmente dos estudos retóricos. Na retórica antiga, era bastante usual a referência a essa dimensão cenográfica para utilização de uma arte oratória, de um bom controle da palavra, sobretudo, ao ligá-la à palavra oral diante de um público, em que os oradores com sua enunciação tinham como propriedades de persuasão um conjunto de *ethos* – *ethé* –, conferido por si ou por um público para o qual eles discursavam e que no mais das vezes estavam ligados de alguma forma à sua própria maneira de dizer⁷⁶.

Os estudos de Aristóteles, principalmente do livro *Retórica*⁷⁷, no qual se busca examinar como as técnicas persuasivas dos oradores agem no público do auditório, amparadas por uma noção de *ethos* entendida como um conjunto de técnicas capaz de causar boa impressão e eficácia ao discurso de um orador a seu público por meio da imagem que tal orador constrói de si para ganhar seu auditório. Segundo ainda a argumentação de *ethos*

⁷⁶ Note-se que a persuasão da oratória não era o que oradores diziam sobre si, numa autoafirmação de sua eficiência ou competência para falar ao auditório que lhes estava reservado, mas, principalmente, o que era revelado a partir da própria maneira de eles dizerem.

⁷⁷ In: Aristóteles. **Obras completas**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Coleção Biblioteca de Autores Clássicos)

retórico, o orador lançaria mão de três qualidades basicamente: a prudência, a virtude e a benevolência. Aristóteles já aventava uma descrição aludindo sinonimicamente a essas três formas de imposição da eficácia de uma enunciação por um orador, as quais ele chamou: *phronesis* – aparentar ser uma pessoa ponderada, sensata –; *arete* – seria ter a atitude e a virtude de um homem de fala verdadeira, franca, direta –; *eunoia* – oferecer uma imagem positiva de si, benevolente. A eficácia do discurso estaria garantida a um orador que possuísse tais atributos, haja vista o fato de que os *ethé* passariam também por essa tríade persuasiva da enunciação, todavia sem que essas funções de *ethé* persuasivos fossem explicitadas. O estudo do *ethos* pela retórica antiga marcava sua eficácia e suas análises sobre o orador. Este sujeito, tal como um encantador de cobras indiano, teria a capacidade de hipnotizar e cativar em uma enunciação mobilizando a sua livre e escolha – improvisada muitas vezes – a boa palavra. Ou seja, A utilização dessa técnica, para Aristóteles, consiste em o orador causar boa impressão pela forma como constrói o seu discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório ganhando sua confiança. No entanto, ressalva Aristóteles, é necessário que essa confiança seja efeito de discurso, e não de uma prevenção sobre o caráter do orador.

Em língua portuguesa, investido primeiramente na argumentação oral e depois e em publicações literárias, temos um caso que suscitou muitos estudos: arte retórica de Padre Antônio Vieira. Os sermões, que dá nome a uma organização livreira homônima na modernidade, sob a rubrica deste padre jesuíta, causavam grande impacto em seu público. Ele sempre foi visto como um dos mais proeminentes argumentadores da língua portuguesa. Havia a busca em seus discursos de grandes metáforas, premissas, antecipações diante do público-ouvinte.

Entretanto, para o arcabouço teórico da AD, só se pode ou se deve utilizar a concepção de *ethos* da retórica realizando um deslocamento duplo, a fim de adequar à sua proposta discursiva de estudo da linguagem. Conforme nos aponta Maingueneau⁷⁸:

Em primeiro lugar, [o conceito *ethos*] precisa afastar qualquer preocupação “psicologizante” e “voluntarista”, de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir sobre seu auditório. Na realidade, do ponto de vista da AD, esses efeitos são impostos, (*sic*) não pelo sujeito, mas pela formação discursiva (...) eles se impõem àquele que, no seu interior, ocupa um lugar de enunciação, fazendo parte

⁷⁸ Este linguista francês é um dos pesquisadores mais tenazes quando se trata de associar o discurso numa situação de argumentação de textos marcadamente ancorados na linguagem verbal, na linguagem não verbal, ou, então, quando, por coerção genérica, por exemplo, associam-se essas duas plataformas de uso da linguagem. Penso aqui em textos utilizados pelo discurso publicitário, nos quais o autor se debruça com bastante ênfase, mas também mobilizações argumentativas em textos do gênero charge, para reter um exemplo.)

integrante da formação discursiva, ao mesmo título que as outras dimensões da discursividade. O que é dito e o tom que é dito são igualmente importantes e inseparáveis.

Em segundo lugar, a AD deve recorrer a uma concepção do *ethos* que, de alguma forma, seja transversal à oposição entre o oral e o escrito. (...) Na realidade, mesmo os corpus (*sic*) escritos não constituem uma oralidade enfraquecida, mas algo dotado de uma “voz”. Embora o texto seja escrito, ele é sustentado por uma voz específica (...) (MAINGUENEAU, 1997, p.45-46 grifos do autor; inserção entre colchetes nossa)

De outra vertente teórica, num tempo distante ao da retórica antiga, tem-se de Oswald Ducrot um estudo da categorização pragmaticista da noção de *ethos*, em que o linguista empenhou seus esforços teóricos tratando da existência, no plano enunciativo, de um locutor (Locutor L), responsável por qualquer desenvolvimento enunciativo, sendo ele uma voz que se prestaria à condução dos enunciados numa situação de comunicação, e um sujeito empírico, que vive num lugar e num tempo, ou seja, um ser do mundo – tal como Ignácio de Loyola Brandão, escritor, periodista de jornais e revistas, reconhecido no meio literário por crítica e público, ou como Lygia Fagundes Telles, escritora, formada em Direito, largo São Francisco – USP – como um Locutor Lambda – λ – que se propõe à autoria de enunciado. Esta teorização de Ducrot é bastante interessante, pois ela ainda desemboca em uma teoria mais ampla, a saber, a polifonia da enunciação, a que reside no fato de que existiria um *ethos* que se mostra no ato enunciativo, mas não se diz no próprio enunciado. Este acontecimento, na verdade, é o de uma mobilização em que o *ethos* se configura, progressivamente, num segundo plano enunciativo, sendo, portanto, percebido dessa forma pelos interlocutores de um dado locutor em uma enunciação. Dito de outro modo, no entendimento do semanticista francês, o *ethos* está associado a L, o Locutor enquanto tal.

Assim, o *ethos* pertence não à ordem do dizer, do Locutor enquanto ser no mundo - λ - como pensava Aristóteles, mas à ordem do mostrar. Desse modo, é na medida em que é fonte de enunciação que o Locutor enquanto tal – L – está revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável. No final, o que conta é a imagem que o alocutário faz do locutor. Ducrot (1987) afirma que o Locutor – L –, ao produzir uma informação, diferentemente do que se acredita nas teorias da comunicação, não está simplesmente querendo dizer ao alocutário em que consiste tal informação, enunciando “eu sou isso, eu não sou aquilo” e com isso tornar a sua enunciação aceitável.

Certamente esse *ethos* é construído entre os participantes da enunciação, seja sob qualquer situação de comunicação (interação momentânea, como um diálogo testa a testa, ou, então, num conto literário com vários interlocutores, grande parte das vezes por muito

tempo), seja sob qualquer dispositivo enunciativo (um discurso em vídeo, o discurso da propaganda, o discurso de uma carta etc.) em que o escrito chega a existir de fato, mas ainda não como um objeto do discurso, de um estudo analítico discursivo.

A visada de Ducrot, segundo Maingueneau, (apud 2008b, p. 71), prolonga as perspectivas aristotélicas acerca do *ethos*, immanentemente presa ao plano do enunciado, sem que as interferências discursivas existam a partir de um posicionamento enunciativo, diante de uma Instituição que abarca as práticas discursivas – família, polícia, escola, escolas literárias –, de um gênero, de lugar, de um tempo especificado histórico e culturalmente sejam levadas em consideração, tampouco são levadas em considerações as construções feitas pelos destinatários da situação de comunicação. Em outros termos, enquanto Ducrot acredita que o *ethos* está associado ao Locutor enquanto tal – L –, pertencendo à esfera do mostrar, Maingueneau entende que o sujeito se constitui numa instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso. Ou seja, um lugar sócio-histórico materializado em discurso. Instância essa que não pode ser concebida como uma simples perspectiva enunciativa, na qual o sujeito conscientemente se desloca e passa a falar de diferentes posições enunciativas, mas como uma “voz”, associada a um “corpo enunciante” historicamente determinado.

Portanto, o estudo que pretendemos, caudatários aos que Maingueneau realiza sobre o *ethos*, diferentemente aos aristotélicos da *Retórica*, que ligam seus atributos à enunciação em si do orador, o que, dessa forma, valeria se comentar e estudar seria mais os traços sobre o caráter do orador, ou melhor, como ele mobiliza esses traços em sua enunciação do que propriamente o que está garantido em seu enunciado, e aos de Ducrot, que de certa forma prolongam as teorias retóricas não dando atenção a saberes discursivos ou extraenunciativos dos oradores nem do público-destinatário em específico, deve e pode recair sobre elementos da ordem discursiva, para além do orador, contando também os destinatários, em suas possibilidades de adesão. Assim sendo, para melhor explicar a “eficácia do *ethos* relaciona-se (...) com o fato de ele envolver de algum modo a enunciação sem ser explicitado no enunciado.”(MAINGUENEAU, 2006b, p. 268), e completa este autor, dizendo que “Por mais que esteja ligado ao locutor na medida em que este se acha na origem da enunciação(...) o destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extradiscursivo características que são na realidade intradiscursivas, porque estão associadas a um modo de dizer.” (MAINGUENEAU, 2006b, p.268)

Por esse viés de Maingueneau, na cena enunciativa a que um texto se prende, não se tornam suficientes análises de lugar e de dêixis – como um expediente linguístico que

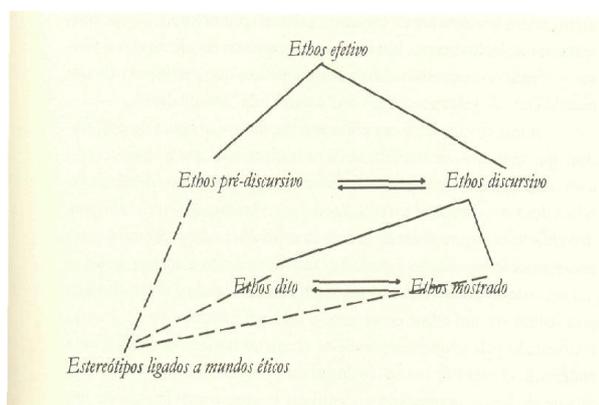
entrecruza os conjuntos realidade e língua – que o compõem. Para ampliar a abordagem do estudo até esses coenunciadores, em forma de adesão discursiva, é preciso ver como discursos que recobrem dispositivos enunciativos, mesmo estes sendo materialmente escritural, faz-se ecoar de uma voz, de uma vocalidade que entoam e dão o tom ao engendramento desse discurso pelo *ethos*.

Assim sendo, a utilização discursiva do *ethos* não deve se furtar ou recusar em relacionar os enunciados empreendidos pelos discursos às vozes e aos tons que estão presentes nas enunciações dos textos em que estão inscritos. Vozes essas provenientes das enunciações, tanto em forma quanto em fundo, e que representam, conforme dito no trecho supracitado, uma entre as várias dimensões das formações discursivas. As manifestações do *ethos* se dariam a um público não só pela vocalidade, mas também por meio de uma espécie de figuração de corpo enunciante, a partir de um construto histórico que se legitima e é legitimado conforme a enunciação dos discursos se desenrola. Assim, de acordo com o estudo de Maingueneau, o porquê de se recorrer:

(...) à noção de *ethos*: seu laço crucial com a reflexividade enunciativa e a relação entre corpo e discurso que ela implica. É insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel. Ela se manifesta também como “voz” e, além disso, como “corpo enunciante”, historicamente especificado e inscrito em uma situação, que sua enunciação ao mesmo tempo pressupõe e valida progressivamente. (MAINGUENEAU apud AMOSSY, 2008b, p.70)

Nessa toada, os estudos discursivos permitem dizer a existência de um *ethos* que se liga à ordem do mostrado e um *ethos* que se liga à ordem do dito. A seguir, um esquema criado por Maingueneau(2008b, p. 83) que nos dá uma ideia visual de seu entendimento de *ethos*:

Esquema 2



Pelo Esquema 2, pode-se dizer, portanto, que o *ethos* de um discurso resulta de uma interação de diversos fatores. Com efeito, quando o sujeito produz uma enunciação, constrói uma imagem de si, um *ethos* efetivo. No entanto, essa imagem de si dialoga numa via de mão dupla, por um lado, com algo que foi dito antes, independentemente, em outro lugar, o *ethos* pré-discursivo, e, por outro, com a reatualização desse já-dito, o *ethos* discursivo. O pré-discursivo e o discursivo, por sua vez, dialogam com uma memória do dizer, um imaginário discursivo constituído de estereótipos ligados a mundos éticos.

Essa memória do dizer, todavia, sustenta tanto o *ethos* dito quanto o *ethos* mostrado e estes, por sua vez, também numa dupla via de mão dupla sustentam o *ethos* discursivo. Examinando mais acuradamente, o linguista francês observa que o tom sozinho não abarca todo o campo enunciativo de um *ethos* ou seu conjunto, *ethé*. Tal forma de vocalidade liga-se também a um caráter, que seria um grupo de traços psicológicos atribuídos pelos coenunciadores à figura de um enunciador do discurso.

Em *Cadeiras Proibidas*, um de nossos materiais, constamos, a princípio, que esse conjunto de traços é preenchido por um enunciador que se posta como testemunha de um tempo estranho, construído sobre o ar da irrealidade de um homem comum, restrito e amplo, anônimo, apagado ou mostrado sob as condições impostas pelo narrador ou pelo ambiente que o cerca, diluído no corpo social, quase um porta-voz de uma notícia qualquer publicada/fabricada pelos periódicos amordaçados e/ou liberados, conforme o caso. O narrador descreve esse cotidiano de um homem parte do todo com, em um primeiro momento, certezas ou garantias sociais, pois tem a vida familiar, empregatícia em certa harmonia.

Esses traços não são caracteres fechados, quase arquétipos depositados no inconsciente dos indivíduos, sendo, portanto, partilhados de maneira geral. Tais traços, conforme listamos com o narrador-testemunha característico de *Cadeiras Proibidas* ao descrever e narrar o universo de sentido do homem criado nas narrativas do livro, aproximam-se mais de algo que seria mais como estereótipos que habitam uma dada comunidade discursiva, culturalmente formada num tempo e num espaço, passível, portanto, de ser coagida por uma prática discursiva de certas Instituições. Esses elementos nos fazem inferir que esses estereótipos sobre diversos elementos, construídos na narrativa, podem ser parte do preenchimento e implicação de elementos pré-construídos sobre a própria gestão do contexto.

A mesma situação vale para a noção de corporalidade. Corpo entendido aqui como algo construído pelos destinatários na leitura, de acordo com a Formação Discursiva de cada grupo. A junção do narrador com a expectativa e construção de sentidos do público

propicia o retorno à própria edificação e execução da cenografia, gerando, entre outras coisas, um fiador de determinados *ethés* – homem prototípico das histórias de fatos diversos e de elementos fantástico-mágicos – tal qual ele está empenhada nos contos de nosso material de análise.

O *ethos* implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. Esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade... (MAINGUENEAU apud AMOSSY, 2008b, p.72)

Agregado a essa forma de manifestação do *ethos* discursivo, por exemplo, em *Cadeiras Proibidas*, o tom de que se investem os contos orbitam sob a vida cotidiana insólita, fabricada, irreal, em que os sentidos são ambivalentes e as situações são impostas, a partir de acontecimentos que beiram o sobrenatural, o estranho. Se pudéssemos centralizar uma definição semântica ela recairia sobre “o estranho”. Estranho mundo de homens no frenético e insólito mundo que habitam. Em "O homem que entrou no cano" (BRANDÃO, 1979, p.103-104), *Corpus-1*:

S.A-15

Abriu a torneira e entrou pelo cano. A princípio incomodava-o a estreiteza do tubo. Depois se acostumou. E, com a água, foi seguindo. Andou quilômetros. Aqui e ali ouvia barulhos familiares(...) No primeiro desvio, entrou. Vozes de mulher. Uma criança brincava. Ficou na torneira, à espera que abrissem. Então percebeu que as engrenagens giravam e caiu numa pia. À sua volta era um branco imenso, uma água límpida. A cara da menina aparecia redonda e grande, a olhá-lo interessada. Ela gritou: “Mamãe, tem um homem dentro da pia.”
Não obteve resposta. Esperou, tudo quieto. A menina se cansou, abriu o tampão e ele desceu pelo esgoto.

Por mais que pareça estranha e irreal a situação, ela conta com a coerência e com a explicação racional. Quer seja com a copartição de outros personagens, que seja com a do público, como falaremos ao explicar a incorporação que pode e deve ser pelo *ethos* do discurso. Ou, ainda, em "O homem que viu os postes dobrarem"(BRANDÃO, 1979, p.63-69), *Corpus-1*, que conta a história de um sujeito-personagem a partir deste tema-título que vê estranhamente postes se dobrarem e aterrorizarem uma cidade inteira:

S.A-16

Andando, notou que os postes estavam vergando, lentamente. Eram de concreto, altos, base grossa, um metro de diâmetro. Vergaram como se fossem de borracha, até que as lâmpadas espatifaram no chão. O povo começou a correr, sem saber em que direção corria. Apenas porque quando alguma coisa fora do normal acontece, o povo corre. O homem é assim, racional. Corre, depois pergunta o porquê. (...) Olhando os postes, com os pés tortos. Começavam a escurecer e a prefeitura tinha instalado luzes provisórias. (...) O homem sentou-se no poste. Nem indignado nem surpreso com as atitudes. Era sempre assim, acomodação geral, ninguém queria nada com nada.

O tom estranho e surrealista permeia a tessitura da trama do conto. Um lugar onde cada um está para si, como se indaga a personagem, mas todos vivenciam a situação anormal, que provém de um fato cotidiano, como outros tantos, diversos, todavia este fato se passa nas instâncias de um mundo insólito. Ele foi fabricado mais uma vez. Postes que atordoavam em pancada os sujeitos estáticos.⁷⁹

Ainda na argumentação de Maingueneau (2006b), para se verificar a qualidade e a eficácia do *ethos* de um enunciador em si, quando progressivamente desenvolvido pela cenografia da enunciação, conforme suas evocações, não deixa de suscitar um modo de apreensão dos seus coenunciadores, que estão sendo interpelados a aderir àquele mundo de posicionamentos, bem como um anti-*ethos* que seria, na realidade, o que se mostra e/ou não mostra como o não objeto a ser incorporado do discurso, algo da ordem do silenciado.

Com essa ordem de elementos não ditos, a que a teorização discursiva do *ethos* conclama como anti-*ethos*, há correlativamente a figura do anti-fiador, que seria a construção de uma imagem estereotipada daquele em que não se deve apoiar nem se deve seguir para a incorporação do discurso. No entanto, esses elementos que autores ligados a determinadas FDs utilizam não recobrem sozinhos toda a grade semântica em que os sujeitos-leitores, coenunciadores de uma enunciação discursiva, são levados a se inscrever.

Nos contos de *Cadeiras Proibidas*, ao se transpassarem as cenas validadoras do seio familiar, de homens e mulheres comuns em situações insólitas, gerindo seu cotidiano, tem-se a evocação de outras cenas validadas pelo antiethos dos sujeitos que não o queriam pertencer a este mundo ético, apoiá-lo, a partir de suas resistências, a partir de sua descobertas, de situações impingidas. Sujeitos outros que em algum momento também

⁷⁹ Como adendo, esta história de um furor humano diante de uma situação estranha ou de fatores desconhecidos parece relacionar-se a um fato realmente ocorrido em 1938, quando Orson Welles adaptou a obra **A guerra dos mundos**, de H.G. Wells, como uma novela radiofônica, causando grandes histerias nos EUA dos anos 1930, onde as pessoas de fato acreditaram na trama recriada pela novela de Welles e que o mundo passava por uma invasão alienígena.

sustentam a cenografia para, dessa forma, culminar na incorporação a que o texto se destinava.

Quando a discursividade vê-se integrada aos elementos do *ethos*, o discurso passa, então, a amalgamar-se ao corpo de características semânticas em que está investido. Essa noção refere-se, segundo Maingueneau, a “incorporação para designar esta mescla essencial entre uma Formação Discursiva e seu *ethos* que ocorre através do procedimento enunciativo.”(MAINGUENEAU, 1997, p. 48).

Uma incorporação que acima de tudo se dá ao nível textual, embora pareça óbvia esta incorporação; ainda completa o autor: “A ‘incorporação’ que o *ethos* convoca desenvolve a si mesma a partir de uma corporalidade tão evidente que corremos o risco de esquecê-la: a do texto. A obra não é apenas certo modo de enunciação, constituindo ainda uma totalidade material que, enquanto tal, é objeto de um investimento pelo imaginário.”(MAINGUENEAU, 2006b, p.287-288)

Os estudos da AD, pelo menos até um segundo momento de irrupção epistemológica, sobretudo em torno dos trabalhos de Michel Pêcheux, recorreram muitas vezes para explicar a inscrição de sujeitos a uma determinada formação discursiva por meio das teorias althusserianas de assujeitamento, que, com várias nuances, faria a identificação entre sujeitos e Formação Discursiva.

Essa forma de incorporação para o estudo do *ethos* no discurso, de acordo com Maingueneau(1997), não resolveria de boa maneira a questão da participação dos coenunciadores na eficácia de um discurso, pois estes sujeitos que se encontram em um dos polos da enunciação discursiva não são interpelados ou arrebatados por conteúdos da ordem de seus interesses; estes indivíduos têm seu acesso registrado por meio do dito e como esse dito é realizado, a sua maneira de dizer, que está arraigada na maneira de ser de um imaginário socialmente vivido, mas histórico-ideologicamente construído, ou seja, a adesão dos sujeitos passa pela interpretação da incorporação tal como descrevemos:

Se o discurso pode “assujeitar” é porque, com toda verossimilhança, sua enunciação está ligada a esta possibilidade; a noção de “incorporação” parece ir ao encontro de uma melhor compreensão de uma melhor compreensão deste fenômeno. Em compensação, caso nos contentemos em explicar a adesão dos sujeitos através da projeção de estruturas sócio-econômicas (pertencer a tal grupo social obriga a acreditar em determinado discurso), manteremos uma relação de exterioridade entre discurso e sociedade. (MAINGUENEAU, 1997, p.49)

Dessa forma, essa aproximação feita pelo *ethos* do fiador com seus interlocutores, direta ou indiretamente, é chamada, na esteira de Maingueneau, de incorporação, pode, por seu turno, investir-se de três maneiras, basicamente:

A) pela Formação Discursiva como aquilo que garante e dá a corporalidade para o enunciador do discurso, ao mesmo tempo em que dá corporalidade à figura do destinatário; é essa forma discursiva quem regula essa ação de corpo textual. O fiador, um elemento do *ethos*, é parte constitutiva, por sua vez, desse processo e também toma corpo por meio da enunciação do texto em questão de análise;

B) por aquilo que é da ordem da incorporação, o que define, por seu turno, os esquemas para os sujeitos habitarem o mundo, a sociedade, a instituição discursiva, ou seja, o coenunciador entra na situação de enunciação absorvendo certo esquema que lhe permite uma maneira específica de se relacionar com o mundo, sendo edificado também seu próprio corpo;

C) e por fim, essas duas condições primeiramente elencadas (a e b) definem a condição de incorporação imaginária dos destinatários ao corpo construído nas duas pontas da enunciação, levando à frente essas duas formas referidas de incorporação e construindo um corpo de uma comunidade imaginária que divide entre si um discurso identificado⁸⁰. Os sentidos que embebem um dado discurso se manifestam tanto por esse modo de posicionamento no interdiscurso quanto pelo seu próprio modo de dizer. O coenunciador não está diante de um texto apenas para vislumbrar a boa disposição de seus caracteres, mas sim para ser interpelado à aderência.

De nosso caso, a incorporação alinha-se à perspectiva do *ethos* do discurso sob a forma como está posta engendramento da cenografia dos contos de nossos materiais de análise. Pelo estudado e compreendido até o momento, *Cadeiras Proibidas*, pode-se observar estas categorias por meio de sujeitos-interlocutores que se veem cativos pelo olhar de um narrador-testemunha que emprega, pelos expedientes morfossintáticos da cenografia, a forma verbal de pretérito imperfeito, deixando o sujeito oracional ou qualquer responsabilidade pela embreagem do texto em aberto.

⁸⁰ Embora estejamos indiciando haver um locutor que ao passo que desenvolve sua enunciação investe-se também de um *ethos*, instaurando ainda um fiador no plano enunciativo, ressalta-se nisso que não há um caráter subjetivista, como à primeira vista possa parecer nesse uso da linguagem; ao contrário, tom que recobre certa vocalidade de um texto ligado a uma dimensão identificadora de certo posicionamento discursivo.

Dito de maneira diferente, agindo dessa forma, o discurso autoral dos textos constrói um *ethos* não somente pelo homem singular e universal que percorre um trajeto dentro da narrativa sob a perspectiva e sanção de um narrador, mas também pela incorporação de sujeitos-interlocutores nas mesmas condições, em razão das próprias condições de produção, que são geridas no engendramento cenográfico e na *performance* dos acontecimentos dos textos. *Grosso modo*, e a título de exemplo: "O homem que viu o lagarto comer seu filho" (BRANDÃO, 1979, p.35-41), *Corpus-1*, como já aventado em Ponsoni(2011, p.130-131), o narrador-testemunha credita um espaço não só para o universo do homem restrito da narrativa, descrito muitas vezes nas orações adjetivas restritivas, mas também ao homem amplificado que se encontra no outro polo – destinatário – à espera da incorporação cenográfica. Esse flanco enunciativo permite que o engendramento da cenografia encontre muitas fontes enunciativo-discursivas, na qual diversas pessoas (Eu-Tu/Você) podem assumir tal embreagem enunciativa ou até mesmo uma não pessoa "Ele" pode sentar à crista dessa onda. Isso se manifesta de tal sorte que, por exemplo, temos

S.A-17

Empurrou a porta e encontrou o bicho comendo o filho mais velho, de três anos e meio. Era semelhante a um lagarto e, na penumbra, pareceu verde. Paralisado, não *sabia se devia* entrar e tentar assustar o animal, para que ele largasse a criança. Ou se *devia* recuar e pedir auxílio. Ele não sabia a força do bicho.

Como na dimensão cenográfica, correlata à noção de *ethos*, em Ponsoni(2011) chamava-se a atenção para os verbos destacados em itálico – pretérito imperfeito modo indicativo – podem ser assumidos por um "eu" ou por um "você". O "eu" pode ser o homem que tentava lutar contra um lagarto invasor e que devoraria seu filho. Pode ser também um "eu" a partir da perspectiva do narrador-testemunha. Além disso, pode ser um "Tu/Você", pois a forma verbal se mantém neutra em razão do modo de conjugação, bem como da concordância que ele suscita. Assim, é como se o narrador-testemunha e a personagem homem apontassem para o próximo a entrar naquela situação: você.

Todavia, o inscritor elaborou a cenografia de tal forma que, quanto mais ela avança, mais os sujeitos são incorporados àquele mundo estranho, irreal, fabricado, presente, pesado e hostil, haja vista que a designação verbal pode suscitar um terceiro elemento no plano enunciativo, a não pessoa "ele". Como se fossem raízes tumorais, eu, você, ele, ou

todos juntos, estamos solapados por essa realidade irreal, exatamente a este nó paradoxal que as amarras cenográficas nos faz aderir.

Como ressalva, dois aspectos: **1)** embora o pronome “você” pessoal seja de segunda pessoa, isto é, a conjugação com o verbo “saber” do exemplo “deveria ser”, portanto: “Tu sabias/Você sabias”; entretanto, isso não ocorre quando o pronome é “você”, recaindo, então, sua concordância numa terceira pessoa, como se fosse um ele, a não pessoa: “Você sabia”. Em razão disso também utilizamos “tu” e “você” como sinônimos; **2)** uma vez mais, o “ele” aparece não elíptico na última oração do trecho do conto citado quando o narrador o faz surgir.

Isso denota que nas duas orações poderiam ser incorporados à construção o “eu” homem ou um “você” destinatário, qualquer sujeito que vivesse tal realidade estranha pela qual aquele mundo construído no texto abrigaria conforme aventamos; entretanto, o direito de aparecer, o direito de dizer e ser dito ainda esta na voz de narrador que testemunha e seleciona aquilo que pode e deve ser dito. Dizendo diferentemente isso, até as ambivalências, até os fatos a ser construídos e quem os constrói está fora do alcance do fiador “homem” restrito das narrativas e do “Tu/Você” sujeito a aderir a esse mundo estranho e de uma realidade irreal. Há também se valer da questão propriamente do eu-outro, em que esse outro se recobre no texto a partir de sua gestão das condições de produção e que podem ser admitidas no *ethos* dos textos emanados

Esse conto em questão é prototípico de ambivalências e sentidos fluidos, fabricados. O tema-título “O homem que viu o lagarto comer seu filho”, em que a utilização do pronome possessivo “seu” desperta forte ambivalência, haja vista que pode ser o filho do homem, do seu do destinatário e, até mesmo, do lagarto. Esta dúvida se dissolve no decorrer do texto, mas causa o primeiro estranhamento. Em **S.A-18**: “A mulher chamava e ele pensou: o menino não chorou, não deve ter sofrido. Voltou ao quarto ainda com esperança de salvá-lo pela manhã e decidiu nada dizer à mulher. Apagaram a luz, ele se ajeitou, cochilou.” Estranhamento aparece um verbo (aparecer) conjugado em terceira pessoa do plural. Seria pouco provável que ambas as personagens, mulher e o homem, apagassem ao mesmo tempo a luz. Tanto isso é um movimento da cenografia possível que a sequência é “ele se ajeitou, cochilou”. Se eles tivessem feito o movimento de apagar a luz juntos, teriam também se ajeitado na cama e depois dormido. O narrador teria descrito essa cena, uma vez que ele é testemunha.

Apagar a luz pode ser diminuir o pensamento, não pensar; pode ser a ação de uma não pessoa que amordaça e reprime. Além disso, “ele”, pronome pessoal quando utilizado para designar um conjunto de pessoas atuando, plural “eles”, denota os movimentos cenográficos como causadores da designação dos alçoes do homem restrito do cotidiano ou os que lhe impingem ações, emoções e vivências de todo gênero. Um movimento verificado no texto como um todo.

Falamos nessa toada acerca da adesão de sujeitos a um discurso. Contudo, é necessário haver uma aderência também da ordem corporificada aos atos enunciativos. Isso advém de um *ethos* e de um tom passado por um enunciador quando este o é um fiador de dado mundo ético-ideológico, representado pelos efeitos de sentidos. E boa parte da adesão dos destinatários de um discurso se dá na movimentação impelida pelo *ethos* do fiador. Este procura se incutir e enunciar em sua locução valores social e historicamente constituídos e estereotipados, e que identifiquem não somente a si, mas crie o espaço, o mundo, a que os seus coenunciadores devem ocupar.

Essa sua enunciação discursiva se faz compatível com este mundo que se pode e deve adentrar na medida em que, progressivamente, o *ethos* do fiador faz surgir em seu enunciado, retroalimentando também sua enunciação. Assim sendo, a qualificação do *ethos* pelo fiador é investida justamente por esse motivo de ordem paradoxal, isto é: a maneira de o fiador dizer e de construir o mundo ético possível que se quer à aderência por parte dos coenunciadores está, por sua vez, em seu enunciado, rastro de um discurso.

Portanto, em *Cadeiras Proibidas*, o discurso autoral das narrativas designa sob a figura de um homem, singular no tema de trajeto “O homem cuja orelha cresceu”, “O homem que viu o lagarto comer seu filho”, “O homem que telefonou para ele mesmo”, em que pode se notar a presença da restrição, o qualifica e o descreve como aquele homem singularmente, único(ao menos nessa enunciação); esta restrição aparece também com a definição do artigo “o” homem; todavia, esse efeito de fiador não deixa de ser universal justamente por ser um substantivo que designa os indivíduos da forma mais ampla.

Disso podemos inferir que esse mundo ético a que pretende aderir pode, por seu turno, abrigar qualquer sujeito, tanto pela singularidade quanto pela amplitude, mas que vivem as condições de produção insólitas, vigiadas, opressivas de um outro lugar, mais contextual, e não somente textual.

3.1.6 -) Esboço analítico entre teorias

De uma perspectiva em que se conjugam mais detidamente *ethos* e estereótipos, um conto de nosso *Corpus-2* nos serve de base para argumentar aquilo que se quer demonstrar por meio da teoria e hipóteses de trabalho. Na sequência, "Senhor Diretor", que está *Seminário dos ratos*, de 1977, páginas 4 a 10.

Neste texto, a narrativa enunciada não somente mobiliza o enredo com a personagem-protagonista a partir da construção do nome da personagem, Mimi, mas ainda mobiliza elementos entreligados a noção-conceito de estereótipo, assim como, à luz de nosso mirante teórico, de imagens de si por meio de um *ethos discursivo*. A imagem de si é um estereótipo, mas o efeito de sentido é um *ethos* que pode evocar uma certa constituição, por composição, adesão etc.

O próprio conto inicia-se com a narração descrevendo uma prosaica cena cotidiana, com fatos aparentemente desconexos. Contudo, uma leitura compreensiva sobre o todo do conto nos revela a presença de grande metáforas, *grosso modo*, representadas nas hesitações e lamentações no conflito da personagem-protagonista, Mimi, quando passa a observar comportamentos de seu tempo em relação à moral que a norteia. Esse nome próprio dado a personagem não apenas revela-se motivado no nome em si, mas nas próprias imagens que a narrativa constrói das descrições que arquitetam o porquê de uma personagem lamentosa ao tom de seus pensamentos, presa a diversos estereótipos de sua auto-imagem discursiva.

É possível observar a secura de algumas dessas lamentações na metáfora seca no Nordeste, ou seja, uma falta de umidade numa região já seca, ao contrário de outro lugar, Amazônia, que além de fonte de vida, fauna e flora fortemente exuberante, estava, pela narrativa, no período de cheia por conta do grande índice pluviométrico. Entre descrições e recordações a personagem-protagonista, Mimi, faz referência a um diálogo com uma amiga, Mariana, em que conteúdo toca em parte a questão da sexualidade, já de início tabu e estereotipado pela personagem-protagonista.

A amiga, descrita na narrativa, assistira a um filme, que não se revela nominalmente, mas que se pode inferir ser *Último Tango em Paris*⁸¹, proibido inclusive pelo

⁸¹ Filme produzido em 1972 e dirigido por Bernardo Bertolucci, esteve envolto em muita polêmica, como dissemos proibido em alguns países, como o Brasil. O filme aborda questões sobre liberdade sexual em relações não canônicas aos padrões morais existentes a época, tabus sexualistas, como sodomia, relação entre amor, sexo, religião etc.

governo político brasileiro entre 1964-1985, a chamada Ditadura Militar, talvez por isso tenha assistido em Paris. Tabu, como dissemos, pois há de início um ar de reprovação, com a classificação da atitude de Mariana como algo de uma pessoa debiloide. E a apreciação de Mimi sobre a questão se resume logo na sequência com a oração predicativa com verbo ser: **S.A-19** "É o cúmulo!", referindo-se ao episódio narrado anaforicamente a essa constatação .

No entanto, no prosseguir da narrativa, a despeito do já julgamento da amiga e pré-julgamento do filme(pois a personagem Mimi não assistira ao filme), o mundo "real", ou pelo pelo menos, possível na trama, faz o discurso, estereotipado, entrar na ordem da discursividade das práticas institucionais e comerciais dos saberes sociais. A personagem se pauta em diversas observações estereotipadas para compreender o mundo em que vive, tornando-a de fato repleta de um conservadorismo explicável também em razão de sua idade designada e da própria auto-imagem que quer postar a um auditório de suas ponderações. Mimi 61 anos e Mariana 64 e meio.

A sua idade torna-se um obstáculo para avançar na compreensão do mundo, mas o avanço da amiga também é um obstáculo para personagem-protagonista, uma vez que ela julga que as pessoas de maior idade não devem ser colocar diante do mundo sem uma relação pré-construída de pudor. **S.A-20** "Três anos mais velha do que eu, sessenta e quatro e meio. E se deliciando com a cena de um anormal pedindo manteiga."

A relação com a vontade de saber sobre um tema tabu, por exemplo, sexualidade, faz a personagem Mimi compreender o mundo sob filtro perceptivo da dicotomia "normal/"anormal". Para ela, atinada a seus valores morais e possivelmente circulantes em um interdiscurso do mundo possível da personagem, o anormal designa aqui um sujeito que "foge" a certo padrão de sexualidade e comportamento, e que bem possivelmente foge a outras normalidades subjetivas e sociais. Ou seja, a iniciativa de Sodomia, a que se refere a cena do filme, faltaria com respeito a quê?

Neste caso, a uma certa moral padrão de família e bons costumes, que mantém um grande recato e postura de comportamentos a homens, mulheres, crianças, pessoas públicas, homens políticos etc. A propósito, no mundo da narrativa, a questão da moral e pudor para manter-se como bom sujeito faz gestão e traz a si elementos que podem ser muito bem encontrados circunscritos às condições de produção históricas da própria narrativa, em que esse estereótipo do padrão familiar sadio, sem capitular às chamadas corrupções e liberações próprias do tempo real exterior à narrativa, é uma constante perseguida, ainda que ambivalentemente pela personagem, ao longo da narrativa, conforme se verá e analisaremos.

S.A-21 "Se uma mulher de sessenta e quatro anos e meio se deixa levar como uma folha na correnteza, o que dizer então dos jovens. Meus Céus, meus Céus". Pudor, em sua concepção mais arraigada, pode-se compreendido como sentimento de vergonha, causando até sensações de mal-estar e de timidez, provocadas por algo contrário aos bons costumes, um padrão pré-concebido de estereótipos de como deve ser um comportamento esperado em dada conjuntura histórico-ideológica, mas também condição de possibilidade a mundos criados em plataformas ficcionais, como o é o caso.

Esses sentimentos e comportamentos podem ser resultantes de uma educação severa, normalmente baseada no cumprimento de preceitos religiosos que fazem com que uma pessoa se sinta envergonhada ao mostrar certas partes do corpo em público ou mesmo ao vê-la, ou, ainda, ao saber que determinadas pessoas, sobretudo de próprio grupo de convívio, veem ou praticam em sua intimidade relações não propriamente dita normais a dados padrões.

O excesso de purismo e, porque não, vergonha, que, normalmente, é causado por um fator cultural provoca constrangimentos ao ter que falar e/ou praticar certas ações (ou comportamentos) relacionados com a sexualidade (funções corporais, sentimentos particulares etc.). Um grande recato causado pelo desrespeito às ações que vão de encontro à chamada decência.

Mas é ao voltarmos a atenção à **S.A-22** que veremos a arquitetura da formação discursiva do enredo da narrativa. Por meio da oração adverbial condicional, iniciada pela partícula condicional "Se", a personagem se indaga sobre a atual condição, desestruturada, da juventude, ao relativizar à imagem de si como a detentora de uma moral pura, que não pode ser rompida, quebrada, sequer pensada. De outro modo, ela se vê e projeta como uma reserva moral, baseada em estereótipos elementares, circunscritos em saberes históricos, de uma pessoa mais velha dever e poder ensinar a outros, geralmente mais jovens, e ao se indagar que, se ela, ainda vivente da moral e bons costumes "certos" pode cair em hesitação, o que será do resto, desamparados de norteamentos do bem e do correto.

O que a faz na sequência evocar aos céus, em claro apelo ao metafísico, talvez um Deus, como o vocativo "Meu deus", colocando-se ainda como canal de interligação da moral pura, divina, talvez da sua própria formação basilar, e deixar a suposta imoralidade sentida por ela, na vida mundana. E aponta o que são, sob sua posição discursiva, os males "atuais" para a juventude e para o mundo. **S.A-23** "jovens sem estrutura, sem defesa, vendo esses filmes. Essas publicações. Televisão é outro foco de imoralidade. Anúncios mais sujos, uma afronta".

Ao então se autorreferir como reserva de uma moral pura de bons costumes e defensora, portanto, de um lugar social que não se pode corromper e não pode deixar como vácuo aos jovens se perderem, ela toma um posicionamento bastante claro, a princípio. E disso resulta uma ação para fazer valer, neste momento, sem hesitação, sua missão diante de uma sociedade se corrompendo. Escrever a um jornal e alertar para os perigos que rondam a sociedade, ora, ficcional. É possível observar que a personagem passa de uma posição subjetiva e reflexiva – *i.e.* crer que há discursos que se propagam por vários meios de difusão e que, supostamente, atentariam a uma prática moral elevada – a um posicionamento mais proativo, em que decide se engajar e se fazer porta-voz.

Sobre isso, é interessante lembrar aqui um estudo do pesquisador Carlos Fico, no qual avalia que uma série de cartas endereçadas a jornais e aos censores durante o período militar⁸² apelam justamente para um salva-guarda de morais e costumes em propagandas, filmes, programas televisivos, entre outros. Isso denota uma prática comum de pessoas circunscritas nas condições histórica de produção da conjuntura da publicação, implicado a considerar a relação refratária que a narrativa mantém diante dos reflexos no mundo histórico e, com isso, criar ao menos um mundo possível além da própria ficção nas ações descritas pela narrativa e suas personagens, portanto possível dizer que seria uma prática de mundo possíveis.

Assim, há de se ter em mente uma dada condição de produção, em que é possível depreender que, ao se fazer uma imagem de si, tal qual uma reserva de moral, cria-se um tom na narrativa para um *ethos* de moralista e digno de exemplo, edificante das inscrições discursivas, ela se posiciona, assim, a dizer que enquanto Locutora A, de um dado discurso, é alguém que pode falar a B, um tal Senhor Diretor e um auditório mais amplo, lugares estes discursivos e sociais que podem ressoar suas concepções ideológicas. No entanto, para além disso, ao falar a auditório mais amplo, qual seja: a) o Senhor Diretor; b) aos jovens, pelos quais ela se preocupada, devido à falta de estrutura; c) aos iguais, para que não hesitem nessa empresa moralizante, tal qual a amiga de 64 anos e meio, propensa, segunda a concepção da personagem a entalhar em sua biografia elementos que não corroboram ao virtuosismo moralista; d) a todos os outros que leiam a carta, concordando ou discordando, a personagem-protagonista, Mimi, se desloca um pouco de sua determinação saturada pelo próprio nome próprio (Pêcheux, 1988), a qual incide sobre lamuriosa prosa e

⁸² Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi05/topoi5a11.pdf>. Acesso 23/2/2015.

qual se preenche de estereótipos para uma mobilização mais ativa em sua inscrição discursiva dentro da trama narrativa.

E como a personagem faz tal mobilização discursiva? O faz mobilizando certos elementos discursivos – sobretudo de interdiscurso, como pré-construído de um dever ensinar e ser um bastião da moralidade, do saber, do referente feminino, muito calcado nos processos históricos de o que deve ser e fazer mulheres na posição enunciativa que Mimi assume – para formatar e corporificar um *ethos*, neste momento a defender e implicar em sua ação, e uma apresentação de si (imersa, além de muitos estereótipos socioculturais, que em muitas medidas se alinha aos elementos interdiscursivo que mencionamos em linhas anteriores), abalizados, como dissemos, na posição enunciativa em que ela se coloca, como referente e obrigada a ser um pilar de moralidade, como verificaremos ao desenrolar da narrativa, bem como das próprias análises aqui empreendidas.

O que vale dizer então que, ao se dirigir ao jornal, ela faz uma apresentação de si no enunciado posto: **S.A-24** "Senhor Diretor: antes e acima de tudo quero me apresentar, professora aposentada que sou, paulista, solteira. Um momento, solteira, não, imagine, por que declinar meu estado civil?". Nota-se no excerto em questão que a personagem-protagonista, num ato de locução de seu discurso, criar atributos que compõe a descrição de si. Mas isso não necessariamente se dá a um *ethos* discursivo efetivo. Apesar de a apresentação de si ser importante – nós diríamos necessária até – ela não o é suficiente pela teoria discursiva de Maingueneau. Valeria até para teorias retóricas, mas não necessariamente nas discursivas.

É preciso que exista, para que a prova do *ethos* valha, certa mobilização de elementos que digam discursivamente antes da própria enunciação, que seja elementos pré-valorizados e que na cenografia atualizada da enunciação discursiva complemente e componha o locutor que chama a si essas imagens pré-concebidas e as traga para um público ora mobilizado. Isto sim fará um *ethos* efetivo e ecoante para um determinado tipo de discurso e sua interação presumível.

Ainda no trecho das marcações supracitadas há uma formulação dizível que visa atribuir um certo *ethos* de autoridade, legitimidade ao que pretende sustentar. Com a expressão adverbial: "Antes e acima de tudo", ela faz um introito do que julga relevante a compor sua imagem diante do Senhor Diretor. A questão de se apresentar dessa maneira, ou seja, essa introdução locutória estar antes e acima de todas é relevante para mostrar quem é a personagem que se dirige ao Diretor. Entretanto, esse expediente linguístico adverbial fornece

também a entrada de algo que fala antes da própria apresentação de si. Não somente fala por força da ordem da língua, mas sim e porque um discurso requer algo que seja acima anterior e acima de tudo, isto é, se algo da ordem histórica vem nesses termos é porque se faz imprescindível à enunciação discursiva.

Assim sendo, a imagem que ela faz de si - e veremos que ela também se constituiu como professora, paulista etc., a faz se inscrever em alguém que possui um saber a dizer. Dito de outro forma, uma espécie de quem é ela para lhe dirigir algo e quais elementos ideológicos lhe permite dialogar e dizer tudo o que pensa sobre os tempos do mundo possível da atualidade narrativa. Esses traços ideológicos transitantes, diga-se, em feixes, se coaduna à própria teoria interpretativa de Pêcheux sobre a questão das condições de produção(já citada na página 105) e, mais ainda, como isso interfere nas inter-relações comunicativa entre sujeitos.

Com isso, a personagem-protagonista se inscreve em uma discursividade, então, como "Professora aposentada", "Paulista". Professora denota a profissão de ensino, de um caminho pedagógico, de reflexão, de ensinar, ou seja, alguém, como quer alguns, que assume certa missão, vocação, e e aposentada, como alguém que passou por longo tempo não só na profissão, mas também na vida. E paulista, o substantivo que denota o local de origem da personagem. É gentílico do Estado de São Paulo, estado este conhecido pela vocação desbravadora, que se posiciona e cria uma imagem de si, de liderança e de condução, de "locomotiva", traduzida muitas vezes pelo lema do estado, em latim: "Pro Brasilia fiant eximia" (em tradução livre "Pelo/Para o Brasil façam-se grandes coisas") ou mesmo o lema da própria cidade: "Non duco, ducor"(em tradução livre "não sou conduzido, conduzo"). Enfim, os lemas mobilizados de uma memória histórica à fala da personagem-protagonista e o lugar discurso do qual ela deve e pode enunciar e mais ainda com quais estereótipos ela pretende dialogar a um público, ora nominado Senhor Diretor, que abrange, pela própria natureza do jornal, a um outro público ainda maior. Essa mobilização faz para além da apresentação de si um dado *ethos* que amplia e cria um espaço interlocutivo para que outros sujeitos adiram a tal mundo criando a partir da enunciação da personagem no discurso da narrativa.

No que tange à perspectiva do nome da personagem Mimi, ao se declarar como professora, paulista etc., ela faz uma descrição de si que, além de compor a sua caracterologia, faz uma composição à fundamentação de seu nome, afinal Mimi, nome da personagem, é a junção e compilação de todos os atributos de Mimi. Essa afirmação parece simplória e tautológica, a primeira vista. Todavia, se pensarmos na composição de nomes próprios em

Pêcheux(1988), a qual está em diálogo direto com Frege, é possível pensar que todos os enunciados descritivos, que trazem inclusive as imagens pré-construídas do que é ser algo ou alguém, são de suma importância para compor o que Pêcheux chama de saturação ideológica.

Todas as condições históricas de produção, no caso dentro do mundo possível da narrativa, são importantes para entender como se forma discursivamente a personagem-protagonista. Não é óbvio, portanto, nesse sentido enunciativo-discursivo, os efeitos de sentidos discursivos que são produzidos na narrativa quando a personagem evoca elementos de saberes identitários e subjetivos(ser professora, ser uma pessoa mais velha, que não admite cair em tentações, apelar a Deus como redentor e sabedor de respostas, que se diz preocupada com a ordem da moralidade, inclusive entre os seus e por isso também toma um posicionamento de se dirigir a um público amplo, passando pelo aval de uma figura discursiva que indica poder de comando 'Senhor diretor'), tampouco óbvio os elementos discursivos como um encadeamento enunciativo hesitante, a utilização de sentença condicionais, topônimos de lugares conservadores, como São Paulo e com movimentação histórica acerca de rumos de nação e de sociedade etc.).

Dessa forma, as descrições acerca da personagem-protagonista não só compõem Mimi, mas criam estereótipos de Mimi, de outras personagens, do ambiente sócio-histórico e um mundo possível plasmado via o *ethos* discursivo criado, em que se tem a moral e o tabu de o que pode e deve(ou não pode e não deve) a um sujeito fazer em determinadas condições históricas.

Por essa via, de um lado, a teoria de Frege não funcionaria em toda sua plenitude para esse caso nem outras teorias descritivistas, uma vez que em nossa perspectiva, do ponto de vista ideológico, no funcionamento discursivo, todas as descrições que compõem e constroem a personagem-protagonista, assim como o próprio enredo, não são passíveis de outras descrições a ponto que não se percam os efeitos de sentidos possíveis de interpretação da narrativa.

Explicamos de outro modo: se poderia criar outros elementos linguístico-discursivos para a trama deste conto; entretanto, dadas as condições de produção do texto, as possibilidades de gestão desse contexto criacional pelo discurso da narrativa, a saturação ideológica da personagem Mimi, baseada em lamento de vida, hesitante em conflitos morais e, ao mesmo tempo, a proposição de uma enunciação discursiva virtuosa no que tange à edificação moral, não se faria constituidora da narrativa de formas em que a cenografia utilizada pela trama não fosse como tal qual a assumida em questão nem mesmo as imagens

discursivas e/ou estereótipos utilizado no discurso da personagem Mimi para montar sua imagem de si e que se dá a refratar pela narrativa, refletindo, sem dúvida, muitos mundos possíveis, mas que o leitores da época e da atualidade tendem a se inscrever pautados pela evidencialidade⁸³ da fala da personagem e pela própria condição histórica de produção.

De outro lado, nem conseguiríamos criar também os mesmos efeitos de sentidos discursivos nas histórico-causais, pois tendo o estereótipo a ver com a *doxa* (uma certa coadunação de opiniões, debates e "pensamentos" socioculturais) o nome e a descrição valeriam para outros mundos possíveis, mas especificamente o da cenografia enlaçada na dimensão do ethos discursivo que a narrativa busca alcançar. Ou seja, professora, paulista tem validade para estas condições de produção e não necessariamente em qualquer mundo possível.

É preciso compreender que ela se valida para estas condições e para este mundo, onde a maneira própria de se plasmar os discursos reverbera na validação da própria enunciação do texto tal qual ele se mostra. Além disso, ao assumirmos que um fato literário, da perspectiva discursiva, não dissocia fundo e forma, se faz interessante notar que não há uma divisão – claramente constituída – entre ficção e realidade, pois paulista, professora, traz questões pós-dualistas, como na concepção de invasão de ideias corruptoras é bastante difundida, até mesmo possibilitou, se quisermos entrar na seara das condições histórica da irrupção do conto, a sustentação do golpe militar aplicado em 1964, *i.e.*, alguns anos antes da publicação do texto, em um regime ditatorial que ainda ecoava forte tanto na parte simbólica quanto na parte institucional.

Pela narrativa, ao se usar o verbo invadir, não está impunemente fazendo uma alocação de discurso. O trecho **S.A-25** "A coisa já invadiu a intimidade dos nossos lares, não tenho filhos, é lógico, mas se tivesse estaria agora desesperada, essa mania de iniciar as crianças em assuntos de sexo, esses livros". A utilização de invadir, além de dar a ideia de violação, se parafraseia com a ideia de opressão ideológica. Poderia dizer: A opressão chega à nossa intimidade/ A opressão já é parte intrínseca dos discursos das práticas cotidianas; isso pode acarretar também a criação de determinados tabus ou melhor temas-tabu. "A coisa" se

⁸³ Ainda que não seja escopo de nossa pesquisa, a palavra "evidencialidade" refere-se a uma concentração de estudos dentro do campo e domínios dos estudos da linguagem. Para mais informações acerca do tema, remetemos em especial a dois ótimos trabalhos: Mônica Graciela Zoppi Fontana; Valda de Oliveira Fagundes. A evidencialidade e a construção das provas nos delitos de palavra: calúnia, difamação e preconceito racial. In: **Estudos da língua(gem)**, v.10, p.63-85, Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/ojs/index.php/estudosdalinguagem/article/view/251>>. Acesso em 23/2/15; Anna Flora Brunelli. Confiança e otimismo: intersecções entre o ethos do discurso de auto-ajuda e do discurso da Amway. In: Ana Raquel Motta; Luciana Salgado Salazar. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

ressignifica na ação de invadir. A coisa pode ser a moral que quer atentar e invadir estereótipos de bons costumes, mas pode ser também ideologias, tidas como perversas, subversivas, resistentes à época descrita na narrativa, que vem da gestão das condições de produção do discurso do texto.

Todavia, num caso ou noutro, a invasão de conteúdos ligados à sexualidade é bastante lapidar à preocupação de uma suposta moral pura. Nesse caso tem razão os estudos Deonísio da Silva e Sandra Reimão⁸⁴ que mostram que a censura a obras artísticas, sobretudo, se dava em temas que supostamente atacavam a moral e aos bons costumes e temas relativos à sexualidade.

Ao tratarmos a enunciação e o discurso de nossos materiais de análise dessa forma, caudatários à teoria de Maingueneau sobre a categoria de *ethos* no discurso e de Amossy sobre estereótipos, tentamos nos apartar da noção de um discurso resultante da ocasional junção entre uma conjuntura histórica e uma forma, travestido em gênero discursivo, funcionando com essas facetas distantes umas das outras.

Dito de outra forma, por um lado, o fundo da composição histórica e ideológica da enunciação discursiva; por outro lado, a forma composicional em que se empreende tal enunciação, algo da ordem do estilo e marca de uma estética. Discurso, tal como tentamos o empreender aqui – e no trabalho todo –, é um acontecimento social e histórico, impregnado por ideologias, mas contando com um fiel da balança que tenta não pender nem para o plano totalmente textual nem para o plano totalmente histórico.

Há de estudar o dispositivo enunciativo em toda sua composição e o discurso como um todo, não apartando a forma composicional e o conteúdo estrutural da obra. Esses elementos não podem ser distendidos, seja pela ordem dos conteúdos, seja pela gestão e legitimação da cena enunciativa de um discurso. Expor e refletir, sobretudo, nas argumentações de *ethos* e estereótipos, parece-nos ser o lugar interpretativo-analítico em que discurso literário demonstra ter instâncias peculiares.

Entretanto, por outro lado, como todo discurso ele deve ser apreendido em seu todo, o que faz sobrar algumas arestas para além do *ethos*. Esse movimento de estudo discursivo de maneira ampla, sob diversos eixos de possibilidade, a análise do discurso francesa realiza com maestria há 40 anos pelo menos. De nossa parte, tentamos deslocar essa forma de abordagem ao texto literário, examinando-o como um dispositivo enunciativo para

⁸⁴ Deonísio da Silva. **Nos bastidores da censura**: sexualidade, literatura e repressão pós-64. Barueri, SP: Amarylly, 2010. Sandra Reimão. **Repressão e resistência**: a censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

lhe reter em seu máximo, e isso nos fez refletir que muitas formas de dizer e mostrar no discurso literário não estão apenas em seu conteúdo mais visível, transparente, e sim e também nas formas em que ele se engendra, organização, isto é, no “como” faz essas operações. Não existe de um lado os escritores que observavam um Brasil repressivo, no qual todos os sentidos eram fabricados e, de outro, um texto totalmente apartado dessa situação. Se o discurso almejado por esses autores era o de dizer sobre esse momento, o plano discursivo dos textos que dele derivam deixaram rastros.

Não foram estranhas obras surgidas naquele momento e lugar. Foi porque existiram esses textos que os autores, mobilizando diversas vozes e artimanhas literárias, conseguiram discursivizar seu bojo semântico; foi porque os escritores solidificaram essa grade semântica que os textos puderam surgir. Ser escritor é, ao dizer de Maingueneau, a difícil negociação do lugar não lugar: o (im)possível lugar.

Considerações finais

É bastante difícil tentar encerrar, em um tópico de fechamento, um trabalho teórico e analítico de qualquer natureza. A bem da verdade, isso se faz mais difícil quando este trabalho se pretende uma tese em qualquer domínio epistemológico dado. Apesar disso, nosso trabalho buscou construir um percurso de compreensão discursiva relativo a um momento bastante complexo da história brasileira. Momento este em que o país se encontrava sob forte opressão política, por conseguinte opressão ideológica, assim como em todas as ordens de conformação pessoal e social.

Como já argumentamos, na vigência do último regime ditatorial brasileiro, diversas manifestações culturais, sociais, políticas foram severamente reprimidas. Embora não tenha sido o foco histórico o objetivo desta pesquisa, sem dúvida essa conjuntura política e social se marcou fortemente nas condições de produção dos textos literários – uma manifestação cultural, portanto – que analisamos.

Dessa maneira, foi nossa intenção demonstrar teoricamente que as criações literárias puderam se fazer ecoar ao buscar um lugar de posicionamento enunciativo. Este lugar, pelas nossas hipóteses, deram-se pela explicação do conceito paratópico. Este conceito teórico, a paratopia, em viés político, ou seja, algo que se comunica a partir de um eixo semântico que visa a produzir um processo histórico de significação sobre o tema discursivo do político por meio do dispositivo literário, é a forma de, além construir mundos possíveis a explanação do discurso, representa não lugares a serem explorados pelo discurso literário e consequentemente um lugar de resistência ao dizer hegemônico do totalitarismo de então.

Esse movimento, portanto, foi visto pelas análises que se configuraram eixos de criação, amalhando formas de posicionamento escritores e a própria enunciação das obras, via discurso literário. É deste primeiro do percurso teórico, a criação paratópica política, que se fez também a compreensão de como um tipo de discurso, o político, pode abarcar no discurso literário, utilizando elementos de certos eixos de criação, mas se valendo também da própria legitimidade do discurso literário constituinte. Tem-se, então, uma gestão conjuntural-histórica por via do texto literário e os discursos por ele suportado.

Já pelo caminho teórico e analítico do *ethos* dos textos literários, tal qual mobilizamos, acreditamos que nos permitiu compreender uma das formas de fazer os sujeitos incorporarem-se ao universo de sentido recriado, ao interagirem com a imagem discursiva produzida pelo caso dos próprios textos literários e seus discursos. Essas questões se

refletiram em um “como” da mecânica de construção e da existência dos textos literários fantásticos em questão, e não somente um “o quê” do conteúdo mais transparente e do modo da expressão artística literária que mobiliza tão diferentes formas da linguagem. Isso de muitas maneiras corrobora que a linguagem, em qualquer dispositivo de comunicação, incluso aqui o literário, é de fato opaca. Nem os sentidos e seus efeitos nem os processos históricos que os formatam se dão de maneira óbvia.

Para nós, os aspectos discursivos – isto é, elementos que vão da ordem morfosintática a elementos históricos e ideológicos – contidos no efeito do *ethos* são capazes de apreender e dizer a sujeitos que existem formas dadas a resistir via os textos apreendidos como objeto deste trabalho discursivo. Para o amplo auditório dos discursos literários da quadra histórica do Brasil, que se fez o fundo das histórias (anos 1970), esses textos eram, além de um contra-discurso, também um lugar de resistência a ir, a buscar a “forma paratópica” de existência e, por fim, a existência de mundos possíveis outros, que dissessem o diferente política e socioculturalmente.

Além disso, associando-nos a teorias de nomes próprios e descrições como captadores de composição de estereótipos, é possível dizer que pelos os estereótipos e lugares limítrofes utilizados na composição destes textos literários foi também possível sustentar imagens discursivas que as personagens atribuem a si, construindo, então, um *ethos* discursivo de resistência, denúncia, conflito à ordem histórica vigente, ou seja, do *ethos* desses textos para essa conjuntura histórico-social repressiva. Dito de outro modo, esse *ethos* de resistência, embora jogasse com casos de estereótipos comumente encontráveis na conjuntura histórica, foi o gesto de sentidos e interpretação que conjurou a um só tempo a forma e o fundo dos discursos dos textos literários analisados.

Dessa forma, a busca por esses elementos discursivos, acreditamos, compõem a força central deste trabalho de pesquisa, para encontrar, com isso, mais uma resposta compreensiva ao conjunto de formas de adesão dos interlocutores a um discurso almejado pelo discurso desses textos literários, inicialmente diante de uma interpretação da ética e da estética, mas assim o sendo, como em partes alhures desta tese já mencionamos, funcionam como dispositivos de saber para diversas formas identificações resistentes e lugares de criações limítrofes.

Mesmo havendo, uma interdição, por via de força, por via ideológica, por um Estado totalitário, por um grupo hegemônico(ao menos numa esfera social, a política e os

aparelhos de repressão), a história social humana nos mostra que isso tem um efeito limitado, em termos de tempo cronológico.

É possível também criar uma política de higienização dos sentidos, como diz o próprio Pêcheux(2008). Todavia, há quase sempre maneiras de resistência e formas de se implodir políticas doutrinação e uso de universos simbólicos logicamente estabilizados. Tomemos como exemplo a própria quadra histórica da publicação de nossos materiais de análise, a ditadura civil-militar brasileira que se deu entre 1964-1985. Apesar das censuras, perseguições, cerceamentos de sentidos circulantes na sociedade, eles circularam, sob diversas plataformas, na mesma sociedade interdita.

Em última instância, esse fato demonstra que a criação literária, seja qual for o modo e a via ou ferramental teórico a analisá-la – ou seja, autor, gênero, condições histórica de produção, temas, linguagem, posicionamentos ético e estéticos – representa e/ou recria algo de um universo particular para um universo amplo(a saber aqui pensamos não só um meio social, mas a própria interação ou correlação de gêneros literários, escolas, movimentos etc.) que está em falta, de maneira intermitente ou perene, nesse mesmo universo particular de criação ou, inversamente, naquele universo amplo de criação.

Desse jogo de interações ou correlações das faltas e necessidades é que resulta um texto literário, tal como o apreendemos em forma de cena enunciativa, isto é, um tipo de discurso, um gênero e uma cenografia possível de manifestação discursiva, que só se encerra no limite físico dos elementos paratextuais (capas e contracapas, páginas, seções de vendas, estandes em feiras literárias, noites de autógrafo), mas nunca em seu plenos sentidos e efeitos de sentidos discursivos, seja de uma forma implícita, seja de uma forma explícita.

Ao pensar nessa forma de processo criacional, temos um autor que é também um receptor(criador e criatura, autor e público, já que tornou amplo seu universo particular e absorveu o amplo universo em seu cosmos particular), e que age e sofre em ações de modos de produção históricos e culturais, assim como em ações de conjunturas mais circunstanciais e instantâneas.

Seja como for, há sempre marcas no discurso do escrito. É também neste caso porque elementos históricos e culturais não se tratam de reflexo de uma visão de mundo nem somente um espírito de um tempo qualquer, tampouco um receptáculo pronto para encaixar mais e mais discursos e devolvê-los ao próprio mundo, sem cessar, mas é sim a condição necessária e suficiente para que existam discursos literários

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. **Palavras incertas**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2012.

AMOSSY, R; ROSEN, E. **Les discours du cliché**. Paris: CDU et Sedes Réunis, 1982

AMOSSY, R. **Les idées reçues**: semiologie du stéréotype. Paris: Éditions Nathan, 1991.

AMOSSY, R.; HERSCHBERG, P. **Stéréotypes et clichés**. Paris: Armand Colin, 2007.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **Questões de estética e literatura**: teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 2014.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRANDÃO, I. **O homem do furo na mão e outras histórias**. São Paulo: Rosa dos Ventos, 1996b.

BRITO, A. de N. **Nomes próprios**: semântica e ontologia. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, C.F. Teorias descritivistas dos nomes próprios. In: **Dissertatio**. Pelotas, RS, v. 30, n.2, verão(dezembro/março), 2009, p-185-195. Disponível em:< <http://www.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/dissertatio-30.htm>>. Acesso em 8/1/2015.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristão. São Carlos, SP: Edufscar, 2009.

_____. **Corps et discours: éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives**, Présentation d'une thèse d'Etat sur travaux, Université Paris X–Nanterre, 1989.

- DOSSE, F. **História do estruturalismo: o canto do cisne**. Vol II. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.
- _____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- _____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. [Ditos e escritos]. Rio de Janeiro: Nova Forense, 2001.
- FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, s.d.
- MAINGUENEAU, D. *Aforização: enunciados sem texto?* In: _____. **Doze conceitos em análise do discurso**. Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva(Org). São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, D. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. In: **Cadernos de estudos linguísticos**. Campinas, SP: IEL, 1990.
- _____. **Análise dos textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008a.
- _____. **Cenas da enunciação**. Curitiba: Criar, 2006a.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.
- _____. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006b.
- _____. **Elementos de linguística para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- MAINGUENEAU, D. *Ethos, cenografia, incorporação* In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008b.
- _____. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar edições, 2005.
- MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. L'analyse des discours constituants. In: **Langages**, 29, nº117, 1995, Les analyses du discours en France, p. 112-125.
- _____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- _____. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b.
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso – (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MOTTA, A. R.; SALGADO, L.(Org.) **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MUSSALIM, F. Análise do discurso literário: delimitações. In: FERNANDES, C.A.; GAMA-KHALIL, M.M.; ALVES JÚNIOR, J.A.(Orgs.). **Análise do discurso na literatura: rios turvos de margens indefinidas**. São Carlos, SP: Claraluz Editora, 2009.

MUSSALIM, F.; BENTES, A.C. (Orgs.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. Vol.1. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Vol.3. São Paulo: Cortez, 2007.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007b.

OSWALD, D.; TZVETAN, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, 1990.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PONSONI, S. **Análise discursiva da literatura como dispositivo enunciativo: o caso de Cadeiras proibidas**. 25/02/2015.145 p. Dissertação(Mestrado em linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGL. UFSCar.São Carlos, SP: 2011.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

TODOROV, T. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Apêndices

a) Materiais *corpora* de análise

BRANDÃO, I. L. de. **Cadeiras proibidas**. São Paulo: Graal, 2003.

_____. **Cadeiras proibidas**. São Paulo: Símbolo, 1976.

BRANDÃO, I. L. de. **Cadeiras proibidas**. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.